

# Diário do Legislativo de 09/04/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 20ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Ata da Reunião de Debates da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - 6ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário Água e Terra - Integração pela Cultura da Paz

1.4 - Ata do Evento Realizado na 14ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada esta Parte da Reunião ao Seminário Cultura da Paz

1.5 - 7ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário Água e Terra - Integração pela Cultura da Paz

1.6 - Ata do Evento Realizado na 15ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura - Destinada esta Parte da Reunião à Realização do Seminário Cultura da Paz

1.7 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 7/4/2005

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discursos dos Deputados Weliton Prado e Miguel Martini; aprovação - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.222 a 2.226/2005 - Projetos de Resolução nºs 2.227 a 2.232/2005 - Requerimentos nºs 4.404 a 4.413/2005 - Interrupção e Reabertura dos Trabalhos Ordinários - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende -

André Quintão - Antônio Genaro - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- A Deputada Ana Maria Resende, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, gostaria que, na ata da próxima reunião, fosse acrescentado um assunto muito importante. Participamos, no período da manhã, juntamente com outros Deputados, na FIEMG, de um encontro com empresários do setor de industrialização do arroz, os quais passam por muitas dificuldades.

Para exemplificar a situação, lembro que, há alguns anos, a cidade de Uberlândia possuía 135 empresas de beneficiamento de arroz, sendo que, atualmente, são apenas 30. A maioria delas fechou, ou porque não deu conta da situação ou porque foi para outro Estado, já que a tributação em Minas é muito grande, totalmente diferente da do Estado de Goiás, de onde trouxe um jornal, cuja manchete é: "Nenhum grande homem vive em vão". Essa é uma homenagem dos empresários do setor ao Governador de Goiás, Marconi Perillo. Enquanto isso, em nosso Estado, a situação é muito difícil.

O Estado de Minas Gerais é o que mais tributa os produtos da cesta básica, e o arroz é o seu produto fundamental e essencial.

O Governador Aécio Neves esteve na inauguração da Sadia em Uberlândia, ocasião em que anunciou alguns investimentos e assumiu o compromisso de resolver o problema das empresas beneficiadoras e o compromisso com a política de desenvolvimento sustentado da cadeia produtiva do arroz, incentivando a sua produção, nos mesmos termos adotados pelo Estado em relação ao algodão. Infelizmente, até hoje, nenhuma providência foi tomada. A situação é tão séria que as empresas não suportam mais. Um documento oficial da FIEMG e dessas empresas prova que as indústrias mineiras de arroz têm enfrentado graves problemas para a manutenção das suas atividades em nosso território, pois vários Estados estão adotando medidas de proteção às empresas do setor instaladas em seu território. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás estão buscando o aumento do número de empresas em seu Estado, oferecendo atrativos no campo tributário, de forma que novas empresas transfiram as suas atividades para lá. O Governador Aécio Neves, por várias vezes, afirmou que, devido à guerra fiscal, não permitirá que nenhuma empresa saia de Minas Gerais. Agora, estamos cobrando o posicionamento do Governador, para que cumpra essa promessa e resolva esse problema em caráter emergencial, porque o setor não suporta mais essa situação. Não seria algo para ser resolvido em três, quatro ou cinco meses. Essa questão é de caráter emergencial, pois o arroz é produto essencial da cesta básica. O Governo Lula desonerou os produtos da cesta, podendo até baixar o preço do arroz no nosso Estado, mas não podemos permitir que as empresas instaladas em nosso Estado sejam transferidas para outros, aumentando-se o desemprego e a violência, como se fosse uma bola de neve.

O nosso Estado, que goza de uma posição geográfica privilegiada, vem sofrendo o reflexo das medidas adotadas por outros Estados de forma drástica. Essa situação torna-se clara até mesmo pelos dados da própria Secretaria de Estado de Fazenda, que verificou o aumento da arrecadação no setor em época de competitividade imposta pela falta de matéria-prima nacional.

De acordo com esse contexto, entendemos que Minas Gerais não pode assistir de forma impassível ao deterioramento das empresas que aqui se instalaram e deve impor a cobrança de valor agregado às entradas de arroz em nosso território, para equalizar a competitividade das empresas e permitir a concorrência em igualdade de condições, neutralizando os efeitos dos benefícios fiscais concedidos, até mesmo de forma irregular, por outros Estados.

Sr. Presidente, é crucial para o setor a instituição da cobrança de valor agregado nas barreiras do Estado para o arroz beneficiado, polido e branco e o arroz em pacotes e sacos, como forma de proteger a economia mineira das ingerências de outros Estados.

Da mesma maneira com que solicitamos um pronunciamento por parte do Governo do Estado em relação a outras taxas e tributos, continuaremos firmes na luta contra a Taxa de Incêndio para os comerciantes e para as indústrias. A partir de amanhã, haverá o aumento exorbitante da energia elétrica, ultrapassando 23%, que penalizará mais ainda a população, as microempresas e as pequenas empresas. E o Estado de Minas Gerais é o que mais tributa os produtos da cesta básica, que são fundamentais, principalmente para as pessoas de baixa renda.

Agradeço, parabenizando os jornalistas pelo seu dia. Como repórter fotográfico, sei da importância dos profissionais da área, que desempenham um trabalho muito importante para o nosso País.

Esses profissionais não são valorizados pelos meios de comunicação. São profissionais valorosos. Parabens todos os profissionais da imprensa escrita, do rádio e da televisão.

Aproveito, ainda, para falar da importância do Dia Mundial da Saúde. É o momento propício para cobrarmos do Governo do Estado a execução da Emenda nº 29, que trata da aplicação de 12% na área da saúde. O déficit do Estado em relação à saúde é de mais de R\$700.000.000,00 por ano. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso que a ata lida abrange muito bem o que aconteceu na reunião passada. Acredito que a fala do Deputado que ocupou esta tribuna não pode constar da ata, pois não constava da ata passada. Fiquei sem entender, mas, de qualquer modo, vi um Deputado da tribuna acirrando uma guerra fiscal entre os Estados. Ele dizia que ela deveria ser instaurada e que o Governo de Minas deveria nela entrar. Quando o Governo de Minas faz isso, vem outra crítica dizendo que ele não poderia entrar. Tudo isso por quê? Porque o Governo do Partido dos Trabalhadores não faz a reforma tributária no Governo Federal. Se tivesse feito a unificação do ICMS ou até mesmo aquele modelo de cinco, não teríamos mais essa guerra fiscal. Quero pedir ao Deputado que ocupou a tribuna que faça um requerimento, pleiteando que a Assembléia Legislativa encaminhe ao Presidente da República solicitação para que proceda urgentemente à reforma fiscal, para acabar com a guerra fiscal entre os Estados, pois todos perdem. Quando falo em baixar a alíquota, significa que o Estado deixa de arrecadar e ganha a iniciativa privada. A sugestão vale. Assino o requerimento também. Aliás, o Presidente Lula prometeu isso no dia da posse. Nós, brasileiros, estamos esperando por ela.

Em relação à ata, acho que atende bem os assuntos tratados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

#### Correspondência

- O Deputado Paulo Piau, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas, encaminhando cópia do Convênio nº 553/04, celebrado entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas e o Município de Itajubá. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Marco Antônio Marchi, Presidente da Câmara Municipal de Itupeva, SP, encaminhando cópia da Moção nº 02/05, dos Vereadores João Batista Pinheiro Santos Filho e Osvando Ferreira dos Santos, em que fazem apelo ao Ministro da Justiça e ao Secretário Nacional de Direitos Humanos para que seja dada proteção à vida do Frei Gilvander Moreira, Assessor da Comunicação Pastoral da Terra de Minas Gerais. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI Nº 2.222/2005

Declara de utilidade pública o Grupo de Pais dos Educandos do CIAME Flamengo, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grupo de Pais dos Educandos do CIAME Flamengo, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 2005.

André Quintão

Justificação: O Grupo de Pais dos Educandos do CIAME Flamengo é uma entidade juridicamente constituída desde 15/7/83, sem fins lucrativos, e tem como objetivo precípuo apoiar e ampliar as ações educativas do CIAME Flamengo, voltadas para a construção da cidadania de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, resultante da pobreza, discriminação, abandono, violência e exclusão.

Em parceria com o CIAME Flamengo, realiza atividades em horário diferente do da escola formal, visando à proteção, desenvolvimento pessoal e social das crianças e adolescentes no contexto afetivo da família, preservando os laços socioculturais com a comunidade e incentivando, com sucesso, a permanência na escola.

Atende, diariamente, 280 crianças e adolescentes de 6 a 16 anos, oriundos das áreas de maior vulnerabilidade do Alto Vera Cruz, quais sejam o Buraco do Sapo, o Cruzeiroinho e os bairros do entorno (Granja de Freitas e Taquaril).

São oferecidas oficinas, com ênfase na cultura, desenvolvimento da expressão artística, esporte, literatura infantil e inclusão digital. Essas oficinas são significativas para o ato educativo, fazendo emergir nas crianças e adolescentes suas potencialidades e talentos.

Assim, o Grupo de Pais, em parceria com o CIAME Flamengo, vem se comprometendo na luta pela melhoria da comunidade, buscando avançar na compreensão dos direitos e objetivos propostos pela LOAS e pelo ECA e integrando-se às diretrizes das políticas públicas para crianças e adolescentes.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.223/2005

Declara de utilidade pública a Fundação L'Hermitage, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação L'Hermitage, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 2005.

André Quintão

Justificação: A origem do nome da Fundação L'Hermitage é uma homenagem à primeira casa de formação dos Irmãos Maristas, localizada no vale do rio Gier, na França. Foi criada, em 1996, no Rio de Janeiro. Hoje, a nova circunscrição abrange os Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Goiás, do Tocantins, da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco, do Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, do Pará e a cidade de Brasília.

A Fundação L'Hermitage foi instituída com a finalidade de prestar assessoria às instituições sociais e educacionais, visando à sua reorganização e otimização, tendo atendido mais de 120 entidades em todo o Brasil.

As intervenções se dão nos setores jurídico, contábil, administrativo-financeiro, de recursos humanos, de "marketing", de informática e outros, desenvolvendo-se ações nas áreas de diagnóstico institucional, atendimento jurídico, atendimento pedagógico, reestruturação administrativa, conscientização ecológica e espiritualidade.

No campo da comunicação e cultura, a Fundação administra o Rádio 98 FM em Belo Horizonte, que anualmente promove o "Pop Rock". Desde 2001, a fundação vem desenvolvendo o projeto "Amigo da Água", que busca desenvolver a consciência no que diz respeito ao cuidar da água e de toda a natureza. Um dos subprojetos do "Amigo da Água" é a Escola Azul, que procura inserir, gradativamente, a temática da sustentabilidade do meio ambiente nos currículos escolares, suprimindo a deficiência da educação ambiental no núcleo das escolas. Hoje, a Escola Azul atende a cerca de 56 mil alunos e 2.800 professores. Já o Projeto "Amigo da Água" atende a cerca de 146 mil pessoas.

Algumas instituições atendidas: Associação Comunitária Pró-Melhoramento do Conjunto Taquaril (Bairro Taquaril), Creche Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Bairro Taquaril), Creche Casinha Feliz (Bairro Vista Alegre), Creche Francisco de Assis (Bairro Esplanada), Abrigo do Horto (Instituto Agrônômico).

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.224/2005

Cria o Selo de Responsabilidade Social Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado o Selo de Responsabilidade Social Estadual.

Art. 2º - O objetivo desta lei é incentivar as organizações que atuam no Estado e que estão cumprindo sua função social para que sejam produtivas, preservem o meio ambiente, respeitem a concorrência e cumpram as obrigações trabalhistas de todo o seu quadro funcional.

Art. 3º - O Selo de Responsabilidade Social Estadual, dispositivo que atesta a produtividade empresarial e a qualidade do que nela é produzido, tem entre suas funções:

I - incentivar a empresa a utilizar técnicas de conservação ambiental com base na legislação vigente;

II - orientar o empresário a produzir com qualidade e competitividade, acompanhando as modernas técnicas da globalização;

III - educar o empresário quanto à necessidade de conciliar técnicas ambientalistas na produção industrial;

IV - aperfeiçoar os mecanismos de desenvolvimento sustentável;

V - incrementar a participação da sociedade no orçamento cooperativo, visando à alocação de maior volume de recursos financeiros nos processos de proteção ambiental;

VI - estimular o empresariado para o cumprimento da função social da propriedade e das obrigações trabalhistas de seu corpo funcional;

VII - conscientizar a organização para que evite gerenciar práticas que visem ao monopólio, oligopólio, "dumpings", bem como a formação de trustes e cartéis;

VIII - incentivar as organizações a adotarem conduta ética adequada ao cumprimento dos contratos com clientes e fornecedores;

IX - valorizar as empresas que desenvolvem ambientes de trabalho adequados aos seus funcionários e incentivam a participação deles nos lucros e resultados.

Art. 4º - Os empresários interessados em participar do programa, sejam pessoas físicas, sejam jurídicas, deverão se inscrever no órgão indicado em decreto do Poder Executivo.

Art. 5º - O Poder Executivo, mediante decreto, indicará o órgão ou entidade competente para fiscalizar o cumprimento desta lei e promover ampla divulgação de seu programa.

Parágrafo único - As normas e as condições para habilitação, execução e operacionalização do Selo de Responsabilidade Social Estadual serão baixadas pelo órgão ou entidade indicados na forma do art. 5º desta lei, atendidas as regras do decreto regulamentador.

Art. 6º - Os empresários selecionados e aprovados no Programa do Selo de Responsabilidade Social Estadual terão prioridade no financiamento para investimento e custeio na sua propriedade.

Parágrafo único - Os empresários agraciados receberão, ainda, o Certificado Selo de Responsabilidade Social Estadual, conferido pelo órgão ou entidade indicados na forma do art. 5º desta lei.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei serão custeadas mediante a arrecadação de contribuições voluntárias dos empresários interessados em participar do programa.

Parágrafo único - O Poder Executivo poderá consignar recursos orçamentários para o custeio das despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 8º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias contados de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos após a regulamentação de que trata o art. 8º.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 2005.

Gilberto Abramo

Justificação: Responsabilidade social compreende todas as ações que vislumbram o compromisso ético da empresa com o meio no qual está inserida, de acordo com os seus valores, normas, regulamentos, cultura e missão estratégica, num processo contínuo de interdependência entre as partes coadjuvantes, por meio de ações que gerem impactos significativos à comunidade.

Algumas ações caracterizam a responsabilidade social da organização, tais como: desenvolvimento econômico, social, tecnológico e cultural da comunidade da qual faz parte; preservação do meio ambiente; comunicação baseada na transparência e nos valores direcionados ao público interno e externo; desenvolvimento do ambiente de trabalho; estabelecimento de políticas dignas e justas aos funcionários; direcionamento dos mecanismos de satisfação aos clientes e retorno adequado aos acionistas.

Devemos nos ater ao princípio segundo o qual a responsabilidade social não deve ser vista como um investimento isolado da organização, pois seu conceito é bem mais amplo; da mesma forma seus problemas devem ser estudados, dada sua abrangência geral. É o investimento social condicionado a todas as atividades empresariais.

Toda empresa, seja ela pequena, seja média, seja de grande porte, exerce influência significativa na formação de valores empresariais, na idealização de novas teorias e na vida das pessoas.

Contudo, as ações transformadoras não são totalmente referenciadas ao poder econômico, e sim calcadas na importância dos preceitos éticos, ou seja, no conjunto de princípios e valores que norteiam as ações nas diversas relações empresariais.

Nesse contexto, surge a necessidade de um novo comportamento que gere vantagem competitiva entre seus concorrentes, dando um sentido concreto à vida social, mediante ações que provocam mudanças positivas na comunidade. As atividades devem ser feitas de forma honesta, consistente, não meramente consideradas um "marketing" empresarial.

A ação social efetiva não deve apenas incrementar a imagem corporativa, e sim gerar o direcionamento de suas políticas visando redefinir os paradigmas do desenvolvimento socioeconômico como impacto social que requer a participação do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Dimensões da realidade em que os princípios da responsabilidade social estão inseridos:

I - Valores e transparência: as pessoas, como o diferencial de uma organização, devem ser valorizadas e motivadas a fim de se obter a coesão interna alinhada aos objetivos da organização. O tratamento dos funcionários com dignidade, responsabilidade e liberdade de iniciativa deve-se em grande parte à cultura da empresa. Os instrumentos de diálogo e participação, respeito ao indivíduo e ao trabalhador, bem como a participação nos lucros e resultados são formas de reconhecimento da contribuição dos funcionários para o desempenho da empresa, que conduzem ao cerne da motivação, do envolvimento e do comprometimento. A responsabilidade social com seu público interno gera maior produtividade, bem como melhor uso dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, melhorando a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

II - Comunidade: o trabalho social desenvolvido na comunidade em que a empresa está situada, mediante a promoção de infra-estrutura adequada e disponibilidade de aquisição de mão-de-obra, é uma prioridade da administração socialmente responsável, que, além de gerenciar o impacto da sua atividade produtiva, deve manter um bom relacionamento com as organizações que atuam nas áreas circunvizinhas, por meio de apoio em projetos de infra-estrutura e de serviços comunitários voltados à população carente, visando à melhoria de áreas críticas como economia, educação, saúde e trabalho. Outra forma de a empresa atuar na comunidade é por meio do trabalho voluntário, ou seja, a disponibilização de seus funcionários em projetos sociais que ofereçam oportunidades para o exercício da cidadania.

III - Fornecedores: ressalte-se a cobrança por parte da organização socialmente responsável, de conduta ética adequada ao cumprimento de contratos, bem como no relacionamento com os parceiros estratégicos da cadeia produtiva. A organização deve criar mecanismos que incentivem a adoção da prática socialmente responsável pelos fornecedores, respeitando-se o cumprimento de padrões de proteção ambiental e de segurança.

IV - Acionistas, proprietários e investidores: o centro da questão refere-se aos princípios com que a organização deve divulgar os resultados alcançados, de forma transparente e correta para seus acionistas. Em contrapartida, os valores da boa reputação da empresa, dos acionistas e dos proprietários devem estar associados a uma conduta positiva perante a sociedade em geral; são valores morais e baseados no respeito aos direitos dos seres humanos.

V - Governo: é importante a parceria entre a iniciativa privada e o Estado para que seja feito um trabalho com a finalidade de reduzir a complexidade dos problemas sociais. Deve-se adotar uma postura de caráter coletivo, cujos recursos mobilizados devam ser direcionados com o objetivo precípuo de produzir resultados mais eficazes em períodos de tempos relativamente curtos.

VI - Concorrentes: a organização deve atuar sempre evitando gerenciar práticas que visem ao monopólio, oligopólio, "dumpings", bem como a formação de trustes e cartéis, e deve buscar a valorização da livre concorrência no segmento de mercado em que atua.

VII - Clientes: a organização socialmente responsável deve desenvolver produtos e serviços confiáveis, que não sejam prejudiciais e nem provoquem expectativas excessivas aos seus usuários e à sociedade, ou seja, que contenham os princípios de responsividade, confiabilidade, segurança e empatia.

VIII - Meio ambiente: busca-se em uma empresa ambientalmente responsável minimizar os impactos negativos nos procedimentos de entrada e saída do processo produtivo, bem como definir as compensações à natureza, visando à criação do conceito de responsabilidade frente às gerações futuras.

A vigência deste projeto de lei, com a outorga do Selo de Responsabilidade Social Estadual, certamente estimulará os empresários que obedecem à legislação vigente e utilizam modernas técnicas de administração, melhorando a qualidade e competitividade da sua atividade-fim, através de uma ferramenta que agracie as organizações que desenvolvem atividades sociais consistentes e que gerem impactos significativos nas comunidades onde atuam.

Desta forma, proponho aos meus ilustres pares a apreciação deste projeto de lei, esperando a sua aprovação em benefício do cidadão mineiro.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado José Milton. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 212/2003 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.225/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Polivalente, com sede em Passos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Polivalente, com sede em Passos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 2005.

Sebastião Costa

Justificação: A Associação dos Moradores do Bairro Jardim Polivalente, com sede no Município de Passos, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração, em regular funcionamento desde 8/3/86. Devidamente registrada no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Passos, sob o nº 217, tem como finalidade estimular e coordenar a luta dos moradores do Bairro Jardim Polivalente, na busca de melhores condições de vida, representando interesses da comunidade junto aos órgãos públicos.

Composta por uma diretoria cujos membros gozam de idoneidade e que não recebem qualquer tipo de vantagem econômica pelo exercício das funções, a referida entidade aplica a totalidade dos recursos auferidos no cumprimento de suas finalidades estatutárias.

Pelas razões expostas, conto com o parecer favorável dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.226/2005

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - na hipótese que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Será cassada a eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Art. 2º - A desconformidade referida no art. 1º será apurada na forma estabelecida pela Secretaria de Estado de Fazenda e comprovada por meio de laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.

Art. 3º - A falta de regularidade da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -, inabilita o estabelecimento para a prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 4º - A cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -, prevista no art.1º, sujeita:

I - os sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente, do estabelecimento penalizado à proibição:

a) de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

b) de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade;

II - o responsável ou preposto do estabelecimento penalizado, ainda que temporariamente ou a qualquer título, à proibição de pertence ao quadro administrativo, como sócio Diretor, gerente ou gestor de negócios, de empresa ou estabelecimento comercial que pretenda sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Parágrafo único - As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de cinco anos contados da data da cassação.

Art. 5º - Será obrigatória a afixação de placa identificadora da empresa distribuidora de combustível, com o respectivo endereço, telefone e número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ -, na bomba de combustível e no caminhão-tanque distribuidor, em local de fácil visibilidade, assim como do agente fiscalizador responsável pela averiguação de qualidade do combustível comercializado pelo posto revendedor.

Art. 6º - O Poder Executivo divulgará através do diário oficial do Estado a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos números de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - e endereços de funcionamento.

Art. 7º - As disposições desta lei se aplicarão aos supermercados e afins que tenham como atividade adicional a revenda de combustíveis e demais derivados de petróleo, conforme definida na legislação federal.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 2005.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: A comercialização de combustíveis adulterados é uma prática que tem acarretado sérios danos aos consumidores, constitui crime contra a ordem econômica, implica evasão fiscal e gera concorrência desleal com os contribuintes que desenvolvem regularmente suas atividades comerciais.

Visando coibir tal prática, esta proposição dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender combustíveis em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente. Assim, o estabelecimento que desrespeitar tais especificações ficará inabilitado para a prática de operações relativas à circulação de mercadorias e a prestação de serviços.

Contamos com o apoio dos nobres pares na defesa desta norma que favorece, antes de tudo, o cidadão.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.227/2005

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 4/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 4/2004 à empresa DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2005.

Jayro Lessa, Presidente - Ermano Batista, relator - José Henrique - Sebastião Helvécio.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.228/2005

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 8/2005 à empresa TAM Linhas Aéreas S.A., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2005.

Jayro Lessa, Presidente - Ermano Batista, relator - José Henrique - Sebastião Helvécio.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.229/2005

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 9/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 9/2005 à empresa VARIG S.A. Viação Aérea Rio-Grandense, após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2005.

Jayro Lessa, Presidente - Ermano Batista, relator - Sebastião Helvécio - José Henrique.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.230/2005

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 5/2004 à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2005.

Jayro Lessa, Presidente - Ermano Batista, relator - Sebastião Helvécio - José Henrique.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.231/2005

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 10/2005 à empresa Gol Transportes Aéreos S.A., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2005.

Jayro Lessa, Presidente - Ermano Batista, relator - Sebastião Helvécio - José Henrique.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.232/2005

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:



Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 6/2004 à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2005.

Jayro Lessa, Presidente - Ermano Batista, relator - Sebastião Helvécio - José Henrique.

#### REQUERIMENTOS

Nº 4.404/2005, do Deputado Alencar da Silveira Jr., solicitando seja formulada moção de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Márcio Correa, ocorrido em 6/4/2005, no Rio de Janeiro. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 4.405/2005, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas à realização de campanha contra a obesidade.

Nº 4.406/2005, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas à promoção da semana Educação para a Saúde das Crianças e Prevenção de Acidentes.

Nº 4.407/2005, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas à implantação de programa voltado para o adolescente, a exemplo do programa Casa do Adolescente, criado pela Secretaria de Saúde de São Paulo. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 4.408/2005, do Deputado Célio Moreira, solicitando seja formulada moção de aplauso ao 1º Ten.-Glauber Santos Barroso pelos relevantes serviços prestados ao Município de Corinto.

Nº 4.409/2005, do Deputado Célio Moreira, solicitando seja formulada moção de aplauso ao Ten.-Cel. Sérgio Augusto Veloso Brasil pelos relevantes serviços prestados aos municípios abrangidos pelo 3º Batalhão de Polícia do Município de Diamantina. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.410/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Laboratório Nacional de Astrofísica pelo transcurso do 25º aniversário do Observatório do Pico dos Dias. (- À Comissão de Educação.)

Nº 4.411/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas no Estado de Minas Gerais - SINDIMALHAS - pela posse da Diretoria e do Conselho Fiscal. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.412/2005, do Deputado Jésus Lima, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que interceda para que a CEMIG não reajuste as contas de energia elétrica e que seja reduzida a alíquota de ICMS incidente sobre o consumo de energia residencial. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 4.413/2005, do Deputado Leonardo Moreira, solicitando seja enviado ao Diretor-Geral do IEF pedido com as informações que relaciona. (- À Mesa da Assembléia.)

#### Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para a realização do debate: "O Dia Mundial em Defesa da Saúde".

- A ata desse evento será publicada em outra edição.

#### Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 8, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 8/4/2005

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

#### Comparecimento

- Comparece o Deputado:

João Leite.

## Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 9h5min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 11/4/2005, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião de debates também na mesma data, às 20 horas.

## ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/3/2005

### Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário José Carlos Carvalho - Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - André Quintão - Célio Moreira - Doutor Ronaldo - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Sebastião Costa.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das três reuniões anteriores.

### Atas

- A Deputada Jô Moraes, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura das atas das três reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Ronaldo Vasconcellos, Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte e Coordenador dos Trabalhos; José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Comitê da Bacia do Rio São Francisco; Promotor de Justiça Carlos Eduardo Dutra Pires, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior; Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Instituto de Gestão das Águas - IGAM -; Apolo Heringer Lisboa, Coordenador-Geral do Projeto Manuelzão e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; Mauro da Costa Val, Coordenador-Geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; e o Deputado Doutor Ronaldo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra, com satisfação, a presença dos Srs. Lupércio e Carlos Alencastre, representantes dos comitês de bacias hidrográficas do Estado de São Paulo e representantes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e da Vereadora Sílvia Helena, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Seminário Água e Terra - Integração pela Cultura da Paz - 4º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com a apresentação do painel Rio São Francisco e Sua Importância Ambiental, Cultural e Socioeconômica para Minas Gerais.

### Palavras do Sr. Presidente

Gostaria de cumprimentar a Mesa dos trabalhos e dizer que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais se sente honrada em participar deste seminário em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o IGAM e o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, para debater um dos assuntos de maior relevância para o nosso Estado, para o Brasil e para todo o Planeta: a utilização e a preservação dos recursos hídricos. Como se sabe, a água está se tornando um bem natural cada vez mais valioso e estratégico em todo o mundo, diante de sua distribuição irregular e das necessidades crescentes da população. Essa realidade adquire sentido especial quando trazida para o âmbito do nosso Estado, considerado a "caixa-d'água" do País. Infelizmente, temos visto, ano a ano, a degradação dos nossos recursos hídricos, em decorrência de diversos fatores, como o uso inadequado dos solos, as práticas nocivas ao meio ambiente e a ausência de tratamento de afluentes industriais, de esgotos e do lixo das cidades.

Atenta a esses problemas, a Assembléia Legislativa realizou, em 1993, seu primeiro evento de peso voltado para os recursos hídricos, o Seminário Legislativo Águas de Minas, pioneiro no País pela ampla abordagem do tema e pela grande participação dos setores governamentais e da sociedade. Esse seminário deu origem à política de recursos hídricos em vigor no Estado, produzindo subsídios para a atual política nacional de recursos hídricos.

No ano de 2001, esta Casa lançou, como um de seus projetos prioritários, o movimento Minas em Defesa das Águas, que, integrando-se a outras iniciativas, no Estado e no País, obteve diversos resultados positivos, como a suspensão temporária do processo de privatização de Furnas e do projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Ressalte-se, a esse respeito, a firme atuação da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco - CIPE São Francisco -, composta por Deputados de Minas, da Bahia, de Pernambuco, Sergipe e Alagoas, a qual desde o início se opôs à transposição como obra emergencial, defendendo, como premissa para ser realizada, que se promovesse um rigoroso estudo de seus impactos ambientais, assim como um programa de revitalização da bacia hidrográfica em questão.

Em 2002, realizamos o Seminário Legislativo Águas de Minas II, com o propósito de discutir a situação das bacias hidrográficas do Estado,

tendo como referência as políticas públicas, os programas e os projetos em andamento na área dos recursos hídricos.

No ano passado, promovemos um ciclo de debates sobre a transposição das águas do rio São Francisco, diante do anúncio do Governo Federal de que começaria a executar o projeto neste ano. Manifestamos, naquela ocasião, o mesmo ponto de vista que temos hoje sobre o assunto.

Essa obra, que já esteve em pauta diversas vezes no decorrer da história brasileira e que encontra resistência da grande parte dos estudiosos do tema e da população a ser atingida, constitui uma temeridade, diante de suas possíveis consequências negativas, como o comprometimento da sobrevivência do São Francisco - já minguado e assoreado em grande parte de seu curso - e o empobrecimento ainda maior das populações ribeirinhas.

Realizamos também, no ano passado, o Seminário Legislativo Saneamento Ambiental - Demandas e Intervenções Necessárias, no qual foram discutidos diversos temas relativos aos recursos hídricos, como a preservação das águas, o abastecimento público, o tratamento adequado dos esgotos, o controle de vetores de doenças e um conjunto de ações indispensáveis para garantir a qualidade de vida da população.

É oportuno lembrar, neste momento, que as ações da Assembléia Legislativa na área dos recursos hídricos são conduzidas, principalmente, por sua Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, pelos membros da CIPE São Francisco e da CIPE Rio Doce, e ainda pela Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, lançada no ano passado.

A propósito, o Presidente dessa Frente Parlamentar, Deputado Laudelino Augusto, esteve participando, nos dias 17 a 21/3/2005, em Genebra, na Suíça, do II Fórum Alternativo Mundial da Água e do Encontro dos Parlamentares Unidos pela Água, representando esta Casa.

A Assembléia Legislativa de Minas agradece a presença das autoridades, dos expositores e dos demais participantes deste evento e agradece a todas as instituições que contribuíram para sua realização, com a expectativa de que as informações e manifestações aqui apresentadas irão fortalecer a consciência de que é preciso, cada vez mais, cuidar dos nossos recursos hídricos. Muito obrigado.

É com muita satisfação que, nesta abertura, representamos o ilustre Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, que, infelizmente, não pôde estar presente nesta manhã, incumbindo-me de representá-lo e de desejar a todos os senhores um bom trabalho nestes dois dias. Esperamos que, realmente, este seminário tenha condições de apresentar sugestões que, certamente, serão muito importantes para todos nós.

Agradecemos, mais uma vez, a presença das autoridades e de todos os participantes e convidamos para compor a Mesa o ilustre Deputado Doutor Ronaldo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Casa, um Deputado que tem feito um esforço muito grande para levar a comissão a todas as regiões do Estado.

Iniciando os nossos trabalhos, para falar sobre o tema em pauta, passaremos a palavra ao ilustre Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que disporá de até 20 minutos para a sua exposição.

#### Palavras do Secretário José Carlos Carvalho

Exmos. Srs. Deputado Fábio Avelar, Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos, Promotor Carlos Eduardo Dutra Pires; Paulo Teodoro de Carvalho, em nome do qual desejo saudar todos os companheiros de direção e os servidores da Secretaria de Meio Ambiente e de órgãos e entidades que integram a administração ambiental do Estado, Mauro da Costa Val, Apolo Heringer Lisboa, Deputado Doutor Ronaldo, senhores dirigentes de comitês de bacias hidrográficas, minhas senhoras e meus senhores, ao iniciar esta reunião especial, aproveito a oportunidade de começar as exposições para contextualizar o tema de que iremos tratar nesta manhã, abordando os aspectos culturais, ambientais e socioeconômicos da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

É evidente que, quando juntamos numa única abordagem quatro aspectos, como o cultural, o ambiental, o social e o econômico, na verdade estamos abordando a questão ambiental na dimensão mais ampla da sustentabilidade, porque cada vez mais sustentabilidade é a combinação ótima entre esses diversos aspectos. Só podemos falar de desenvolvimento sustentável quando realmente conseguimos combinar otimamente os aspectos ambiental, econômico, social, cultural, científico e institucional, entre outros, já que o conceito de sustentabilidade está cada vez mais ampliado e progressivo. E é isso que temos procurado realizar em Minas Gerais.

Gostaria de fazer esses rápidos comentários para dizer que é no âmbito dos comitês das bacias hidrográficas que essa dimensão encontra o "loco" institucional mais pleno da sua realização, porque, ao organizarmos a gestão em comitês de bacia, estamos fazendo com que aquilo que normalmente separamos nas políticas públicas fique unido. Há uma clássica e histórica tendência de estabelecer políticas públicas segmentadas e de departamentalizar a organização do Estado, e isso não ocorre apenas no Brasil, é um conceito universal.

Ao longo de séculos e séculos, ao formularmos políticas governamentais e ao tratarmos a organização do Estado, acabamos por separar aquilo que a natureza não separa. Na natureza, há uma relação de total interdependência entre todos esses aspectos que estamos mencionando e, sobretudo, entre todos os seus elementos: a água não existe isoladamente, assim como as florestas, o solo ou a fauna. Nós é que construímos o mito de achar que o homem pode existir isolado, e essa foi uma das maiores mitificações da civilização ocidental, porque também o homem está absolutamente interligado na natureza. Basta dizer que, a despeito do grande avanço científico e de todo o domínio da tecnologia, não conseguimos sobreviver sem os demais seres vivos e sem o meio físico que nos serve.

Essa é a realidade com a qual temos que conviver no nosso dia-a-dia. Pela tendência natural da burocracia de facilitar organizacionalmente a maneira de abordar determinadas questões, sempre procurando seguir uma lógica cartesiana, separando as coisas: temos uma política de água e uma política de florestas; uma política de solo, uma política de recursos hídricos, uma política para proteger a fauna, outra para proteger só o peixe, como se essas coisas existissem separadamente. Será no comitê de bacia hidrográfica que essas coisas irão se juntar. É por isso que nós, mais por convicção do que para cumprir uma lei, temos dado o nosso total apoio, ainda que modesto, à organização dos comitês de bacias de Minas Gerais, porque entendemos que o comitê será o "locus" onde essas questões, que por uma conveniência organizacional foram sendo separadas ao longo do tempo, novamente poderão se juntar numa referência espacial única, já que vamos tratar de todas elas tendo como referência espacial uma bacia hidrográfica. A água deixa de ser um simples elemento da natureza e passa a ser um elemento referencial por meio do qual vamos medir a qualidade do meio ambiente. E aqui precisamos considerar um outro conceito: quando falamos de meio ambiente - e já se foi o tempo em que falar em meio ambiente era questão de sonhadores deslocados num mundo em franca explosão tecnológica -, falamos da vida. E nada melhor do que a água como termômetro, como medida para avaliar aquilo que a sociedade como um todo, que a comunidade está realizando em relação à qualidade do seu desenvolvimento. Meio ambiente, e meio ambiente entendido como sustentabilidade, não é antidesenvolvimento, é desenvolvimento com qualidade de vida, com qualidade ambiental.

É com esse conceito que queremos trabalhar. No meu entendimento, essa é uma das maiores importâncias que poderão ter os comitês de bacias hidrográficas. Além disso, os comitês cobrirão uma lacuna fundamental. Pelas razões que mencionamos, sobretudo em consequência da departamentalização da organização do Estado, esses princípios fazem com que o Estado, não apenas o brasileiro, seja organizado como um arquipélago, como territórios que não se comunicam entre si, dificultando completamente a articulação e a integração das políticas públicas.

Esse é outro princípio fundamental que achamos que poderemos realizar nos comitês de bacia. Na verdade, o comitê de bacia é simultaneamente o Governo, em seus três níveis. É no comitê de bacia que a governança se representa de maneira integral, não apenas compartimentada, não apenas repartida. Aí a governança se manifesta de maneira integral; aí estão os usuários de água; aí estão os segmentos da sociedade que se mobilizam para assegurar o desenvolvimento, para gerar renda e emprego, protegendo o meio ambiente. O extraordinário avanço da temática ambiental nas últimas duas ou três décadas, tanto no Brasil quanto em escala internacional, sobretudo o grande desenvolvimento material experimentado no século XX, produziu certa prosperidade. Descobrimos que toda prosperidade que destrói o meio ambiente é falsa; não é possível falar de prosperidade que destrói o meio ambiente no qual a vida se manifesta. Se analisarmos meramente pelo lado economicista, ela destrói as próprias bases da produção. O desenvolvimento predatório que experimentamos ao longo de anos, mais do que predatório é também um desenvolvimento autofágico. Se destruímos os fatores de produção, raciocinando apenas economicamente, estamos eliminando as possibilidades de desenvolvimento futuro, ainda que pela mesma via predatória. O comitê estabelece um novo conceito de governança porque a gestão do meio ambiente exige uma governança integrada, uma governança compartilhada. Não é mais possível imaginar um modelo de decisão baseado na visão unilateral e monolítica de determinadas autoridades do Governo.

A gestão do meio ambiente exige um processo compartilhado de decisões em que os diversos segmentos possam se representar. Por isso é que, cada vez mais, gestão de meio ambiente vem se transformando em gestão de conflitos. Estaremos sempre tratando de conflito de interesses, que, na maioria das vezes, convenhamos, são legítimos, mas que não necessariamente se compatibilizam. Tais conflitos precisam ser harmonizados. Só um "locus" institucional, um comitê de bacia hidrográfica pode fazer esse trabalho. É isso que temos buscado intensamente.

No Estado, já há 23 comitês de bacia organizados, ainda que necessitando de apoio para funcionar. Dentre eles, 15 foram criados nos últimos dois anos, no Governo Aécio Neves. Outros sete estão em fase de instalação. Esperamos, até o final do próximo ano, que todas as unidades de planejamento hidrológico estejam com seus comitês organizados, para que possamos implementar tanto a formulação quanto a política de gestão das águas e dos recursos ambientais do Estado.

São extremamente importantes os itens colocados em debate nesta manhã, mas nenhum deles deve ser examinado isoladamente. O conceito de sustentabilidade, por exemplo, deve conter uma abordagem sistêmica, integral e matricial das questões alusivas ao meio ambiente.

Cabe-nos destacar questões extraordinariamente importantes relativas à bacia do rio São Francisco, particularmente ao nosso Velho Chico. A primeira diz respeito ao aspecto cultural. Basta dizer que foi na bacia do São Francisco, nas veredas do sertão do Norte de Minas, no cenário do semi-árido que Guimarães escreveu a mais bela página da literatura brasileira, o "Grande Sertão: Veredas". Temos de cuidar para que esse cenário, daqui a 50 ou 100 anos, continue existindo apenas no livro. Essa é a nossa responsabilidade. Essa é a responsabilidade que todos, fazendo ou não parte do Governo, têm para com o rio São Francisco.

E assim, como falamos em meio ambiente como uma grande matriz, falamos também em meio ambiente como cultura. É no cenário da natureza que a cultura se manifesta, e a nossa cultura foi amplamente condicionada pelos aspectos físicos da natureza.

Minas Gerais não seria o que conhecemos sem os alcantilados de suas montanhas, sem suas serranias, sem as barrancas de seus rios, entre elas a mais extensa em território mineiro, a do São Francisco, que, por obra da natureza, percorre a região semi-árida do Estado.

É por isso que temos colocado em discussão com a intensidade necessária a transposição do rio São Francisco. Não porque queremos ter uma posição dogmática contrária; não porque queremos ter uma posição hegemônica contrária, já que Minas tem 73% das águas do São Francisco, mas sobretudo porque, em Minas, para nos comovermos com o drama da seca, não precisamos ir ao Ceará; basta irmos ao Norte de Minas e ao vale do Jequitinhonha. Essas são as questões centrais que temos de considerar ao tratar da questão do Velho Chico, levando em conta a importância de seus aspectos culturais e destacando a importância do aspecto social, por se tratar de um rio que atravessa a nossa região semi-árida, particularmente de Pirapora à jusante. De Pirapora para baixo, toda a extensão da bacia hidrográfica do rio São Francisco é semi-árida. Não há semi-árido apenas no Nordeste setentrional. É preciso estudar melhor a geografia brasileira para entender o óbvio, para entender que de Pirapora para baixo também estamos em pleno semi-árido brasileiro. Aliás, os municípios com o menor IDH do semi-árido estão na bacia do São Francisco e não no semi-árido setentrional. É importante fazer essa menção, para entender a importância social do rio São Francisco, já que atravessa toda a extensão semi-árida norte-mineira, baiana, sergipana, pernambucana e alagoana, permitindo que a vida que escorre em seu leito sirva a um grande contingente de nossos compatriotas que estão às suas margens e que tiram desse rio a sua sobrevivência e a sua principal fonte de vida.

Também temos de falar dos aspectos econômicos, pelas oportunidades econômicas que, ao longo do tempo, o rio São Francisco significou para todo o Norte de Minas Gerais, particularmente para a colonização do Estado, tendo, simultaneamente, importância cultural, histórica, econômica e social, porque foi através de um dos mais importantes afluentes do São Francisco, o nosso rio das Velhas, que os bandeirantes puderam chegar ao vale do Tripuí e construir a pujança de Ouro Preto, ainda no século XVIII. Isso é Minas! Isso é rio São Francisco!

É por essas razões que vamos seguir com nosso trabalho de apoiar as iniciativas de gestão de recursos hídricos de maneira colegiada, participativa e descentralizada, com a convicção de que a tutela do Estado em matéria de meio ambiente não pode excluir a participação da sociedade. Aliás, é uma discussão conceitual, embora arraigada no âmbito jurídico, que precisamos começar a travar no Brasil: quando conferimos ao Estado a tutela sobre determinados bens, não podemos fazê-lo com exclusão da sociedade, como se esta tivesse de ser tutelada por todo o tempo para cumprir suas obrigações de cidadania. Só vamos proteger o meio ambiente para valer quando essa proteção for mais um exercício responsável de cidadania do que responsabilidade do Estado. É nisso que acreditamos, e é por assim acreditar que vamos continuar a nossa luta. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa

Bom-dia aos amigos de Belo Horizonte e de outras regiões de Minas Gerais, ao Deputado Fábio Avelar, ao nosso amigo José Carlos Carvalho e aos demais membros da Mesa que nos honram neste momento de grande importância para a discussão da questão da água.

O tema da sustentabilidade sempre tem sido abordado pela gestão da bacia nas discussões sobre a água. Temo que o termo sustentabilidade acabe virando um lugar-comum, que as pessoas falem sobre o assunto sem ter consciência e sem que exista qualquer consequência prática nisso. Dessa forma, será apenas mais um "marketing", pois ninguém pensa sobre o que realmente seja sustentabilidade.

Albert Einstein dizia que ficava extasiado com a maravilha da natureza ao decifrar suas pequenas porções. Uma das manifestações da inteligência da natureza é a sustentabilidade: uma folha cai da árvore e ajuda a proteger a umidade do solo, por intermédio de bactérias; a evaporação da água do mar, as nuvens que trazem chuva, as estações do ano, a cadeia alimentar, tudo isso compõe um sistema de sustentabilidade, porque uma coisa depende da outra. Seria importante que no meio industrial, agrícola e da produção animal os usuários e empreendedores - que merecem todo o nosso respeito, pois são pessoas que movimentam a produção do País - vissem a questão ambiental não como uma imposição do Governo ou dos fiscais do meio ambiente, mas como algo realmente importante.

Washington Novaes, num artigo publicado no jornal "O Estado de S. Paulo" - um dos melhores jornais em termos de conteúdo -, anuncia um livro que está à venda e chama-se "Desenvolvimento Sustentável - O desafio do Século XXI", da editora Garamound, cujo autor é o Prof. José

Eli da Veiga. Até aqui, temos visto os melhores empresários acolherem os ambientalistas, com quem têm sido condescendentes e boas praças. Agradecemos essa abertura.

Na época da ditadura militar, diziam que chaminé e poluição eram boas porque significavam o desenvolvimento do País. Hoje entendemos esse primarismo, porque não tinham condições de terem melhores idéias.

Conforme esse autor, a economia de condescendente com a ecologia precisa compreender que deve ser hóspede da ecologia. A ecologia deve ser a forma de a produção acontecer. A mineração, a indústria química, todas as atividades humanas produtivas, como as produções animal e agrícola, têm de ser ecologicamente bem-feitas. A economia precisa aceitar que somente será sustentável se for hóspede e raciocinar ecologicamente. Os ecologistas devem abrir espaço para que os industriais, os produtores, os agricultores, os pescadores e os produtores de energia elétrica sejam acolhidos em nosso meio, como companheiros. Caso contrário não haverá desenvolvimento sustentável, somente "marketing".

Cabe aos órgãos de governo e aos comitês de bacias exigirem que a produção sustentável seja conferida cientificamente. Uma produção somente será sustentável se for compatível com a ecologia, se for cientificamente compreensível, e não apenas maquiagem, ou seja, propaganda mentirosa de sustentabilidade. Isso é ridículo. As pessoas estão dispostas a contribuir de forma propositiva, ajudando os produtores a reciclarem seus métodos. Não existe mais espaço somente para denúncias. Desejamos que nos aceitem, para que possamos trabalhar juntos. O mundo é o mesmo. Os nossos filhos e os deles vivem no mesmo mundo. Talvez se casem entre si. Seremos, então, pais e avós das mesmas pessoas.

Outra questão importante é a revitalização da bacia do rio São Francisco. A ação deve ser empreendida em terra. Salvamos as bacias atuando no solo. A sorte dos rios é decidida em terra. Não adianta apenas monitorar os rios: a situação vai piorando, e nada é feito. Precisamos de metas. O que são metas? São objetivos e prazos. As metas devem ser feitas com visão de bacia hidrográfica. Por exemplo, a bacia do rio São Francisco. Precisamos ter idéia do que está acontecendo ali, como níveis de poluição, barragens e assoreamentos. Após essa análise, devemos definir quando conseguiremos controlar determinados efeitos negativos. A partir desse momento, teremos outro rio.

Devemos ter em mente metas e visão de bacia. Precisamos trabalhar com a EMATER, com a Secretaria de Meio Ambiente, com Prefeitos e Deputados. Não adianta apenas investir na revitalização. Por exemplo, vamos liberar um pouquinho para o Prefeito de tal cidade, porque é do meu partido, é uma pessoa bacana e sou majoritário lá. Depois, liberamos mais um pouquinho de dinheiro para o Prefeito de outro local.

Não adianta fazer ETE ali, acolá, cuidar do lixo sem uma estratégia de bacia. O dinheiro vai embora, e isso nos deixa mais frustrados. O Brasil precisa cuidar bem dos seus recursos.

Fizemos um estudo no rio das Velhas e concluímos que para os peixes voltarem ao rio, que é um indicador de qualidade das águas - não estou falando da tilápia nem do tucunaré, mas da traíra, do surubim, do dourado, do matrinxã, curimatã, mandi, etc. -, para ter muita carne para o povo comer e para podermos nadar no rio, só precisamos tratar da questão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, da água do rio das Velhas. Chamamos isso de Meta 2010, ou seja, navegar, pescar e nadar entre Sabará e Santa Luzia. Temos de tratar os esgotos domésticos e industriais e entrar de cabeça nisso. Dr. José Carlos Carvalho, acho que a Meta 2010 precisa ser energizada. O ano 2005 tem de ser o ano do Programa Caça-Esgoto, envolvendo a COPASA, as Prefeituras de Belo Horizonte, de Contagem e de outras cidades próximas, para que sejam construídas estações de tratamento de esgoto como a do Arrudas. A ETE Onça ficaria pronta em junho, mas parece que foi adiada novamente. Agora, não adianta fazer a ETE se os esgotos não chegam nela, se estão caindo no rio pois não estão sendo coletados. Muitas vezes é necessário fazer um esforço enorme para trazer o esgoto para a ETE.

Em 2005, a Meta 2010 chama-se Programa Caça-Esgoto. Temos de nos concentrar nesse programa, caso contrário, não haverá Meta 2010. Isso envolve a COPASA, as Prefeituras de Belo Horizonte, Contagem, Sabará, Santa Luzia, Nova Lima e outras. Se conseguirmos despoluir o rio das Velhas nessas regiões, a natureza fará a parte dela, pois tem capacidade de recuperar-se rapidamente. São milhares, trilhões de bactérias trabalhando para nós, além do sol, da ventilação. Aí, todo o rio das Velhas estará salvo. A água vai melhorar rapidamente, poderemos pescar e nadar em todo o rio das Velhas e teremos feito a maior obra de revitalização do São Francisco. É isso que os nossos amigos do Ministério do Meio Ambiente têm de entender, não devem ficar procurando as pessoas separadamente oferecendo uma coisa ou outra. Precisam respeitar os comitês, que são racionais na gestão. Então, se furar o esquema, não irá resolver nada. Tenho de trabalhar para esses comitês. O comitê define o território da bacia hidrográfica, e as sub-bacias do rio das Velhas e do rio São Francisco definem as metas. Todos os comitês e sub-comitês têm de ter as suas metas, que são objetivos e prazos. E essas metas não podem ser para 20, 30 anos. Os nossos objetivos têm de ser alcançados em 5, 10, 15 anos para que nós e os nossos filhos possamos ver. Quem irá se mobilizar com muita força em um negócio de 100 anos?

A outra questão se refere à agenda cultural. O Projeto Manuelzão começou a trabalhar com a agenda ambiental, sempre enfocando que a mudança de mentalidade era o grande objetivo. Se trabalho com a agenda ambiental, trabalho com peixe. Fizemos cinco pesquisas sobre peixes, juntamente com o pessoal de biologia do ICB, e conhecemos quase tudo sobre eles. Estamos fazendo um trabalho de pesquisa sobre os insetos, as baratinhas que moram no fundo do rio e na beirada daquelas pedras, que são indicadores de qualidade. Temos de estudar as rãs, os sapos, as mariposas, as libélulas que vivem ali perto do rio.

O reflexo da vida está nesses animais, nas plantas. Isso é o mesmo que cuidar dos nossos filhos, porque a saúde dos rios e dos peixes é determinante para o futuro dos nossos filhos. A saúde humana não pode ser vista separadamente da saúde dos animais e das plantas, que se manifesta na qualidade da água.

É necessário que eu desenvolva não apenas a agenda ambiental, que é macro e sistêmica. Tenho de pensar no total, de forma transdisciplinar. Trata-se de um sistema. Preciso promover a agenda cultural. Por meio da arte, da música e da literatura, amoleço a moleira das pessoas para mudarem a cabeça. Os nossos habitantes estão muito brutalizados por uma mídia de baixo nível, que incentiva somente sexualidade, "Big Brother", violência, crime, não mostrando o trabalho construtivo de ninguém, mas apenas exemplos negativos, para vender. Vender bonequinha da Xuxa, deixando o menino pobre contra o pai e a mãe, por não disporem de R\$200,00 para comprá-la. Isso é terrível. E essa brutalidade só pode ser mudada por meio do teatro, da música, da literatura.

Por isso o Projeto Manuelzão está incentivando e criando o FestiVelhas Manuelzão, em Morro da Garça, no mês de setembro. Estamos trabalhando com muitas pessoas da USP, artistas de expressão internacional. Todos estarão acampados, dormindo no chão, no Morro da Garça, no período de 2 a 7 de setembro.

A agenda cultural tem de ser promovida, pois não virá sozinha. Temos de incentivá-la, mudar a mentalidade das pessoas, e fazê-la encontrar-se com a agenda ambiental, que constitui a grande mudança da mentalidade mundial. É economia ser hóspede da ecologia.

Para terminar, não poderia deixar de abordar a questão da transposição, senão vocês estranhariam. O projeto da transposição que aí está, com mudanças mínimas, é do Cel. Mário Andreazza, da época da ditadura militar. Homem muito realizador - chegou a fazer a Transamazônica, que hoje virou mato novamente -, propôs, em 1982, na convenção do PDS, a transposição do São Francisco, esse projeto que aí está, com pequenas modificações. Não conseguiu, porque perdeu a eleição na convenção para o Maluf. Desejava atrair voto do Nordeste. Mas o que

aconteceu? Após sua morte, seus assessores criaram um grupo de consultoria, em São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Esse grupo é insistente e está sendo financiado por grandes indústrias ligadas à construção civil. Ao invés de construir casas para o povo morar, quer obra complicada, não sei para quê. Esse grupo colocou o projeto nas mãos do Itamar Franco e do Fernando Henrique. Não passou, porque o Ministro José Carlos Carvalho estava lá e conseguiu dar o nó nesse povo. O mesmo grupo apresentou o projeto do Andrezza ao Lula, e o Ciro Gomes, muito esperto, indicou o José Alencar para dirigi-lo. O José Alencar, que não é nada bobo, esteve aqui em um debate e, vendo não haver nenhuma aceitação disso em Minas Gerais, saiu fora, passando a questão ao Ciro Gomes, que está fazendo o papel de querer nos enganar, dizendo que levará água ao sertanejo pobre. Estou até um pouco preocupado com essa insistência: só falam que a transposição será feita para levar água ao sertanejo pobre, que passa sede, e que os mineiros devem ter pena do nordestino que está com sede. Não fala dos interesses políticos e eleitorais que tem no Ceará e no Nordeste. Lembra-me um pouco um ex-Presidente que tivemos, o Collor de Melo, que fez toda a sua campanha dizendo que caçaria e prenderia marajás. Quem era o seu assessor? PC Farias. Por que não falava o que pretendia fazer: tomar o dinheiro da nossa poupança, aprontar?

Acho que o Collor fez coisas boas que continuaram nos Governos de Fernando Henrique e Lula, mas foi cassado porque queria roubar só para o grupo dele, de Alagoas. Outros corruptos apoiaram a cassação dele, tanto é que os membros da Comissão do orçamento federal, logo depois que cassaram o Collor, foram cassados também. É necessário roubar com todo mundo participando, democraticamente. Este programa está sendo transmitido ao vivo, não estou defendendo que se deva roubar, estou falando ironicamente.

Proponho aos Deputados que aqui estão, especialmente aos Deputados Fábio Avelar e Ronaldo Vasconcellos, uma atuação mais contundente da Assembléia de Minas para barrar a transposição do São Francisco. Um conduta que fale em nome de Minas Gerais unindo os Deputados Federais da bancada mineira, de todos os partidos. Não farei proposta ao Ministério Público, pois sei que ele já se prepara para atuar no âmbito da bacia em relação à transposição.

Ontem, a Deputada Maria Tereza Lara, do PT, foi feliz em sua fala. Ela disse que, apesar de a transposição ser um projeto do Governo de seu partido, não nos pode ser imposto goela abaixo; é necessário discuti-lo mais. Palmas para ela, foi sensata. Estou vendo muitas pessoas do PT, partido que ajudei a fundar, com dúvidas sobre a transposição. Eles não sabem que podem ajudar muito mais que nós, pois fazem parte do poder.

Proponho que os Deputados Estaduais e Federais façam uma mobilização e que os Governadores de Minas, Bahia e Sergipe se unam para barrar esse projeto. Não sei detalhes, Dr. José Carlos tem mais informações. A sociedade civil está fazendo sua parte, mas não temos o poder de mobilizar a grande mídia, como a Globo. Depois do que o Ciro Gomes falou, é necessário que haja outra matéria falando a verdade.

Fui eu quem lancei a candidatura dele a Vice-Prefeito de Belo Horizonte. Ele até pensava em sair candidato por outro grupo. Falei a ele que minha mulher gostava muito de vê-lo falar na televisão e que o achava muito simpático. Também disse a ele para ter cuidado, porque simpatia só não basta. Brinquei dizendo que ele tinha chance de compor com o Fernando Pimentel. Ronaldo Vasconcellos, como Vice-Prefeito da maior cidade da bacia do São Francisco, líder da região metropolitana, pode fazer muito. A Prefeitura de Belo Horizonte está muito tímida em relação à transposição do São Francisco, sobretudo em relação à Meta 2010. A Prefeitura de Belo Horizonte precisa abrir o coração e abraçar a causa do meio ambiente, da bacia do rio das Velhas e da revitalização do São Francisco. Nossa esperança é você, porque você é nosso companheiro de meio ambiente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Prof. Apolo, com cujas idéias comungamos. Tenho participado de várias audiências sobre essa transposição, mas ainda não conseguimos encontrar nenhuma pessoa favorável a ela. Como ambientalista, deixo claro que sou contrária a esse projeto da transposição, bem como à maneira como vem sendo conduzido pelo Governo Federal. Como engenheiro que sou, o tema pode ser forte, mas considero esse projeto uma das aberrações da engenharia, porque é técnica e economicamente inviável, por todos os motivos que vocês já conhecem.

Esclareço que se encontra em tramitação nesta Casa, capitaneada pelo Deputado Gil Pereira, Coordenador da CIPE São Francisco, a iniciativa de formação de uma comissão parlamentar em defesa do rio São Francisco. Para tanto, contamos com as assinaturas de vários Deputados, esperando conseguir, na próxima semana, um número expressivo, e aqui fazemos um apelo aos Deputados da Bancada do PT para que assinem esse documento, que evidenciará a posição de Minas Gerais.

Ontem, encontrando-me com o Presidente do nosso partido, o PTB, Deputado Romeu Queiroz, trabalhamos pela formação de uma comissão conjunta da bancada de Deputados Estaduais e da bancada dos Deputados Federais, a fim de mostrar nossa voz no Congresso Nacional.

Cumprimento, mais uma vez, o Sr. Apolo, pelo lançamento do livro sobre a expedição ao rio das Velhas, sendo que tive a oportunidade de assistir ao DVD referente ao assunto. Tanto o livro quanto o DVD deveriam ser do conhecimento de todos nós que defendemos o rio São Francisco e o rio das Velhas.

Solicitamos ao Coordenador dos trabalhos a partir de agora, Dr. Ronaldo Vasconcellos, que dê prioridade de resposta ao Secretário José Carlos porque necessitará se deslocar para a cidade de Montes Claros, às 11 horas, acompanhando o Governador Aécio Neves em uma missão ao Norte de Minas.

Passo a coordenação dos trabalhos ao ilustre Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos, esse ambientalista cujo trabalho todos conhecemos, tanto na Câmara Municipal de Belo Horizonte como aqui, nesta Casa, como Deputado Estadual, como Presidente da Comissão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, sendo também muito atuante no Congresso Nacional. Enfim, um profundo conhecedor das questões ambientais e que, para a minha felicidade, é meu colega no nosso querido PTB.

#### Esclarecimentos sobre os debates

O Sr. Coordenador (Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos) - Meus cumprimentos aos companheiros de Mesa, a todos e a todas. Não distinguirei nomes, porque alguns já foram citados, e minha função é a de coordenar os debates.

A partir deste instante, daremos início à fase de debates. A coordenação informa ao público que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões deverão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizar os debates, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

#### Debates

O Sr. Coordenador - Estive nesta Casa durante 12 anos e, como Deputado Estadual, sempre participei, como Presidente ou Vice-Presidente, da Comissão de Meio Ambiente. Minha vida parlamentar aqui foi dedicada à questão ambiental. Em 1993, realizamos o seminário Águas de Minas,

que deu origem ao projeto de lei que trata da política estadual de recursos hídricos, antecedendo a lei federal, que veio em 1977. Em 1999, esta Assembléia, ainda com a nossa humilde e determinada participação, editou a nova lei estadual, obedecendo aos ditames da lei federal, que é marco na política de recursos hídricos deste País. É bom que os parlamentares que se dedicam a esta questão sejam reconhecidos. É bom que as pessoas se dediquem, cada vez mais, às questões ambientais, de forma corajosa e até mesmo amorosa. Participei também da CIPE São Francisco, visitando alguns Estados, inclusive.

Estou fazendo este preâmbulo para que as perguntas comecem a surgir. Quero pedir, como orientação dos trabalhos, que cada participante faça a pergunta e o debate com o palestrante. Vamos fazer grupos de três para facilitar o andamento dos trabalhos. O Secretário José Carlos de Carvalho está com o tempo curto, por isso gostaria que expusessem suas dúvidas, que poderão ser esclarecidas por ele. Alguém do Plenário gostaria de fazer algum questionamento ao Secretário e ao Dr. Apolo?

A Sra. Georgina Fátima - Sou estudante do Curso de Pedagogia, 8º Período, da UNI-BH. Preocupo-me quando o homem interfere no curso da natureza, como a retirada de minérios, que destrói as montanhas de Minas. Pergunto: com a transposição do rio São Francisco, será que Minas ficará sem água, sem os rios naturais? Tenho medo da interferência do homem na natureza, pois esta é sábia e sabe quando mudar seu curso. A proteção ao meio ambiente, sem transposição, é viável. Assim penso eu.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Quero lembrar ao Plenário que muitas pessoas tentaram evitar que o Bush fizesse a guerra do Iraque. Todos mostraram bons argumentos, no entanto, ele fez a guerra, que teve consequências graves. Esse paralelo que faço é para mostrar que toda a sociedade está dizendo ao Presidente que não se deve fazer isso. Estudos técnicos mostram isso, mas ele, juntamente com os políticos nordestinos, está tentando empurrar essa decisão goela abaixo da sociedade.

Pergunto: onde estão os Deputados Federais em que votei? Onde estão os Deputados Estaduais em que votei? O que pensam as bancadas dos partidos? O que pensam os Prefeitos das regiões? Por que ninguém fez nada até agora?

Por outro lado, sinto saudades do Itamar. Com toda a dificuldade e com toda a piada que havia, ele simplesmente colocou lá a polícia para não fazerem isso com Furnas. Agora, o nosso Governador tem de ficar bem com os políticos. Não entendo de política de governo, mas de base. Para ficar bonito e bem com todos, ficam quietos, e, no ano que vem, há eleição, e gostaria que as pessoas observassem as coisas para saber votar, em 2006.

No Ceará, esse Ministro da transposição fez um canal do trabalhador. Dinheiro jogado fora. A questão do São Francisco será o Iraque do Governo Lula. Quem vai pagar? Não é dinheiro dele, mas nosso. Voltamos novamente à questão da propaganda. Outro dia, meu pai brigou comigo porque disse que eu era contra levar água para o Nordeste, que somos egoístas. Ele fala que todas as chuvas e catástrofes que ocorrem no resto do Brasil são castigo de Deus porque não queremos levar água para o Nordeste. Parabênizo as empresas de propaganda, que, realmente, são fantásticas e conseguem convencer o ignorante, e o Secretário da Educação continua, sim, negando educação, para que as pessoas permaneçam ignorantes. Era só isso.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Prof. Paulo. A Vereadora Sílvia Helena dirigiu uma carta a mim. Como ela é elogiosa, Sílvia Helena, não a lerei. Depois, conversaremos. Obrigado.

O Sr. Tonhão - Tonhão, do Movimento Verde, de Paracatu. Há uma proposta feita pelo Apolo de começarmos a agir imediatamente para mobilizar tanto a bancada de Deputados Federais de Minas quanto a de Deputados Estaduais, com a maior brevidade possível, a fim de barrar essa transposição. Não há alternativa, temos de agir no Legislativo e também tentar mobilizar todos os Prefeitos e Governadores da bacia do São Francisco. A proposta seria a de que formássemos aqui uma comissão com a sociedade civil, o poder público estadual, o poder público municipal da Grande BH, principalmente, o Governo do Estado e o Ministério Público. Temos o Ronaldo que, além de ser Vice-Prefeito, é Deputado Federal, e o ex-Deputado Estadual. Então, a nossa proposta seria montarmos essa comissão. Estão presentes o Manuelzão, o Movimento Verde de Paracatu e inúmeras outras entidades da sociedade civil. Com elas, formaremos essa comissão e tentaremos essa mobilização, com um trabalho e uma articulação que ainda não foram feitos e que serão de fundamental importância para fazer com que as pessoas que têm o poder na mão, tanto na sociedade civil como na esfera do poder público, se mobilizem e mostrem o posicionamento concreto da sociedade como um todo.

O Sr. Coordenador - Agradeço a sua participação e digo que aqueles que me conhecem sabem que não gosto de fazer eventos e, depois, ficar só no factóide, sem produzir efeitos. O Deputado Fábio Avelar disse com muita propriedade que este fórum tem por determinação colher sugestões de ações, manifestações, moções ou qualquer coisa assim. Peço, então, ao Apolo que faça as considerações quanto às três perguntas efetuadas.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Georgina, quanto à sua questão, para viver melhor, o ser humano precisa utilizar os recursos naturais. Temos que fazer mineração. O problema é que as minas de ferro coincidem com as minas d'água. É da natureza geológica do Quadrilátero Ferrífero conter grandes concentrações de água. A ciência e a tecnologia permitem que se extraia minério de ferro e que se preservem os recursos hídricos. Naturalmente, não dá para manter como estava, mas se pode obter desenvolvimento sem arrasar tudo.

Esse é o grande desafio, tendo em vista a nossa tradição de mineração. A primeira grande vítima da mineração foi Tiradentes, morto por causa da questão ligada à extração do ouro e da cobrança do "quinto dos infernos" da Maria I. Portanto, há uma relação muito antiga entre Minas e mineração. Depois apareceu a extração do minério de ferro, perto de Belo Horizonte.

É possível, em princípio, haver uma boa convivência entre a sociedade, as mineradoras e o meio ambiente. Para isso, é necessário ter muita coragem, fazer mobilizações, falar a verdade e haver um Estado e geólogos se posicionando. Geólogo é um profissional que deve ser firme, muitas vezes até perde o emprego. A área governamental precisa de um serviço de geologia forte, porque as empresas de mineração têm mais geólogos que os órgãos do Estado. Muitas vezes, não há como fazer uma avaliação insuspeita, porque não há técnicos.

Quanto à transposição das águas, ela não é só má do ponto de vista ambiental: tirará direitos de Minas sobre seu território e suas riquezas naturais e limitará o uso que fazemos da nossa água, porque a outorga dada lá fará com que se limite o uso da água aqui. O problema é que não há necessidade de se fazer essa transposição, o motivo é outro. Vão gastar US\$7.000.000.000,00, mas estão falando que vão gastar R\$4.000.000.000,00, o que é mentira. Serão gastos, na verdade, US\$7.500.000.000,00 para se concretizar toda a obra. São R\$20.000.000.000,00. Muita gente que é a favor da transposição está puxando esse número para R\$4.000.000.000,00, mas esse valor corresponde a dois anos de trabalho.

Não temos tempo de aprofundar a discussão. Achei a fala do Paulo muito correta: a transposição do São Francisco vai ser o "iraque" do Governo Lula, porque ele não vai terminar essa obra - aliás, nem vai começá-la direito - e terá muita dor-de-cabeça. Quando cair na real, verá que foi uma péssima opção.

Na realidade, não acredito que essa história vá para a frente pela própria contradição interna, mas precisamos ajudar a sepultá-la. Acho que, para isso, pouco está sendo feito. Minas e a Bahia, sobretudo Governos, Deputados e Prefeitos, precisam dar uma empurrada forte, enviar uma

mensagem para Brasília.

A propaganda realmente é ótima, Paulo: acabamos engolindo coisas que não têm sentido. O "Tonhão", do rio Paracatu, aborda a necessidade de uma ação concreta, a formação de uma comissão para ir a Brasília fazer pressão. Os moralistas não pressionam o Governo quando querem diminuir impostos ou quando querem tirar empréstimos no Banco do Brasil? Também temos de pressionar.

Quando Virgílio foi candidato a Presidente da Câmara, todo o Brasil se mobilizou, mas o problema da transposição é muito mais importante que eleição na Câmara, mesmo porque o Severino realmente representa a Câmara dos Deputados. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Com certeza. Quero apenas fazer a seguinte consideração: de fato, precisamos de uma ação mais efetiva. Como membro da Frente Parlamentar em Defesa das Águas, assumo o compromisso de produzirmos um documento, de irmos a Brasília e de unirmos forças com os ambientalistas. E não digo isso só em termos de discurso.

Realizamos uma audiência pública nesta Casa, e manifestei a minha opinião enquanto representante do povo mineiro.

Ontem estivemos com o Dr. Apolo, que expôs o que o Projeto Manuelzão tem proposto. Não está havendo omissão, mas temos de implementar mais ações.

Quero entender que nosso grande amigo e companheiro Paulo quis apenas nos provocar, uma vez que comparar nosso Presidente com a situação do Bush é no mínimo exagerado. Creio na reta intenção do nosso Presidente, que, desde que unamos forças, estará pronto para ouvir o clamor do povo, o clamor dos movimentos organizados. Esse tem sido seu compromisso, objetivando mudar a proposta do projeto.

O Sr. Coordenador - Para que se tenha noção, o orçamento anual da cidade de Belo Horizonte é da ordem de R\$2.500.000.000,00, enquanto a obra sobre a qual o Apolo falou ficará em torno do orçamento de Belo Horizonte multiplicado por "n" vezes.

O Sr. Wilson - Sou da comissão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e também da comissão do SF4 do São Francisco. Secretário, estávamos juntos em Aracaju, quando, oficialmente, o Vice-Presidente, acompanhado pelo Governador João Alves, anunciou essa bendita transposição. Foi uma vaia geral durante o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Nós, da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, continuamos com essa vaia. O Alto Paranaíba está contra, apesar de não participar da área que será prejudicada. Estaremos juntos para mostrarmos ao País que essa transposição não é legal para nós. Obrigado.

A Vereadora Sílvia Helena - Minha intervenção é para reforçar a importância deste seminário. Reconhecemos em V. Exa. nosso defensor das causas ambientalistas e nosso grande Vice-Prefeito. Faço uma crítica porque acho que nós, de Belo Horizonte, estamos falhando, uma vez que até agora não nos manifestamos. Reforço a fala do companheiro sobre a necessidade de uma ação mais efetiva de um comitê de mobilização para irmos à luta em defesa não só de nossa vida, como também da vida do Planeta. Em nome da Bancada do PPS na Câmara Municipal, deixo claro o nosso esforço para participar dessa luta juntamente com todos os que defendem essa causa. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Vereadora Sílvia Helena. Sua participação muito engrandece este movimento. Com a palavra, o Sr. Rui Viola.

O Sr. Rui Viola - O Prof. Heringer tem razão quando afirma que o problema da água passa pela despoluição do rio das Velhas. Parece-me que não apenas Belo Horizonte, mas todo o Estado, não quer atacar esse assunto de frente. Gostaria de saber do Prof. Heringer que percentual de despoluição do São Francisco resolveria o problema em Belo Horizonte.

Em segundo lugar, a questão das águas não passa apenas pelas águas do São Francisco. As enchentes em Belo Horizonte, como a que ocorreu na Av. Mem de Sá, são um absurdo. Parece que já não se fazem obras em Minas Gerais. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Pergunta de José Estevam da Silva ao Secretário José Carlos Carvalho: "Secretário, a Lei nº 9.433, de 1997, poderá ser relegada ao esquecimento por uma vontade política?".

Pergunta de Ciomar Lima de Souza: "Como em nosso município, Janaúba, não há Secretaria de Meio Ambiente e o Prefeito atual não faz nada para preservar ou proteger o nosso rio e a nossa represa de abastecimento, o que pode ser feito?".

Pergunta de Aroldo Cangussu: "Os defensores do projeto da transposição alegam que a captação se dará próximo à foz. Ou seja, após o rio ter percorrido toda a sua extensão. Então, por que Minas é contra?".

O Secretário José Carlos Carvalho - Antes de responder às três perguntas, gostaria de fazer um rápido comentário sobre as iniciativas que têm sido adotadas em Minas, tanto pelo Governo, quanto por outras entidades da sociedade em relação à transposição do rio São Francisco. É evidente que a intensidade do que está sendo feito pode estar sendo considerada insuficiente. É uma questão que temos que examinar, mas acho que está claro para todos que estão acompanhando que a posição do Governo de Minas procura refletir a opinião da sociedade mineira contra a transposição, tal como o projeto está concebido. Quero deixar isso muito claro para que não parem dúvidas quanto a nossa posição. Até porque quando falei, no início, disse que não temos posição dogmática contra. Não queremos ter uma posição hegemônica porque temos 73,5% das águas, mas não concordamos com o projeto tal como está concebido porque entendemos que não atende às finalidades anunciadas na propaganda. Esse projeto atende a uma pequena parcela do semi-árido, que é o semi-árido setentrional, e parte de algumas concepções e conceitos absolutamente equivocados, porque se a água, por si mesma, resolvesse todos os problemas da exclusão social, não teríamos populações extremamente pobres às margens do rio São Francisco, desde Pirapora até o Atlântico, e o vale do Jequitinhonha não seria uma das regiões mais pobres de Minas e do Brasil. Há uma questão de conceito, porque achamos que estamos ajudando o Governo, ao colocarmos essas questões e permitirmos que seja possível um debate mais amplo para discutir essas questões. O próprio comitê e o Governo de Minas apóiam e estão em linha com as decisões do comitê da bacia hidrográfica. O próprio comitê já decidiu que numa situação de escassez não há impedimento em usar a água do rio São Francisco para abastecimento público. Precisamos ver isso claramente definido.

Com relação à posição do Governo de Minas, queria chamar a atenção para ponto que talvez não tenha sido divulgado com a intensidade necessária: o Estado de Minas foi o único Estado que deu entrada a uma ação na justiça pedindo a revisão do EIA-RIMA do projeto de transposição, cuja decisão foi avocada pelo Supremo Tribunal Federal para que não ficasse dúvida com relação à nossa posição. Podemos ter uma retórica mais forte, mas eu, pessoalmente, por estilo, acho que a retórica nem sempre é o caminho mais eficiente. Queremos manter uma posição firme por entender que o projeto tal como está concebido não atende às suas finalidades e não vai resolver o problema do semi-árido, porque um verdadeiro programa de abastecimento público de água para o semi-árido tem que assegurar um semi-árido sem carro-pipa.

O carro-pipa deveria ser usado como símbolo. Enquanto tivermos carro-pipa distribuindo água em qualquer região do semi-árido setentrional, as políticas públicas serão ineficientes. A transposição continuará mantendo o carro-pipa, e essa é uma das razões por que somos contra.



Ao organizarmos os comitês de bacias e elaborarmos os planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas, estamos tirando a Lei nº 9.433 do papel. Essa é, aliás, a polêmica entre a decisão do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Não queremos estabelecer a "ditadura do comitê". O comitê tem seu papel e deve ser respeitado, mas reconhecemos que suas decisões podem ser modificadas; se, no entanto, começarmos a usar as instâncias superiores para atropelar as decisões do comitê, poderemos desconstruir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos como ele foi concebido, ao invés de estar cooperando com sua construção. Isso merece cuidados.

Outra pergunta se refere ao rio de Janaúba. Vejam bem a importância dos comitês: à medida que vamos organizando os comitês, essas questões vão ganhando um "locus" adequado para o debate e para a solução dos problemas. Esse ponto merece nossa preocupação. Pedirei ao Dr. Paulo Theodoro, do IGAM, para interagir no exame dessa questão.

Por fim, pergunta-se sobre a captação que se dará próximo à foz, ou seja, depois de o rio ter percorrido toda a sua extensão. Na verdade, a captação se dá em Sobradinho, a jusante de Sobradinho. Aqui, um aspecto merece ser avaliado. Em primeiro lugar, o projeto, tal como foi concebido e encaminhado para instruir o licenciamento ambiental que está tramitando no IBAMA, é de vazão de retirada mínima de 26m<sup>3</sup>, máxima de 127m<sup>3</sup> e média de 65m<sup>3</sup>. Esse é o projeto que, uma vez licitado, será construído.

De posse do projeto, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos mudou a regra de operação. Aí começam as polêmicas. O conselho decidiu que fica outorgada uma vazão de retirada mínima de 26m<sup>3</sup> e que só se poderá usar mais de 26m<sup>3</sup> quando Sobradinho estiver vertendo. E todos sabem - há muitos técnicos no plenário - que Sobradinho verte 40% do tempo. Então, vai-se fazer uma obra para transportar 127m<sup>3</sup> com o custo para transportar 26m<sup>3</sup>, que só vai transportar mais de 26m<sup>3</sup> quatro anos em dez.

Estamos falando de uma infra-estrutura que já nasce subutilizada em 60% do tempo. Esse é um ponto a ser discutido. Costumo dizer: tenho mais dúvidas que certezas.

Então, enquanto as dúvidas não forem totalmente esclarecidas é preciso continuar discutindo. Esse é um ponto.

Também é preciso que se faça uma leitura correta. Diz-se que o rio chega com 2.800m<sup>3</sup> no oceano Atlântico, o que parece muito. Mas, fazendo uma análise comparativa, a bacia do Tocantins, com praticamente a mesma área territorial de contribuição da bacia do São Francisco, chega com 11.500m<sup>3</sup>. Então, a bacia do São Francisco é uma bacia pobre, porque, na verdade, só tem água de Pirapora para cá - é nessa região que há a concentração das precipitações pluviométricas que alimentam o rio. De Pirapora para lá, a contribuição é extremamente pequena, porque o rio entra no semi-árido, como já dissemos aqui.

Então, se 73% das águas do São Francisco que chegam no Atlântico são de Minas, esse negócio de dizer que a retirada de 2.000km de Minas não prejudica o Estado é considerar que o rio São Francisco nasce em Sobradinho. Há aqui uma questão de geografia: precisamos lembrar que o rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, não em Sobradinho. E mais, se 73% das águas que vão passar no ponto de captação são de Minas Gerais, reforça-se a necessidade de se fazer a avaliação ambiental da porção mineira da bacia, até para assegurar que essa água, em quantidade e qualidade, continue passando ali, hoje e no futuro.

Por fim, para responder conclusivamente a essa pergunta, de modo a evitar qualquer mistificação, não é mentira dizer que 26m<sup>3</sup> é apenas 1% da água média que chega no Atlântico - já que, para veicular na televisão, eles consideram a vazão mínima de retirada. Isso não é mentira, mas a comparação honesta seria entre o que vai ser retirado e a vazão alocável. Essa é a comparação honesta. A ANA, do próprio Governo Federal, em documento que foi examinado e aprovado pelo comitê da bacia, depois de considerar a necessidade de água para a navegação, na parte navegável, a necessidade de geração de energia da CHESF, que tem cinco grandes usinas hidrelétricas, e a vazão de restrição, que é a chamada vazão ecológica, para impedir a intrusão da língua salina, que hoje já está 15km dentro do rio - o que quer dizer que o oceano Atlântico já entrou 15km no São Francisco -, chegou à conclusão de que a vazão alocável é de 360m<sup>3</sup>. É isso o que será permitido outorgar para uso dentro da bacia. Então, qualquer comparação tem que ser feita com esse parâmetro. Assim, um projeto de captação média de 65m<sup>3</sup> significa praticamente 20% da vazão alocável, e é óbvio que quando se outorga parte da vazão alocável está-se refazendo a equação da distribuição espacial da água no âmbito da bacia. Isso porque se os 360m<sup>3</sup> devem ser distribuídos espacialmente entre Minas, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas, além de parte do Distrito Federal e de Goiás, que também possuem porção territorial na bacia hidrográfica, não se pode dizer que a outorga de água não afeta nada. A retirada de qualquer volume de água dos 360m<sup>3</sup>, sobretudo a jusante, cria restrições de uso para quem está a montante. Isso é uma questão de aritmética.

Pessoalmente, não terei dificuldade alguma em concordar com uma restrição de uso em Minas, se essa água for realmente necessária para o abastecimento humano, o que não é a finalidade do projeto. Todos os estudos de especialistas, encomendados por Minas Gerais, particularmente em relação ao eixo Norte, demonstram que há disponibilidade de água no eixo Norte para o abastecimento humano e que 80% da água para lá transportada são para a irrigação e a criação de camarão.

E não vale dizer que criação de camarão é para dessedentação animal, justificando a outra possibilidade de transferência de água.

A grande discussão que fazemos poderia ser para todos os que querem contribuir, mesmo aqueles que criticam - e às vezes criticam com certa intensidade - porque querem o sucesso do Governo e do Brasil. Ao invés de fazer uma obra de engenharia, um projeto de transposição, seria fundamental fazer um programa de desenvolvimento sustentado do semi-árido brasileiro e da bacia hidrográfica do São Francisco para atender a todas as demandas do semi-árido. Não faz sentido investir US\$1.500.000.000,00 com a finalidade de levar água para criar camarão no Rio Grande do Norte e não fazer investimentos para o abastecimento público de comunidades que estão sem água a 10km do rio. O grande mérito não está em tirar ou deixar de tirar 10 ou 15m<sup>3</sup> de água do São Francisco para levar para o semi-árido, mas em examinar a eficácia do projeto como solução definitiva para o drama da seca e da falta de água no semi-árido. Como justificar o gasto de US\$1.500.000.000,00 num projeto que levará água para criar camarão no Rio Grande do Norte e deixar sem água municípios como São Romão, em Minas, que todo ano frequenta a lista de emergência da Defesa Civil de Minas e tem de abastecer comunidades da zona rural com carro-pipa? Acho correto que Minas queira discutir dessa forma e que lidere a discussão.

Tenho dificuldade em relação à análise econômica, porque se a única alternativa para abastecer for tirar água deste ou daquele lugar, não há necessidade de exigir a sofisticação de uma análise econômica, porque água para beber é o quanto vale. Mas, água para desenvolvimento, não. Aí é fundamental incluir a análise de custo-benefício e de custo-oportunidade, e o projeto não resiste a essas análises, o que é mais uma razão para ficarmos contra.

O Sr. Coordenador - Pergunta de Cláudio Filho para Apolo Heringer: "Entre os vários conceitos encontrados na literatura sobre desenvolvimento sustentável, qual seria o mais apropriado para o Brasil, tendo em vista nossa precária questão social?"

Pergunta de Fátima Abreu Alcântara para Apolo Heringer: "Preocupo-me quando o homem interfere no curso da natureza, como, por exemplo, a retirada do minério, fazendo desaparecer as montanhas de Minas. Com a transposição do rio São Francisco, será que Minas ficará sem água e

sem os rios naturais com o passar do tempo? Tenho medo da interferência do homem na natureza, que é sábia e conhece seu curso. A proteção do meio ambiente sem transposição é viável, a meu ver".

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Em primeiro lugar, responderei à pergunta do engenheiro Rui, que perguntou: "Qual o impacto da despoluição do rio das Velhas no São Francisco?".

O rio das Velhas e o rio Paraopeba são os dois maiores poluidores do rio São Francisco nessa região. O rio das Velhas ainda é mais poluidor que o rio Paraopeba.

O volume de água do rio das Velhas é muito grande quando chega no São Francisco, e já há uma depuração natural porque muita sujeira fica no fundo do rio.

Cerca de 75% das águas do São Francisco saem de Minas Gerais. Os grandes volumes de água vêm dos rios Paracatu e Urucuia, que ficam a jusante de Pirapora. Se a poluição do São Francisco em Minas Gerais obtiver o valor 100, a contribuição da despoluição do rio das Velhas não terá valor menor que 40%, devido ao seu volume de água e à população da bacia, ou seja, mais de 4 milhões de pessoas na área de drenagem. A população da bacia do São Francisco, conforme análise, não é mais de 15 milhões de pessoas. O peso da população do rio das Velhas é muito grande, levando-se em consideração agrotóxicos e esgoto de cidades pequenas. Creio que o impacto na despoluição desse rio não será inferior a 40% sobre 73% das águas que chegam ao Estado da Bahia.

O Cláudio Filho deseja saber qual é o conceito de desenvolvimento sustentável mais apropriado ao Brasil, tendo em vista a nossa precária questão social. Talvez o Cláudio esteja estabelecendo relação entre pobreza e desenvolvimento sustentável. A pobreza gera degradação ambiental, mas as regiões mais degradadas são as mais ricas. As empresas mais ricas e as cidades mais ricas degradam mais. As pessoas muito pobres têm dificuldades até para degradar o meio ambiente. A pobreza é dispersa em áreas do interior. Na Capital e nas grandes cidades, a concentração é muito grande. Nas áreas pobres, o esgoto é jogado nos rios, porque não existe outra alternativa: não há coleta de lixo, e, quando existe, o material também é jogado nos rios.

Quanto à sustentabilidade, o poder público precisa garantir saneamento básico para pobres e ricos. Em escala mundial, acontece o mesmo: o maior poluidor do mundo são os Estados Unidos, e não os países mais pobres. A questão social precisa ser resolvida para diminuir a degradação ambiental, mas não é o problema principal em termos de grau de poluição. As degradações ambiental e social não estão separadas.

A Fátima Alcântara expressa sua preocupação com a interferência do homem na natureza e deseja saber se a transposição do rio São Francisco prejudicará Minas. Fátima, devemos ter medo da interferência do homem em tudo, como na política. O ser humano é um animal - mamífero, vertebrado - perigosíssimo, mas possui grande capacidade de desenvolvimento. Precisa interferir na natureza, mas pode fazer intervenções sustentáveis, ecológicas, que não causem danos. Por exemplo, estão desmatando o cerrado e a Amazônia a fim de plantar soja. Isso é um desastre. Já imaginaram se desmatarem a Amazônia ou o que sobra do cerrado a fim de plantar mamona ou girassol para fabricar óleo diesel? Podemos produzir biodiesel aproveitando áreas degradadas.

Segundo estudo feito pelo Sr. Paulo Romano em Brasília - estive lá na semana passada -, a atual produção do Brasil poderia ser feita em 1/3 do território. Ou seja, estamos gastando 2/3 a mais que o necessário para obter a atual produção. A pecuária extensiva tem predominado por falta de tecnologia e desenvolvimento.

Recentemente, foi publicada uma reportagem sobre a grande quantidade de carvão de matas naturais do Sul da Bahia que vêm para a siderurgia mineira. O desmatamento no Brasil continua, áreas que não poderiam ser desmatadas estão sendo desmatadas. Às vezes até se conseguem legalmente alguns licenciamentos porque eles são feitos por demanda de um indivíduo, muitas vezes, dentro da lei. Se olharmos o mapa da região, se tivermos uma visão regional de ecossistemas regionais, veremos que isso não poderá mais ser feito, caso contrário o ecossistema regional acabará, assim como muitas espécies de plantas, de animais, além das bacias hidrográficas.

Temos avançado na descentralização do licenciamento ambiental. Isso dá agilidade ao licenciamento, mas também é perigoso porque a massa crítica precisa estar em toda parte. É necessária a visão regional e a visão de zoneamento. Acredito que os comitês de bacias hidrográficas precisam ser ouvidos na questão do licenciamento. Para atuarem no licenciamento, o CODEMA e o COPAM teriam de estar mais ligados aos comitês de bacia hidrográfica. A intervenção humana na natureza é necessária, o que precisamos é mudar essa mentalidade.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Prof. Apolo. O mesmo homem que constrói um aparelho bonito como a televisão o utiliza tão mal.

Vou ler algumas perguntas dirigidas ao Secretário de Meio Ambiente José Carlos Carvalho. De Fantini e Ênio: "Qual a posição e as realizações do Governo Estadual na revitalização da bacia do rio São Francisco?". De Marcos Amorim: "Qual a posição do Governador Aécio Neves sobre a transposição das águas do rio São Francisco? Como o Governo Federal pode impedir tal atrocidade?". De Eduardo, da CAV de Turmalina: "O desmatamento é a principal causa do secamento dos rios e nascentes. Quais ações estão sendo pensadas para barrar o desmatamento, a produção de carvão e as monoculturas de eucalipto no Norte de Minas e vale do Jequitinhonha, responsáveis pela maior degradação ambiental da região?".

Neste momento, passamos a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre, que fará pergunta oral. Pedimos-lhe que seja o mais objetivo possível.

O Sr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre - Como somos do conselho nacional, sofremos todo impacto desse atropelamento que houve na questão do São Francisco. Acharmos que o comitê foi desrespeitado na sua posição. Ele concordava com a transposição na parte da dessedentação animal e do uso humano, mas não para desenvolvimento de irrigação etc.

Em São Paulo, como estamos fora da bacia do São Francisco, temos um problema grave, que é a transposição do Cantareira. Essa questão foi amplamente debatida, e hoje é irreversível porque a transposição do rio Atibaia - tira-se água da bacia do rio Piracicaba para alimentar a Região Metropolitana de São Paulo - já acontece há 30 anos.

Venho aqui trazer meu apoio ao São Francisco, assim como o fizemos no Conselho Nacional. Lá, abstivemo-nos por entender que o Conselho foi atropelado.

O Conselho, como está constituído hoje, é um conselho federal de recursos hídricos, não nacional, e o Governo tem 50% mais um dos votos. Os votos dados foram, portanto, de cabresto.

Chamo a atenção - ontem houve reunião do Conselho - para fatos importantes que afligirão os comitês de bacias, principalmente os das nossas regiões, Sudeste e Sul: três proposições em tramitação no Congresso Nacional. Uma delas é a lei de saneamento, que não interage com bacia

hidrográfica. Os comitês não foram ouvidos. Estamos lutando para que essa questão seja discutida no Conselho. Outra proposição é a lei de irrigação, que está no Senado. Também não fomos ouvidos como comitê de bacia, nem como conselho. A pior de todas as proposições é a Proposta de Emenda à Constituição nº 43, que tira a dominialidade das águas subterrâneas dos Estados, passando-a à União. Estão de olho no aquífero Guarani, que está também sob as terras mineiras. Precisamos estar atentos a essa proposta de emenda à Constituição, em tramitação no Senado. Obrigado.

O Secretário José Carlos Carvalho - Gostaria de agradecer a intervenção do nosso colega de São Paulo, que ponderou, com muita precisão, sobre questões cruciais em tramitação no Congresso Nacional e que interferem na política nacional de gerenciamento dos recursos hídricos. Queria também responder às perguntas feitas à Mesa. O Dr. Fantini e o Dr. Ênio mencionam questão relativa à posição e às realizações do Governo do Estado na revitalização da bacia. Ao mesmo tempo, responderei à pergunta feita pelo Marcos Amorim.

Volto a afirmar que Minas considera a revitalização da bacia do São Francisco prioridade absoluta, ou seja, a posição do Governador, já publicamente transmitida e comunicada ao Presidente Lula e ao Ministro Ciro Gomes, é de que, sem a revitalização da bacia, sem um programa amplo, consistente, com início, meio e fim, com metas mensuráveis e recursos assegurados de revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco, Minas não poderá apoiar o projeto, a não ser que fosse para abastecimento humano, em situação de comprovada escassez, o que não ocorre com o atual projeto de transposição.

Como mencionei, há uma ação do Governo do Estado junto ao Ministério Público Estadual tramitando hoje no STF. Na verdade, trata-se também do pacto federativo. Estamos falando de uma bacia compartilhada por cinco Estados; com a transposição, serão incluídos mais três: Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Isso merece uma discussão no âmbito do pacto federativo.

A despeito das dificuldades, há, entre os 31 projetos estruturadores do Governo de Minas, que representam as prioridades do planejamento estratégico, um projeto de revitalização e desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica do São Francisco. O Governo do Estado vem realizando uma série de investimentos, entre os quais destacaria os investimentos em saneamento ambiental, conduzido pela COPASA, e em manejo integrado de sub-bacia hidrográfica, conduzido pela EMATER. Neste exato momento e a despeito de todas as dificuldades, apenas na bacia do rio São Francisco, o Governo do Estado está investindo R\$370.000.000,00 em tratamento de esgoto, incluindo a região metropolitana, como foi mencionado pelo Apolo. Dos recursos, R\$300.000.000,00 virão por meio da COPASA, e R\$70.000.000,00 por meio de empréstimos financiados pela CEF e pelo BNDES, que serão pagos pelo Governo mineiro com o nosso dinheiro, pois isso se refletirá na tarifa que pagaremos à COPASA.

Não há recursos dos orçamentos federal e fiscal a fundo perdido para o programa de revitalização até agora. Acho que respondi também à pergunta do Marcos Amorim, até porque a decisão de fazer ou não a transposição é do Governo Federal, que está legitimado para fazê-la.

De minha parte, acho que temos de fazer os debates político e institucional, esperando convencer o Governo de que há políticas públicas mais eficazes e menos onerosas para resolver o problema da escassez de água do semi-árido. Mas é preciso deixar claro que a decisão de fazer ou não é do Governo Federal.

Eduardo, de Turmalina, traz a questão do desmatamento, um dos principais problemas ambientais do Estado. Também não há razão para ignorá-lo, precisamos de reconhecê-lo. A despeito do esforço adicional de fiscalização que vem sendo feito, da grande campanha que fizemos, a chamada Carga Pesada, que apreendeu quantidades nunca antes vistas de carvão vegetal em Minas de florestas nativas, é preciso aproveitar uma ocasião como esta para estabelecer que o desmatamento está relacionado com o modelo de desenvolvimento de Minas, com nossa matriz energética. Pouca gente se dá conta de que lenha e carvão representam mais de 1/3 do suprimento primário de energia na matriz energética de Minas Gerais. Infelizmente, parte desse suprimento ainda vem de carvão de floresta nativa, fazendo com que isso, juntamente com a expansão da fronteira agropecuária, seja prejudicial ao meio ambiente. Sobre isso, Apolo fez referência a um estudo de que poderíamos produzir o mesmo volume físico de grãos numa área de 1/3 daquela que cultivamos hoje. Infelizmente, continuamos tendo expansão da fronteira agropecuária por novos desmatamentos. A combinação desses fatores significa uma pressão antrópica muito grande. Menciono também a questão do reflorestamento para reconhecer que nosso modelo do passado não deve ser repetido. Entre seus defeitos estava a concentração fundiária promovida pelos incentivos fiscais.

Evidente que um Estado com a matriz energética que mencionei tenha de fazer investimentos em silvicultura de maneira mais sustentável, integrado às demais atividades agropecuárias, aproveitando terras ociosas no processo de fluxão, que já foram desmatadas e que estão em fase de degradação.

Dr. Ronaldo encaminha mais uma pergunta de Márcio Magalhães: "Os mineiros não devem apenas ser contra a transposição, temos de divulgar e fomentar a pesquisa e estudos multidisciplinares para resolver os problemas do semi-árido mineiro e nacional". Acho que essa é a posição sensata. A questão é encaminhar uma solução para resolver o problema de suprimento de água no semi-árido. Quando nós, mediante amplo debate, encontrarmos essa solução, acho que ela deve ter o apoio de todos e merecer o apoio de Minas Gerais. O que não podemos é apoiar uma iniciativa que comprovadamente não resolva o problema do semi-árido. Entendo que se tivéssemos um programa de desenvolvimento sustentável do semi-árido, no qual se incluíssem a revitalização e a recuperação da bacia hidrográfica do São Francisco, estaríamos fazendo uma coisa diferente da tradicional, que é aproveitar a indústria da seca para justificar grandes investimentos que, ao final, se revelam ineficazes.

Com a resposta a essa pergunta, peço licença à Mesa para me retirar, pois tenho de viajar para Montes Claros. Manifesto a satisfação que tive em estar aqui com vocês, mais uma vez. Muito obrigado à Mesa e a todos.

O Sr. Coordenador - Dr. José Carlos e Apolo, como coordenador do debate, agradeço a ambos, palestrantes, expositores e a todos os senhores e senhoras. Junto com a Vereadora Sílvia Helena, quero garantir a essa plateia que a cidade de Belo Horizonte, a partir deste debate, ingressará de maneira mais efetiva na questão da transposição do rio São Francisco e também do rio das Velhas.

O Vice-Presidente da República, meu amigo José Alencar, começou esse processo com o maior entusiasmo. Fiz-lhe uma visita, quando Deputado Federal, alertando-o para a questão política e ambiental. Hoje creio que ele desistiu desse processo. Estou torcendo para que o Presidente Lula designe Ciro Gomes para Ministro da Saúde, porque o Ministério da Integração Nacional ficaria vazio e até que alguém o ocupe e comece a trabalhar terá passado o Governo Lula.

Ontem, recebemos, no aeroporto de Belo Horizonte, o Prefeito da cidade de Nangim. Imaginem o constrangimento por que passei, eu que mal falo o português de Ponte Nova, minha terra natal. Mas como nada tinha para conversar com ele, falei sobre o meio ambiente. Perguntei-lhe como a China, com 1.300.000.000 de pessoas, cuidava da questão da água. Por sorte, Nangim, que fica perto do mar, não tem grandes dificuldades. Deixo essa pergunta para reflexão de todos. Se temos nossas dificuldades aqui no Brasil, imaginem uma população de 1.300.000.000 de pessoas. Bom-dia a todos, parabéns pela participação, parabéns Assembléia, parabéns IGAM, parabéns José Carlos Carvalho. Obrigado.

O Sr. Presidente - Temos ainda alguns minutos e peço a paciência de todos. Antes de encerrar, temos uma pergunta, uma sugestão e uma questão importante, levantada pelo nosso amigo Tonhão, de Paracatu. São 11h17min e acredito que encerraremos a reunião às 11h30min.

Pergunta formulada por Cláudio Lana, doutorando da Universidade Federal de Ouro Preto, encaminhada ao Prof. Apolo Heringer: "O senhor falou sobre as pesquisas que têm sido desenvolvidas na bacia do rio das Velhas. Gostaria de saber se existem propostas, no âmbito do Projeto Manuelzão, para estudo detalhado das propriedades geológicas de leito que interagem com a biota, tornando a abordagem mais sistêmica."

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Antes de responder à pergunta, presto uma rápida homenagem ao IGAM. Temos tido no IGAM, órgão do Governo Estadual, nossa segunda casa. O IGAM tem sido nosso companheiro de atividades nos comitês. Na ausência do Paulo Teodoro, agradeço ao Adolfo Portela, que tem sido padrinho dos comitês, desde a sua atuação no IGAM.

O Projeto Manuelzão criou um núcleo transdisciplinar pela revitalização da bacia do rio das Velhas, que se chama NUVELHAS, no "campus" da UFMG, na Pampulha. Trabalhamos com geólogos, geógrafos, veterinários, zoólogos, ictiologistas, botânicos, hidrogeólogos, etc. Estamos convidando os demais técnicos, da Universidade e de empresas, a criar um grande núcleo transdisciplinar em torno do NUVELHAS, tendo como objetivo imediato a Meta 2010. Nosso trabalho tem sido o diagnóstico de ictiofaunas, de peixes; e diagnóstico dos bentos, que são as baratinhas d'água que vivem nas pedrinhas, no fundo do rio, grandes indicadores de qualidade de água.

Temos geólogo, mas não temos um junto ao pessoal da biologia estudando o leito do rio. Estamos com dificuldades para fazer o levantamento batimétrico, medição da altura do rio e sua constituição. A CEMIG está fazendo uma parte, o CREA fez outra, mas não temos esses dados em mãos. Um dos nossos objetivos é navegar entre Sabará e a Fazenda da Jaguará, estimulando a revitalização, num barco para 50 pessoas. Ele passará no meio dos esgotos. Traremos turistas do mundo inteiro para conhecê-lo. A pessoa que fez essa pergunta deve entrar em contato com Sílvia, do NUVELHAS, para se integrar a esse núcleo de revitalização.

O Sr. Presidente - Tenho uma sugestão encaminhada pela estudante de geografia, membro do Comitê Paraopeba, Adriana Ramos Carvalho. É a seguinte: "Já conversamos com os três setores - poder público, sociedade civil e setor produtivo -, mas gostaria de solicitar ao Dr. Mauro da Costa Val, coordenador do Fórum Mineiro de Comitês, que agende duas datas: a primeira, para mobilização unificada em todos os municípios; e a segunda, para mobilização estadual, que deverá acontecer em data única. Dessa maneira, a mídia conseguirá vender mais do que a matéria da transposição."

Temos a proposta do Tonhão, de Paracatu, para que seja criada uma comissão que organize todas as atividades. Durante o encontro, procurei e trocamos algumas idéias. Gostaria de apresentá-las para os senhores. Já temos criada nesta Casa a Comissão Interestadual do São Francisco, CIPE São Francisco. Ela já está formalizada e tem muitas responsabilidades, o apoio desta Casa, inclusive. A minha proposição é promover uma audiência com essa Comissão e, de maneira mais objetiva, integrar os comitês de bacias. Sugerimos que essa proposta fosse feita pelo Dr. Mauro. A Câmara Municipal de Belo Horizonte já manifestou sua posição. Fizemos esse contato por intermédio da Vereadora Sílvia Helena. O Executivo Municipal de Belo Horizonte também tem um papel importantíssimo, conforme sugerido aqui hoje. Tivemos o compromisso do Vice-Prefeito, Dr. Ronaldo Vasconcelos, de apoiar essa luta. Teremos, então, oportunidade de interagir com todos os segmentos e fazer uma frente ampla e única em Minas Gerais. Estamos, por meio dessa CIPE, tentando formar uma bancada estadual e federal. Fiz contato com o Deputado Federal Romeu Queiroz, que ficou encarregado de fazer essa mobilização em nível federal. Essa Comissão terá um papel importante, com a coordenação de Minas e a participação do Brasil. Ela envolverá outros Estados. Esse seria o fórum mais adequado. O Tonhão concordou com essa proposição. Como membro da CIPE São Francisco, terei o prazer de convidar todos.

Antes de encerrar, convido todos os presentes a prestigiar a feira do Hall das Bandeiras, que é importantíssima. Convido também os presentes para as atividades da tarde. Teremos, às 14 horas, o lançamento do Atlas Digital das Águas de Minas, uma ferramenta para o planejamento e gestão dos recursos hídricos; às 14h30min, um painel importantíssimo: Tendências e Possibilidades para o Fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos; e, também na tarde de hoje, mais cursos que serão realizados no CREA: A Importância das Águas - A Interdisciplinaridade da Fotografia; Ação de Saneamento Ambiental como Instrumento de Preservação das Águas; Noções Básicas de Ecologia e Educação Ambiental; Gestão das Águas em Minas Gerais; O Homem, sua Relação com o Meio Ambiente e a Agricultura; e Introdução ao Geoprocessamento Aplicado ao Gerenciamento das Águas.

Também o Adolfo Portela deseja fazer um convite para o debate a ser realizado na tarde de hoje.

O Sr. Adolfo Portela - Hoje à tarde, neste Plenário, haverá um encontro com duas empresas. Uma delas é a Belgo-Mineira, que falará como convive com o desenvolvimento sustentável na usina de Juiz de Fora. O expositor será Carlos Alexandre de Miranda, Chefe de Departamento de Utilidades e Meio Ambiente da Belgo - Usina Juiz de Fora. O outro setor produtivo será representado pela Cristina Yuan, Gerente de Meio Ambiente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e Meio Ambiente. Ela falará sobre o que faz o sistema siderúrgico em Minas Gerais para conviver com o sistema ambiental. Os depoimentos do setor produtivo serão intercalados com os da sociedade civil, pelo Mauro da Costa Val. Em seguida, haverá um diálogo com a plateia a fim de verificarmos o que, realmente, o setor produtivo faz para o desenvolvimento sustentável. Veremos se estamos de acordo e se aplaudimos. Então, a presença dos senhores no debate com o setor produtivo é da maior importância.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e demais convidados seus agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/3/2005

Presidência da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras da Sra. Presidente - Lançamento do Atlas Digital das Águas de Minas - Palavras da Sra. Cristina Yuan - Palavras do Sr. Carlos Alexandre de Miranda - Palavras do Sr. Mauro da Costa Val - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

#### Composição da Mesa

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Doutor Ronaldo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e Coordenador dos Debates; Carlos Alexandre de Miranda, Chefe de Departamento de Utilidades e Meio Ambiente da Belgo - Usina Juiz de Fora; Mauro da Costa Val, Coordenador-Geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba - CIBAPAR - e Secretário Executivo do Comitê da Bacia do Rio Paraopeba; Cristina Yuan, Gerente de Meio Ambiente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e Meio Ambiente - IBS -; Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -; Humberto Paulo Euclides, Pesquisador de recursos hídricos da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS -; Antônio Maria Claret Maia, representando a RURALMINAS; Paulo César Correa, representando a Universidade Federal de Viçosa; e Adolfo Portela, Diretor de Gestão Participativa do IGAM.

## Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A Sra. Presidente - Destina-se esta parte da reunião ao Seminário Cultura da Paz - 4º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o lançamento do Atlas Digital das Águas de Minas, uma ferramenta para o planejamento e a gestão de recursos hídricos, e a apresentação do painel Tendências e Possibilidades para o Fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

### Palavras da Sra. Presidente

Inicialmente, gostaria de cumprimentar os ilustres componentes da Mesa de debates, todos os participantes deste 4º Fórum das Águas e do seminário Cultura da Paz e também todos os Deputados e Deputadas de Minas Gerais.

O Deputado Laudelino Augusto, nosso companheiro de partido e coordenador da Frente Parlamentar das Águas, está em Genebra, na Suíça, representando a Assembléia de Minas no Fórum Mundial das Águas, e pediu-nos que deixássemos um abraço a todos os participantes deste seminário em seu nome.

Este seminário faz parte do 4º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, cujo tema "A Água e a Terra - Integração para a Cultura da Paz" é extremamente atual, pois a água integra municípios e Estados, possibilita a produção dos alimentos, melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, justiça social. Apenas atuando na terra, revitalizaremos os rios. Devemos lutar contra os desmatamentos e os agrotóxicos e precisamos fazer o tratamento dos esgotos.

Esperamos que a má distribuição da terra e das águas não leve mais pessoas à morte, como ocorreu com a Irmã Dorothy e tantos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Relembramos também a Campanha da Fraternidade de 2005, que é ecumênica: "Solidariedade e Paz". E não há paz sem justiça social, sem respeito aos direitos fundamentais do ser humano: direito à vida, à qualidade de vida, à terra, à água, ao alimento, à cidadania.

Por isso é extremamente importante a presença de cada um de vocês neste seminário. Precisamos construir juntos essa nova sociedade com que sonhamos, na qual terra e água integrados possibilitem a paz no Planeta e, de modo especial, neste Estado e no País.

A Constituição da República de 1988 definiu como bens públicos todos os corpos d'água existentes no País, extinguindo o domínio privado das águas, o que foi um grande avanço.

Em 8/1/97 foi sancionada a Lei nº 9.433, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos. O seu texto, aprovado após exaustivos debates no Congresso Nacional, é considerado um dos mais avançados do mundo e incorpora conceitos modernos de gestão de águas, adotados com êxito em diversos países, como a França, a Alemanha e a Espanha.

Em Minas Gerais, o estabelecimento da política estadual de recursos hídricos iniciou-se com a promulgação da Lei nº 11.504, de 20/6/94, fruto do Seminário Legislativo Águas de Minas, que se realizou em 1993 e que contou com a participação de mais de 600 representantes de entidades ligadas à questão das águas. Com a promulgação da lei federal de 1997, tornou-se necessária a reformulação da lei estadual de 1994, o que se deu com a edição da Lei nº 13.199, de 1999, que, entre outras medidas, criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com a seguinte composição: a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD -; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH -; o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -; os Comitês de Bacias Hidrográficas; os órgãos e as entidades dos poderes estadual e municipais relacionados com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Bacias Hidrográficas.

É importante ressaltar a atuação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais nesse processo, com a realização de numerosas audiências públicas na Capital e no interior. Em 2002, a Assembléia de Minas, atendendo à solicitação de diversas ONGs e instituições governamentais, realizou o Seminário Legislativo Águas de Minas II, com o objetivo de avaliar os avanços e os entraves para a implantação do modelo proposto para a gestão das águas contido na legislação de recursos hídricos. Entre as propostas colhidas no seminário, destacavam-se aquelas que reivindicavam o fortalecimento do IGAM. Creio que fará parte do debate a importância do fortalecimento desse órgão, para que, de fato, ocorram as políticas públicas em defesa das águas, do comitês de bacias e da criação das agências de água, com a definição da sua natureza jurídica e forma de atuação. Por fim, é oportuno salientar que, conforme afirmamos anteriormente, a implementação das políticas nacional e estadual de recursos hídricos é tarefa imensamente desafiadora. Tal desafio reside no fato de a gestão participativa ser muito mais uma hipótese a se confirmar que uma realidade objetiva. É lógico que já existe uma participação da sociedade, senão não haveria esse seminário, mas desejamos um avanço muito maior. Esperamos que esses segmentos sejam ouvidos no que diz respeito às decisões das esferas governamentais, seja a nacional, seja a estadual, seja a municipal.

A nosso ver, do sucesso desse processo depende toda a credibilidade do sistema, pois o fundamento do modelo é o da solidariedade dos usuários das águas da bacia, pelo qual os recursos arrecadados devem ser integralmente aplicados.

Ouviremos agora os expositores, desejando que este seminário possa render muitos frutos, ou seja, muitas ações concretas, tanto dos governantes quanto da sociedade.

### Lançamento do Atlas Digital das Águas de Minas

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Deputada Maria Tereza Lara, Presidente nesta reunião; Deputado Doutor Ronaldo; Dra. Cristina Yuan, a quem temos o prazer de receber para abrilhantar este 4º Fórum; Dr. Carlos Alexandre; Dr. Mauro da Costa Val, Coordenador do Fórum Mineiro de Comitês; Dr. Humberto Euclides, da RURALMINAS; Dr. Antônio Claret, representante do Presidente da RURALMINAS; e Dr. Paulo César Corrêa, representante da Universidade Federal de Viçosa, o lançamento deste fórum reveste-se de importância fundamental, porque um dos maiores desafios no gerenciamento de recursos hídricos que o órgão responsável enfrenta é de outorgar, com responsabilidade, os recursos hídricos, pois sabemos perfeitamente bem que não podemos exaurir-los da natureza. A ictiofauna tem de ser mantida, assim como a sua quantidade remanescente, para a dessedentação de animais, inclusive os silvestres. É importante manter o meio ambiente, para que a concessão da outorga não seja seguida, algum tempo após, por uma desagradável comunicação ao empreendedor de que, a partir daquele momento, não disporá mais de água. Por isso, tem de haver a responsabilidade do órgão responsável pela outorga.

Esse órgão deve basear seu gerenciamento em levantamentos precisos, o que só é possível por meio de estudos feitos com auxílio de estações hidrométricas distribuídas em todo o Estado. Medindo-se, em cada estação, a quantidade de água que cai, as condições de solo, clima, temperatura, evaporação e outros parâmetros técnicos, é possível saber a quantidade de água das bacias e quais delas admitem subtração para utilização na dessedentação humana e animal e em projetos de irrigação, indústria e outros tipos de consumo.

O Dr. Humberto apresentará um atlas, que é uma ferramenta importantíssima nesse gerenciamento. Constitui-se numa biblioteca digital com

todos esses dados. Ao acessá-la, o empreendedor saberá em que local vale a pena investir, em qual bacia fará seu empreendimento. Conhecemos tudo sobre a água, sua carga elétrica, seu peso atômico e molecular, mas ainda não conseguimos fabricá-la em laboratório. Quando o órgão gestor informa que não existe água para o empreendimento, não existe milagre. Não há. Logo, é importante que a biblioteca esteja acessível para os empreendedores.

Apresento a vocês o Dr. Humberto Paulo Euclides, pesquisador de recursos hídricos da RURALMINAS, nossa parceira, que, há 12 anos, realiza o levantamento de dados. Agora, em parceria com o IGAM, lança o atlas e o CD com todas as informações digitais sobre a vazão das bacias hidrográficas de Minas Gerais. Obrigado.

O Sr. Humberto Paulo Euclides - Boa tarde. Agradeço à comissão organizadora deste evento a oportunidade de apresentar o "Atlas Digital das Águas de Minas", realizado também em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, cujo Magnífico Reitor é representado neste evento pelo Dr. Paulo César Correa. Apresentaremos a tela de abertura do atlas.

Faremos um rápido sobrevôo pelo menu principal, abrangendo o conteúdo do CD-ROM, e dedicaremos mais tempo à apresentação dos resultados alcançados. O primeiro módulo é composto de um vídeo com locução em "off", apresentado pelos responsáveis pela elaboração do CD-ROM, com a duração de 2 minutos.

- Procede-se a exibição de filme.

A introdução divide-se em três partes: introdução sob a forma de texto, gravada no CD-ROM; vídeo a respeito do histórico da evolução dos recursos hídricos no Estado; e vídeo a respeito da aplicação das tecnologias geradas no âmbito do programa, com duração de 8 minutos.

- Procede-se a exibição de filme.

Vamos passar para o módulo "Metodologia". Ele mostra detalhadamente as metodologias utilizadas nos estudos de regionalização hidrológica nas bacias hidrográficas mineiras e a aplicação do Sistema Simplificado de Apoio à Gestão das Águas - SAGA -, desenvolvido em ambientes de sistemas de informação geográfica.

O próximo módulo é o "RH 4.0". Este corresponde ao lançamento do programa computacional de regionalização hidrológica, RH versão 4.0, neste CD-ROM. Dividimo-lo praticamente em três partes. A primeira corresponde a um vídeo que apresenta o programa. A segunda é o tutorial do programa, com locução em "off". A terceira constitui a instalação do programa. Se o usuário tiver interesse em instalá-lo em seu computador, basta clicar neste item. Assim, automaticamente o programa é instalado, no endereço indicado pelo usuário.

Agora, falaremos da coordenação técnica, que ficou sob nossa responsabilidade. O penúltimo módulo refere-se aos créditos, ou seja, apresenta as instituições responsáveis pela elaboração desse CD-ROM. A realização envolveu a RURALMINAS e a Universidade Federal de Viçosa. Houve também a intervenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ademais, contou com o apoio do IGAM, que é ligado à Secretaria de Meio Ambiente, e do CNPq. No que se refere à produção, contou com o Centro de Produção Técnica.

Dentro da nossa programação, faremos um sobrevôo sobre os resultados mais importantes. Esta é a tela de abertura. Ao clicarmos em resultados e ao passarmos o "mouse" sobre as regiões hidrográficas do Estado, aparece uma tabela, do lado direito, que mostra o nome da bacia e sua posição geográfica. Digamos que haja interesse em conhecer a disponibilidade hídrica da bacia do rio Jequitinhonha. Clicando neste ponto, podemos observar que existe uma tabela do lado direito, que apresenta dois tipos de consulta.

A consulta espacial e a consulta informativa: se o interesse for pela consulta informativa, clicaremos em "informações hidrológicas" e selecionaremos a bacia do rio Jequitinhonha. Será aberta uma tela, em que poderemos observar a bacia do rio, com toda a rede hidrográfica e uma tabela de legendas do lado esquerdo. Esse é o sistema SAGA, desenvolvido em ambiente de sistema de informação geográfica.

Se passarmos o "mouse" sobre qualquer curso de água, aparecerá seu nome. Se houver interesse em saber a vazão desse ponto, basta clicar com o "mouse" no ponto. Surgirá uma tabela, do lado direito, com o nome do curso de água, as coordenadas geográficas, a área da bacia e os valores das vazões máximas, médias e mínimas, além do volume de regularização a montante desse ponto.

Essa metodologia foi desenvolvida da seguinte forma: armazenamos na rede hidrográfica, por meio de sistema de informações hidrográficas, pontos equidistantes de dez em dez quilômetros, da cabeceira até a foz. Colocamos 4 mil pontos de informações nesse trabalho. São 4 mil tabelas que contêm as coordenadas geográficas, as localizações e os valores das vazões.

Se o ponto visado pelo usuário não coincidir com um desses pontos situados de dez em dez quilômetros, há uma alternativa, dentro do sistema SAGA: a consulta por meio de modelos ajustados por curso de água. Entraremos, por exemplo, na bacia do rio das Velhas. Ao passarmos o "mouse" sobre qualquer curso de água, surgirá seu nome. E, se clicarmos nesse curso de água, observaremos uma tabela do lado direito, com a qual é possível calcular, para cada curso de água, um modelo de regressão somente em função da área da bacia. Poderemos calcular todas as variáveis e funções hidrológicas desse ponto. Basta termos a área da bacia.

Esse é o sistema de consulta espacial. Outro modo de acessar o sistema SAGA é por intermédio da consulta informativa, um estudo feito por nós. Pegamos as nove conclusões mais importantes dentro do estudo de regionalização hidrológica e fizemos o trabalho para cada bacia. Por exemplo, se clicarmos no rio das Velhas, teremos: contribuição dos afluentes. Se quisermos saber quais são os valores das vazões de cada contribuição principal da bacia do rio das Velhas, clicaremos nesse ponto e aparecerá um texto mostrando as figuras e informações. No nosso caso específico, estaremos falando em termos de vazão média de longo período. É apresentado um mapa que mostra os valores de todos os afluentes principais em metros cúbicos por segundo. Temos a contribuição percentual de cada valor, de cada afluente desse principal, dentro da bacia, em termos de vazão média de longo período. Aqui é a localização dos afluentes principais dentro da bacia do rio das Velhas.

Esse foi apenas um exemplo de consulta informativa. Vimos, então, a parte do sistema SAGA, do sistema de consulta espacial e consulta informativa.

Essa é uma parte bastante importante, da qual o Dr. Paulo gostará. Entraremos novamente em resultados. Clicaremos no ícone "disponibilidade de recursos hídricos" e teremos o resumo de todos os estudos que já fizemos ao longo de 12 anos. Reunimos todos esses trabalhos e os colocamos nessa parte.

Podemos observar o mapa de Minas Gerais, com as 14 regiões hidrográficas. Do lado esquerdo, observamos um diagrama de barra. A de cor amarela é a vazão média de longo período - QMLP -, em metros cúbicos por segundo. A de cor vermelha é a vazão com 95% de permanência, e a de cor azul é a vazão Q7,10, vazão de 7 dias de duração e com período de retorno de 10 anos. É a vazão que o Estado de Minas Gerais, através do IGAM, usa como vazão de referência.

Analisaremos agora o total de água produzida no Estado. É só olhar o gráfico de cor amarela. Vemos que Minas Gerais produz em torno de 6.500m<sup>3</sup> por segundo de vazão média de longo período. Essa é a capacidade máxima de regularização do potencial hídrico que Minas Gerais tem.

Outro ponto importante é saber a disponibilidade de água que pode ser utilizada no Estado. Seria a vazão de referência, ou seja, o Q7,10. Pela norma do IGAM, é de 30%. Só podemos usar 30% desse valor.

Se utilizarmos o valor do Q7,10, dará em torno de 1.400m<sup>3</sup> por segundo. Se considerarmos que podemos usar como uso consumptivo 30% desse valor, poderíamos usar 420m<sup>3</sup> por segundo. A disponibilidade de água que pode ser utilizada no Estado, conforme o estudo que fizemos do contorno de todas as bacias que deságuam no Estado, seria em torno de 30% de 1.400m<sup>3</sup>, ou seja, 420m<sup>3</sup> por segundo. Isso em captação a fio de água. Se construirmos o reservatório, poderemos aumentar esse valor. Este é um mapa de Minas Gerais com o total.

Se houver interesse em saber qual a quantidade de água gerada na bacia do rio São Francisco, é só clicar com o "mouse" em cima da bacia do rio São Francisco que observaremos a vazão média de longo período do rio São Francisco na divisa de Minas com a Bahia: veremos que é de 2.057m<sup>3</sup> por segundo.

O Q7,10 é que nos interessa. A vazão mínima com 7 dias de duração e período de retorno de 10 anos seria de 630m<sup>3</sup> por segundo do rio São Francisco. Se utilizarmos, conforme a legislação, 30% do Q7,10 na divisa de Minas com a Bahia, só poderemos utilizar 190m<sup>3</sup> por segundo, que seria a disponibilidade de água que podemos utilizar na bacia do rio São Francisco, considerando o sistema de outorga de uso de água de 30% do Q7,10.

Se clicarmos em outra bacia, como a do rio Doce, veremos qual o valor da vazão média, por exemplo, com curva de permanência de 95% do Q7,10. E assim por diante. Mostra qual a produção de água no total e por regiões hidrográficas.

O próximo módulo mostra uma tabela em termos de números e valores numéricos. Isso é para mostrar a confiabilidade do trabalho. Esse valor da área da bacia pode diferir um pouco do tamanho da área calculado por algumas empresas, mas nós digitalizamos todas as bacias do Estado de Minas Gerais na escala de 1 para 250.000.

A contribuição percentual das regiões hidrográficas mostra as vazões máximas e mínimas e o Q7,10. O mapa de vazão específica mostra ao planejador a vazão média de longo período. A vazão específica mínima é Q7,10. O mapa de vazão específica em litro por segundo, por quilômetro quadrado, só é válido para um determinado tamanho da bacia, pois a bacia tem comportamento não linear - isso é uma coisa importantíssima - e varia com o aumento da área, ou seja, quanto maior a área da bacia menor o valor da vazante específica. Portanto, esse resultado é para uma bacia em torno de 500km<sup>2</sup>. Podemos levar em conta que a produção hídrica maior está na região do Rio Grande com a bacia do rio Paraíba do Sul.

A vazão máxima serve para mostrar ao planejador as regiões mais suscetíveis às enchentes na época do período de chuvas. O período de retorno é de 10 a 500 anos.

Agradeço a oportunidade. Estamos à disposição para prestar maiores esclarecimentos a quem tiver interesse. Esperamos que este evento dê os resultados que aguardamos. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Sabemos da importância da pesquisa e da informação, que pode e deve levar a uma ação efetiva. Daí a importância do atlas digital das águas de Minas tanto para os órgãos públicos como para as entidades que atuam em defesa das águas. Cumprimentamos as entidades que, em parceria, são responsáveis pela elaboração desse atlas: RURALMINAS, IGAM e a Universidade Federal de Viçosa.

Palavras da Sra. Cristina Yuan

Temos na Mesa, não só uma expositora, mas também a Presidente, o que é muito importante. Parabênzoo o Governo do Estado de Minas e a Assembléia Legislativa pela realização desse 4º Fórum das Águas.

Ontem, na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foi aprovada uma moção à Presidência da República para que se institua o decênio das águas, que começará em 2005, uma adesão à iniciativa das Nações Unidas. Está evidente o quão importante é a água para a vida do planeta e para a atividade econômica.

Gostaria de trazer um pouco mais da visão nacional de implementação de uma política de recursos hídricos em adesão à política estadual de recursos hídricos no sistema de gestão e nos instrumentos de gestão. Tenho a honra de representar a indústria, tanto no Conselho Nacional de Recursos Hídricos quanto no Conselho Nacional de Meio Ambiente, que vivencia, em plano nacional, todas as discussões de implementação da política de gestão de recursos hídricos e da política nacional de meio ambiente.

Participar deste evento é um aprendizado. Parabênzoo o IGAM, juntamente com a RURALMINAS e a Universidade Federal de Viçosa por esse excelente trabalho.

Considero que essa será uma das mais importantes ferramentas de gestão de recursos hídricos do Estado e do País. Como mostrado anteriormente, Minas ocupa papel fundamental por possuir as mais importantes bacias da Região Sudeste. Então, tudo o que acontece aqui reflete-se em todo o Brasil.

A maior parte do planeta é constituída de água. Infelizmente, apenas 3% desse total diz respeito à água doce, sendo que o restante é salgada. Desses 3%, apenas 0,7% são acessíveis aos homens. Portanto, apesar de haver uma formidável massa de água no planeta, somente 0,7% estão disponíveis para o consumo das populações.

O Brasil é relativamente afortunado quanto à disponibilidade hídrica, respondendo por aproximadamente 12% do total do planeta. Infelizmente, não são distribuídos de maneira homogênea. A bacia do rio Amazonas é responsável por mais de 70% desse valor. Grande parte está alocada principalmente na Região Centro-Oeste, na fronteira de países como Uruguai, Paraguai e Argentina. Os locais mais desenvolvidos, como o Sul e o Sudeste, possuem menor percentual de água - não chega a 5%. O Nordeste também sofre com a escassez.

Além disso, no século passado, a população da Terra aumentou três vezes, e o consumo da água se elevou em seis a sete vezes. Isso significa que houve um consumo extremamente perdulário. Cada um de nós está, talvez, consumindo mais água do que as nossas reais necessidades. Isso tem provocado uma enorme pressão. Em vários países já existe escassez e desperdício, com forte contaminação dos corpos d'água e conflitos de uso. Instalar usina de geração de energia ou projeto de irrigação? Instalar indústria ou abastecer uma população? Cabe ao sistema

de gestão de recursos hídricos resolver esses conflitos.

Segundo levantamentos, cerca de 45% do total do volume de água ofertado à população são desperdiçados. Citamos o consumo nas residências, no comércio e nos prestadores de serviço como um dos principais fatores. Ontem, na reunião do Conselho Nacional, assisti à palestra da WWF sobre uma pesquisa realizada pelo IBOPE. Uma das perguntas era a seguinte: "Na sua casa, você desliga a torneira ao escovar os dentes?". Cerca de 90% dos entrevistados responderam que sim. O próprio representante da WWF afirmou que esse resultado é pouco consistente porque as pessoas têm vergonha de admitir que não. Na minha casa, posso dizer que faço um exercício diário com os meus filhos para que fechem as torneiras. Digo-lhes que não fica bem terem uma mãe que trabalha com a gestão de recursos hídricos e eles protagonizarem o desperdício de água. A questão é de consciência individual para formarmos uma poupança coletiva.

As práticas de irrigação são inadequadas. Alguns projetos precisam ser aperfeiçoados tecnologicamente, o que está sendo providenciado, mas o consumo ainda é exorbitante. Sou do Rio de Janeiro e estou acostumada a ver nas adutoras da CEDAE aqueles chafarizes de água onde os meninos tomam banho e pulam. Há um formidável desperdício nas redes de distribuição de água.

Em algumas empresas e indústrias, ainda não se faz a recirculação nem o reaproveitamento de água de maneira adequada. Não bastasse o desperdício de água, isso ocorre juntamente com a deterioração da qualidade das águas. Quer dizer, diminuímos o nosso volume de água e pioramos terrível e significativamente a qualidade das águas. O lançamento dos nossos esgotos sem tratamento, "in natura"; o desenvolvimento de atividades irregulares nas margens dos rios, como os loteamentos e os garimpos, que causam a contaminação e o assoreamento dos corpos d'água; o lançamento de efluentes industriais sem tratamento adequado; e a poluição difusa por arrasto das águas de chuvas dos agrotóxicos utilizados nas plantações são conhecidos. Mais à frente apresentarei a tabela da situação.

O Governo, o poder público, pensou em reverter esse quadro. Daí, foram implementadas políticas de recursos hídricos no País. No âmbito nacional, a Lei nº 9.433, em 1997, e, em Minas Gerais, em 1999, por meio da Lei nº 13.199. É conveniente ressaltar que a maior parte dos Estados brasileiros possuem leis que dispõem sobre suas políticas de recursos hídricos. É bom lembrar também que a Constituição outorgou direito à União e aos Estados de legislar sobre as águas, embora alguns juristas discordem desse fato.

Ambas as leis estão assentadas em dois pilares básicos, instituindo o sistema de gerenciamento de recursos hídricos e os instrumentos de gestão. Quanto aos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, no âmbito federal, há o Ministério do Meio Ambiente e dois organismos encarregados da formulação de diretrizes com critérios complementares à política: a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Por meio da Lei nº 9.984, foi aprovada, em 2000, a criação da Agência Nacional de Águas - ANA -, a quem compete implementar a política nacional de recursos hídricos no País. Da mesma maneira, em Minas Gerais, há a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o IGAM, órgão gestor, cuja direção está a cargo do Dr. Paulo Teodoro.

O órgão mais importante é o comitê de bacias, órgão de gestão local, pois é quem está perto dos problemas, do que ocorre na bacia e das suas peculiaridades. Portanto, é o coração do sistema. O seu cargo operacional é o de agente de água ou de bacia.

Rapidamente, mostro um paralelo da composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que atualmente possui 57 membros, entre os quais metade mais um - 29 membros - são representantes do Governo Federal. Isso tem um impacto importante. Mais tarde falarei sobre isso. Quanto aos 10 representantes de conselhos estaduais, o critério foi de dois representantes por região hidrográfica do País. Realiza-se um sistema de rodízio em que os conselhos estaduais são representados por região geográfica. Há 12 representantes usuários do setor de abastecimento, de saneamento, de irrigação e de indústria, pesca e navegação, e representantes de organizações da sociedade civil.

A composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos é mais equilibrada e paritária. Portanto, o número de representantes é quase igual ao do Estado, dos municípios, dos usuários e da sociedade civil.

Instrumentos de gestão. Falou-se aqui sobre a importância dos planos estaduais de bacia. É importante dizer que é um instrumento de planejamento. Antes de começarmos a efetuar atos de outorga ou de cobrança pelo uso da água, é importante exercermos o mínimo de planejamento e conhecermos as nossas bacias. Por meio das informações prestadas pelo Atlas Digital, sabemos que Minas está bem avançada nesse campo.

Quanto ao enquadramento dos corpos d'água, o CONAMA aprovou, recentemente, a Resolução nº 20, que é nacional e estabelece as classes de qualidade para o enquadramento dos corpos d'água. Trata-se de um assunto que está relativamente atrasado no País. Precisamos, portanto, trabalhar para perseguir as metas de qualidade desejadas em nossos rios.

Um outro ponto trata do instrumento de regulação, a outorga. Precisamos outorgar os usos para que isso se traduza em tranquilidade para os usuários, para que possam desenvolver seus projetos industriais, de energia elétrica, de irrigação, de abastecimento, enfim, de todas as atividades que demandam o uso da água. Assim, é importante que os órgãos se aparelhem para analisar os processos e as autorizações necessárias.

Uma outra questão diz respeito aos instrumentos econômicos, à cobrança pelo direito do uso e à compensação aos municípios. Além disso, há os instrumentos de controle, que são a fiscalização, as multas e as penalidades.

Nesse cenário, quais seriam os principais pontos em relação ao fortalecimento do sistema de gerenciamento de recursos hídricos? Nosso desafio seria a estruturação do sistema nacional de gerenciamento hídrico. Sabemos da tremenda escassez de recursos que o poder público dispõe hoje em dia para os seus órgãos. Recentemente saiu no jornal a notícia do terrível corte feito pelo Governo Federal no orçamento do Ministério do Meio Ambiente, que teve 50% dos seus recursos contingenciados. Fica difícil, realmente, implementar políticas, tanto ambientais quanto sociais, com um corte dessa ordem. Portanto é necessário ter sensibilidade política, para que os órgãos possam se estruturar e possuir um quadro adequadamente qualificado.

É importante, também, a articulação entre a União e os Estados, que é o pacto federativo. Infelizmente, não pude assistir ao painel da manhã, que versou sobre o São Francisco; no entanto, estive presente na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que discutiu a transposição. Foi um momento crítico para a articulação entre a União e os Estados, particularmente entre a União e os Estados por onde passa a bacia do São Francisco, inclusive o Estado de Minas Gerais. É importante, então, haver o compromisso do pacto, pois, caso contrário, as coisas não funcionarão.

Um outro ponto se refere à implementação efetiva dos instrumentos de gestão, com ênfase nos planos. Como já ressaltai, é importante um planejamento e é importante que os instrumentos tenham uma sucessão adequada e lógica, não cabendo o atropelamento da cobrança pelo uso. Muitas vezes, devido à escassez de recursos de que dispõem as instituições públicas, querem implementar a cobrança a qualquer custo, como ocorreu, por exemplo - e infelizmente -, no Estado do Rio de Janeiro. Lá foi instituída por meio de lei, com o estabelecimento de valores únicos para todas as bacias hidrográficas do Estado, desconhecendo peculiaridades, especificidades e a vontade de cada comitê de bacia.



Uma outra questão é a da abrangência do cadastro de usuários de recursos hídricos nas bacias. Precisamos conhecer quais são os usuários de cada bacia, para que haja um planejamento adequado.

Ressalto aqui alguns pontos importantes, como a articulação entre a União, os Estados e os municípios; a "dominialidade" das águas, pois há águas de domínio da União e outras, do Estado. Isso já tem sinalizado vários conflitos, como é o caso da própria transposição do São Francisco e do Paraíba do Sul.

Então, o pacto federativo é importante. O que se espera é que haja maior diálogo entre a União e os Estados, para que as coisas funcionem. Embora os municípios não tenham competência outorgada pela Constituição, dispõem do uso do solo por onde correm as bacias, portanto são interlocutores importantíssimos no processo.

Além disso, é importante que haja uma articulação entre os diversos instrumentos de políticas. É fundamental para o usuário - e eu sou um dos representantes dos usuários - que haja uma integração, por exemplo, entre a licença ambiental e a outorga.

O usuário não pode ficar à mercê de processos. Muitas vezes, a outorga é dada pela ANA, um órgão da União, e o licenciamento pela FEAM, um órgão estadual, ou vice-versa. Com isso a conversa se dá entre surdos e mudos, e o usuário fica perdido, com seus financiamentos vinculados à liberação desses diplomas. Esse é um sério problema que temos hoje em dia.

Aqui, a questão dos planos de uso do solo, que são os planos diretores dos municípios e os programas setoriais de política industrial, de política do setor elétrico, de política do setor agrícola. É importante que haja uma integração entre todas essas políticas governamentais de interesse da sociedade e do País.

Outro aspecto importante é a descentralização da gestão. É necessário que ações sejam delegadas. No Estado de Minas, que possui tantas bacias hidrográficas, é importante que o IGAM conte com parcerias das suas agências de bacia, de universidades e outros órgãos. É importante estabelecer parcerias porque o processo de centralização, nesse caso, é prejudicial, porque não há condição de alguém estar em todos os lugares ao mesmo tempo e conhecer os problemas e as dificuldades. É preciso delegar as ações.

A participação da sociedade no processo do sistema de gestão de recursos hídricos. Passamos por um processo de transição do modelo de gestão. Saímos do processo de comando e controle, em que o poder público dizia "cumpra-se", e estamos entrando num processo participativo e descentralizado, em que o Governo, naturalmente, de vez em quando, tende a desequilibrar a balança. Mas cabe a nós, membros da sociedade colocar nossos pontos de vista, participar e influir no processo.

Há também um ponto importante, que é o compromisso dos usuários. Na estimativa da captação de água doce no Brasil, o setor agrícola é, de longe, o maior usuário em termos de captação de água, seguido pelo setor de abastecimento e uso industrial. Quero aqui abrir um parêntese: há uma vocação natural do poder público de focar grande parte da legislação ambiental na indústria. Cabe ressaltar que a indústria, até por força da lei de crimes ambientais, das resoluções de licenciamento ambiental, da política nacional de meio ambiente, foi forçada, antes dos demais segmentos, a adotar uma série de medidas para tratamento e recirculação dos seus efluentes. Então, resta aos outros segmentos cumprir seu dever de casa.

Aqui um levantamento que peguei no Ministério das Cidades mostrando como é a situação de atendimento pelos serviços de água e esgoto no País. Do ponto de vista de abastecimento de água, 95% da população já está atendida, mas a situação de tratamento de esgotos no País é dramática. O projeto de lei de política nacional de saneamento está empacado no Congresso Nacional, e urge que se tomem medidas para melhorar a situação de saneamento no País, não apenas saneamento do ponto de vista de esgoto, mas saneamento ambiental envolvendo drenagem, lixo, pois tudo isso funciona em conjunto.

Vou falar um pouco da questão da cobrança pelo uso da água. A cobrança é um instrumento de gestão, não uma fonte de arrecadação para os cofres públicos. O pacto é de um condomínio da bacia, em que os usuários pagam para que se melhorem a qualidade e a disponibilidade de água na bacia. Essa filosofia, infelizmente, tem sido traída em várias bacias por essa visão arrecadatória do processo. Então, o que queremos deixar claro é que a cobrança pelo uso da água deve ser precedida pela implementação dos demais instrumentos de gestão. Temos que ter plano, enquadramento, outorga. Ela deve ser aplicada a todos os usuários porque, se um pagar e outro não, não há mudança de padrão de consumo. Se alguém está pagando por mim, por que vou economizar? Então, tem que ser aplicada para todos.

Devem-se considerar as especificidades de cada bacia hidrográfica e financiar os projetos na bacia hidrográfica de origem. Discute-se o Projeto Robin Hood, mas há bacias pobres, que não conseguem. O foco de uma política de recursos hídricos, da 9.433, e supõe-se que também da 3.199, não é esse. Esse é um pacto de condomínio daquela bacia. Se são necessários recursos para financiar outros problemas sociais e ambientais brasileiros, temos de pensar de que forma, mas não pode ser dessa forma, sob o risco de se implodir o sistema.

Quereria aproveitar a oportunidade para parabenizar mais uma vez o Estado de Minas Gerais, porque soube que foi aprovado e está para ser assinado o decreto estabelecendo os critérios sobre a cobrança. Dei uma olhada rápida e acho que ficou muito bom. Parabéns. Agradeço a atenção de todos.

Palavra do Sr. Carlos Alexandre de Miranda

Inicialmente, cumprimento e agradeço a acolhida da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Doutor Ronaldo, na pessoa dos quais cumprimento toda a Mesa e as senhoras e os senhores.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Trouxe um exemplo prático adotado pela Belgo, na unidade de Juiz de Fora, o qual tem sido uma prática comum no âmbito da siderurgia, sobre a atuação da indústria nesse processo de conservação das águas. Isso pode ser confirmado, pois esse item tem sido tratado com muito interesse nos freqüentes encontros feitos.

Peço licença para posicionar a empresa que represento e para dar a conhecer onde esse projeto está sendo desenvolvido. A Belgo atua na siderurgia, basicamente na Região Sudeste, em João Monlevade, Juiz de Fora, Vitória, Piracicaba e Itaúna. Ela é controlada pela ARCELOR, que é um gigante mundial da produção de aço, hoje com uma produção anual da ordem de 43.000.000t. O Brasil, nessas unidades que apresentei, responde por apenas 4.000.000t.

A Belgo de Juiz de Fora está localizada nesse contorno amarelo visto no mapa. Existe uma área industrial total de 2.000ha, sendo que a área industrial da empresa ocupa apenas 170ha. A sua produção é da ordem de 1.000.000t por ano. Em azul, podemos ver o rio Paraibuna, que corta o limite da região e que é um afluente do rio Paraíba do Sul.

A Belgo de Juiz de Fora representa a indústria de Minas Gerais no CEIVAP, inclusive já eleita para o segundo biênio. Também temos atuado fortemente no consórcio do rio Paraibuna, que é o rio mais importante dessa região. A nossa intenção é, com o apoio do IGAM, transformar esse consórcio em comitê.

Nessa unidade da Belgo, o processo é basicamente a usina siderúrgica semi-integrada, onde o consumo de água é muito acentuado, em razão das altas temperaturas envolvidas. Há a reciclagem da sucata, uma parte de gusa, o forno elétrico, o forno-panela para o refino, o lingotamento contínuo e a laminação. Os produtos da empresa são basicamente barras, vergalhões, máquinas, treliças, pregos e arames.

Sobre o projeto Descarte Zero, foi um desafio estabelecido como meta em 2004. O seu objetivo era não só reaproveitar os efluentes industriais que já eram de certa forma amplamente reaproveitados, pois o índice de recirculação de água já atingia um patamar bastante elevado, mas também reaproveitar os efluentes sanitários gerados na empresa. Então, o objetivo estabelecido foi otimizar totalmente o descarte, ou seja, eliminar totalmente o descarte dos efluentes, otimizando a utilização dos recursos hídricos, ampliando o índice de recirculação de água da empresa e reduzindo custos, por meio do aumento da sinergia, através das diretrizes da Agência Nacional de Águas, IGAM, e consolidar a imagem da empresa junto ao CEIVAP, que representa a indústria de Minas Gerais.

Para eliminarmos totalmente o descarte, conseqüentemente aumentando o índice de recirculação de água, seria necessário otimizarmos a qualidade desses efluentes. Daí a etapa mais importante do processo.

O índice de captação de água no ribeirão Estiva, afluente do Paraibuna, baixou de 130m<sup>3</sup>/h para 88m<sup>3</sup>/h, o que é um volume bastante significativo, se o transformarmos em um consumo mensal e associá-lo ao consumo de residências. Conseguimos essa redução graças à implementação do projeto.

Logicamente, estabelecemos uma metodologia para conseguirmos alcançar os resultados almejados. Inicialmente, avaliamos os impactos ambientais e suas possíveis minimizações. Utilizamos os conceitos de "black belts" e "six sigma" para a estruturação das atividades. Houve a aplicação de ferramenta de gestão, sendo o CEDAC uma das mais utilizadas, e também o estudo de custo-benefício.

Essa tela nos mostra uma das salas de CEDAC. Essa técnica é utilizada para permitir a participação de todas as pessoas, pois, nesse tipo de ação, percebemos os maiores ganhos. Nos cartões amarelos, estão as causas de um determinado problema ou alguma meta a alcançar. Já, nos cartões brancos, estão sugestões para soluções.

Essas equipes estão em toda fábrica e apresentam idéias que, a princípio, não imaginávamos que poderiam contribuir para o resultado final. Assim, quando obtemos os resultados, temos certeza de que houve a participação não apenas de um pequeno grupo, mas de toda a equipe.

Essa é uma sala de gestão à vista. É importante que, no decorrer do trabalho, consigamos gerenciar os números que estamos obtendo. Por isso essas salas são abertas a todos, e nelas podem-se obter todas as informações da empresa, como resultados de vendas, etc. Aí destacamos também o índice de recirculação de água. Verificamos os resultados alcançados, a partir das idéias e dos projetos.

Para conseguirmos uma boa qualidade dos efluentes - não no que diz respeito à adequação à legislação, pois já a atendíamos plenamente, mas na adaptação às necessidades de cada um dos processos de recirculação de água -, foi necessário adotar esse processo de resfriamento de equipamento. Em muitos casos, há a exigência de uma água com qualidade bem específica.

Essa foto é da nossa estação de tratamento de esgoto sanitário. Operávamos em uma situação pouco estável. Na parte de cima do vídeo, podemos ver os leitos de secagem, para onde as impurezas da estação eram direcionadas a fim de serem filtradas. Havia uma secagem natural, e operadores ali entravam para raspar os detritos. Essa interface operacional era bastante danosa e, na época de chuvas, havia uma dificuldade operacional, levando-nos a perder a qualidade dos efluentes. Sendo assim, foi estabelecido um projeto para a instalação do filtro-prensa, e a estação passou a operar de forma automática e sem interferência climática.

A nossa estação de tratamento de água - tanto a água para suprir as perdas por evaporação quanto a água potável de toda a usina - também estava sujeita a esse tipo de situação. Captávamos a água do ribeirão Estiva, e a variação da qualidade da água era bastante freqüente. Com isso, a estação ficava oscilando em relação à qualidade do tratamento realizado.

Estabelecemos um outro projeto, aproveitando esse tanque que, anteriormente, era utilizado para óleo BPF. A partir do momento em que recebemos o gás natural, ele ficou disponível e foi preparado para o armazenamento de água, com uma capacidade bastante elevada de 1.100m<sup>3</sup>. Com isso, conseguimos criar um pulmão e fizemos com que funcionasse de uma forma estável, com estação de tratamento, com ganho de qualidade, com redução de custo de produto químico e com outros ganhos operacionais.

Há os sistemas de resfriamentos. Essas são duas torres de resfriamento. Como a usina de Juiz de Fora é muito nova, elas foram construídas muito próximas umas das outras, permitindo um estudo para o reaproveitamento dessas águas em cascata. Desses seis sistemas de resfriamento que apresentamos na tela, alguns resfriam como simplesmente trocadores de calor, ou seja, a água não entra em contato com o produto produzido; em outros, a água passa por um processo mais agressivo. Em todos os sistemas, há uma taxa de evaporação, de perdas por respingos e de algumas purgas. Percebemos que em alguns sistemas era possível aproveitar as pequenas purgas para suprimento de outros, sem o prejuízo da sua qualidade. Esse trabalho demonstra esse fluxo de reaproveitamento. Ao invés de jogarmos fora toda a água, ela é aproveitada de um sistema para outro sucessivamente.

Já que passamos a aproveitar muito a água, acabou sendo necessário um processo intenso de purificação. Essa é a fotografia de um sistema de filtragem. Tivemos de intensificar o tratamento, para conseguirmos conviver com uma água um pouco mais rica em sólidos suspensos e em impurezas do processo.

Nessa tela, está sendo demonstrado o sistema de reaproveitamento das águas. O tanque da direita recebe toda a água das centrais hidráulicas, que chegam a esse ponto misturada com óleo. Reaproveitamos esse óleo e reutilizamos a água nos processos, a fim de suprir as perdas por evaporação.

É importante ressaltar que essas pequenas ações contribuirão para que, no final, tenhamos um resultado global otimizado.

Essa é uma estação de tratamento, para fazer com que essa água do processo recircule.

Esse ponto representa a bacia final de afluentes da empresa. Todos, sejam industriais, sejam sanitários, passam por aqui antes de atingirem o ponto de lançamento, que é o ribeirão Estiva. Esse ponto é importante para efeito de monitoramento. Um dos trabalhos realizados no decorrer desse projeto foi a otimização desse tanque, que já estava com um nível de sedimentos comprometedores para a decantação. Havia uma perda considerável de qualidade desses afluentes.

Escolhemos, para apresentação, dois parâmetros: sólido de suspensão e demanda química e bioquímica de oxigênio. A partir de 2004, quando estabelecemos esse projeto, conseguimos uma estabilização muito grande desses parâmetros, que representam apenas 3 dos aproximadamente 30 que são analisados na água reaproveitada por processos. A partir da estabilidade, tivemos segurança para o reaproveitamento, sem o comprometimento dos processos produtivos.

A tela mostra em azul o comprimento da tubulação - cerca de 500m - que buscou os efluentes do lado direito, próximo ao ribeirão Estiva, passando por toda a área industrial e suprindo nossa estação de tratamento de água.

Esse é o ponto de interceptação dos efluentes. As manilhas foram colocadas para desviá-los para um poço em que a bomba retorna para os processos. No dique, percebemos que o efluente, ao invés de ser direcionado novamente para o ribeirão, é contido e reaproveitado.

Reduzimos 36dam<sup>3</sup> por mês, o que representou um ganho anual de R\$100.000,00, que parece ser relativamente pequeno. Porém, o investimento foi de R\$120.000,00, logo, com um "pay-back" de um ano, o projeto foi bastante viável. A foto mostra que a viabilidade econômica é um ganho pequeno, pois os principais foram a conservação dos recursos hídricos e a participação no grande projeto, já apresentado pelos demais expositores.

Em 2003, recirculávamos 98,69% de toda água utilizada para resfriar processos e equipamentos. Com o projeto, a meta é chegar a 99,16%, o que é um índice bastante ousado. Quem trabalha com siderurgia sabe que as taxas de perda por evaporação, dadas as altas temperaturas, ficam entre 0,8% a 1%. Ou seja, se atingirmos esse índice, a única perda de água será a de evaporação.

Conseguimos alcançar vários resultados, entre eles 100% de utilização dos efluentes da usina; aumento de 0,4% na recirculação de água - estamos em 99% -; redução de 50m<sup>3</sup> por hora na captação de água; força de trabalho mais consciente com a questão ambiental; e melhora da imagem da empresa junto à comunidade. A partir de dezembro de 2004, atingimos o índice de 99% de recirculação de água, em que permanecemos.

Associada ao reaproveitamento de água existe a responsabilidade de garantir a qualidade dos processos, que pode ser medida por meio da taxa de corrosão de equipamentos e tubulações. Nossa taxa fica abaixo de 5 milésimos de polegada por ano, o que é muito bom para tratamento e distribuição de água no processo.

O sistema mostrado no quadro é muito mais agressivo, pois trata-se de resfriamento direto da laminação. Nossa meta é 10 milésimos de polegada por ano, e estamos conseguindo ficar abaixo desse número. Esse trabalho é pautado por uma forte atividade de educação ambiental. Vocês podem ver a Casa Natureza, que é o centro de educação ambiental da empresa, onde empregados, familiares e escolas recebem informações sobre conservação de água.

Para finalizar, falarei a respeito da evolução da gestão. Um dos pontos é o reaproveitamento de água, iniciado em 1994, com a ISO 9.001, CEDAE e Gestão à Vista; e, em 1997, com a ISO 14.001. Ano passado, recebemos o Prêmio Nacional da Qualidade, e implementamos o projeto Descarte Zero de Efluentes.

O caixa operacional da empresa tem crescido de acordo com a evolução do sistema de gestão. Isso é importante, pois mostra a viabilidade de as empresas investirem no sistema de gestão e em projetos como esse, de reaproveitamento de efluentes e conservação dos recursos hídricos. Obrigado.

Palavras do Sr. Mauro da Costa Val

Boa tarde a todos. Falarei a respeito das tendências e possibilidades para o fortalecimento do sistema estadual de recursos hídricos. A grande maioria dos colegas que ocupam as diretorias dos comitês de bacias acredita muito que se pode mudar a gestão da coisa pública por meio da gestão das águas. Isso por serem característicos da gestão das águas a descentralização e o compartilhamento das decisões e das reflexões entre poder público, comunidades, sociedade civil e usuários. A legitimidade, com a participação da sociedade civil nas decisões, a transparência e a maior eficiência social ao se tratar de bens públicos de interesse comum poderiam estender-se a outras questões além da gestão das águas.

A questão das águas será uma questão de estilo? Qual é nosso estilo? Nossos administradores saberiam interpretar os valores e preferências da sociedade? Necessitam ter essa percepção? As decisões dos nossos administradores públicos atendem ao princípio da imparcialidade? Caíram em descrédito as administrações públicas? Por quê? Por falhas nas instâncias decisórias? Será que há um desconhecimento dos problemas, dos custos sociais e dos benefícios envolvidos? O que deve ser mudado? A gestão das águas é uma questão de estilo e de conceitos?

Há três anos, discutimos aqui, durante três dias, o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Após a realização de 17 reuniões regionais distribuídas por todo o território mineiro, 3 mil delegados, cada um representando 50 cidadãos, votaram proposta por proposta. Ressalto que este Plenário estava lotado.

O nosso debate se refere às tendências e às possibilidades de fortalecimento do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Obviamente, há algo de subjetivo, mas indicarei duas tendências negativas. Uma delas é a redução da notória importância política do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que mal consegue se reunir. O Conselho Estadual de Política Ambiental tem mais valor do que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Por quê? Porque há o risco de perda da credibilidade dos comitês de bacia.

Na realidade, a sociedade possui grande expectativa em relação ao sistema, que não é apenas comitê de bacia, mas, sim, um conselho estadual soberano. O comitê de bacia é um parlamento político, cujo braço técnico, executivo e financeiro é a agência de bacia. Após cinco, seis ou sete anos da existência dos comitês de bacia e da ausência da agência de bacia, começam os problemas - é como se, numa mesa de quatro pés, faltasse um.

Meu sobrinho possui um brinquedo que se chama geleca. Refiro-me a esse brinquedo para ilustrar o que digo. Os comitês começam a sofrer transformações genéticas porque precisam de subsídios técnicos para tomar decisões. Isso está previsto na lei. Qualquer ser que sofre com a perda de uma parte ou com um ambiente que lhe é agressivo começa a se transformar geneticamente, pode virar um híbrido. Há tempos os comitês existem como parlamentos políticos, e a sociedade lhes cobra eficiência e eficácia, mas, em função da ausência da agência e da sustentabilidade financeira, começam a ocorrer naturais, às vezes ilegais, disfunções. Os comitês deveriam cumprir suas funções, que são a defesa ou a explicitação dos interesses de cada segmento social, de cada setor usuário. Para os comitês, todas as demandas devem ser apresentadas, as diferenças, explicitadas, e as gerências dos conflitos, vivenciadas, mas não há subsídio técnico. Portanto, sentimos necessidade de PhDs nos comitês. Na verdade, precisamos de PhDs em representatividade social. O representante do segmento da agricultura precisa saber o que os agricultores daquela bacia hidrográfica querem que ele expresse.

Os representantes das ONGs ambientalistas precisam conhecer o que aquelas pessoas da bacia hidrográfica querem que seja ali expressado.

Em virtude da ausência de agência, o comitê perde essa função. Há comitês que possuem CNPJ. Todavia, comitê não tem personalidade jurídica. Alguns comitês estão se transformando numa geléia amorfa em razão da falta de consolidação. Temos de estruturar todas as partes do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Depois, é difícil corrigir.

Vejamos as tendências positivas. Ressalto que muitos comitês praticam a interlocução, a negociação, tendo em vista a redução de conflitos. Ou seja, estão praticando, de fato, a gestão colegiada. Temos de lutar por isso cada vez mais. Vejamos agora as melhorias nas relações de custo-efetividade, que é um pouco diferente de custo-benefício. Com o alcance das metas negociadas, a credibilidade dos comitês de bacia será fortalecida. Mais positivas ainda são as possibilidades. Depois de quatro anos de discussão, que se deu por meio de um processo intencionalmente participativo, na semana passada foi aprovada uma norma legal, um decreto que regulamenta a cobrança pelo uso de instrumento de gestão em Minas Gerais. Ao contrário do que poderíamos pensar, esse decreto diz que a cobrança não começará amanhã. Ou seja, só deve ser iniciada depois de conhecermos, depois de cumprirmos uma série de etapas necessárias ao conhecimento dos usuários, das demandas setoriais e do balanço hídrico. No entanto, considera-se que Minas Gerais deu um grande passo a fim de corrigir rumos, evitar distorções, disfunções. Se não tivermos esse conhecimento, não haverá como planejarmos, administrarmos. Não sabemos quem capta a água em cada bacia hidrográfica no Estado. Além do mais, não conhecemos os lançamentos nem sabemos onde são feitos de forma organizada, sistematizada, com o olhar de bacia hidrográfica. Para isso, é necessário cadastrar os usuários, por meio de um sistema de informação, valendo-se das tecnologias. Aliás, o mundo inteiro está utilizando a tecnologia espacial com sensoriamento remoto para atingir as metas da ONU para o milênio. Isso está acessível, disponível para nós. Se a sociedade oferece essa tecnologia, a administração pública tem de aceitá-la e utilizá-la - assim diz a Constituição Federal.

Vejamos agora a correção de rumos. Os senhores, especialmente as pessoas que fazem parte de comitês de bacia, receberão o decreto. De acordo com o seu art. 8º, o setor usuário poderá, se quiser, contribuir com recursos humanos e materiais para esse cadastramento, para a implementação do sistema de informação, ou seja, criará a possibilidade de execução das competências destinadas a agências de bacia. Assim, com esse aporte voluntário de recursos materiais, humanos ou financeiros, estarão fazendo um grande investimento. Quando do início da cobrança de fato e de direito, esse aporte financeiro será considerado um bônus, um crédito na conta do usuário que tiver contribuído.

Isso possibilitaria parceria muito sadia, como a Dra. Cristina falou. Trata-se do art. 8º do decreto de cobrança aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Há possibilidade de correção de rumos com a uniformização das ações dos comitês de bacia. Temos de trabalhar muito para a padronização da obtenção e sistematização de informações, assim como da metodologia empregada pelos comitês para gerenciar conflitos. O Fórum Mineiro de Comitês poderia atuar com esse objetivo.

Há possibilidade de se fazer capacitação de membros de comitês, além da instrumentalização e operacionalização de agências de bacia. Tudo em função dessa regulamentação deste instrumento de gestão, a cobrança pelo uso.

Os comitês de bacia devem se preocupar muito com a representatividade setorial, promovendo seminários da sociedade civil e dos pequenos produtores rurais das bacias hidrográficas, para que eles se conheçam e explicitem suas vontades nos comitês de bacia. Essa é uma função importante. O decreto também possibilitará a existência de recursos materiais para o trabalho nessa área.

Por fim, sugerimos a todos os comitês de bacia, por meio do colegiado coordenador do Fórum Mineiro de Comitês, com o apoio da Diretoria de Gestão Participativa do IGAM, a discussão da pertinência e da importância de se implantarem em Minas Gerais de cinco a sete unidades executivas descentralizadas, ainda neste semestre.

Tão importante quanto gerar informações, como aquele magnífico atlas digital apresentado pelos colegas, é disponibilizá-las para os comitês de bacias, para a sociedade civil, para todos os interessados. Obviamente que o IGAM, nosso parceiro já há algum tempo, principalmente depois que o Dr. Adolfo passou a ser Diretor de Gestão Participativa, disponibilizará esse CD com o sistema - Universidade Federal de Viçosa, RURALMINAS e IGAM - para os comitês de bacias. Todos os senhores estarão recebendo esse sistema e poderão fazer uso das informações nele contidas.

O sistema estadual de gerenciamento de Minas Gerais deve funcionar como concebido: descentralizadamente. Temos de aproveitar a cultura, o material humano, a inteligência, a sabedoria de cada região hidrográfica de Minas Gerais, princípio das leis federal e estadual. No entanto, deve ser integrado, e essa é uma das nobres funções do IGAM.

Ao mesmo tempo que devemos ter essa descentralização, precisamos de padronização. Essa função de integração e visão global de todo o sistema é do IGAM, que vem buscando cumpri-la a contento. Obviamente que, enquanto não tivermos as agências de bacias, teremos dificuldades.

Gostaríamos de que o sistema funcionasse conforme concebido. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Antes de passar a palavra ao nosso coordenador dos debates, agradecemos a presença da Sra. Cristina, que não poderá permanecer para os debates porque está com voo marcado para o Rio de Janeiro. Ela deixou o seu "e-mail" para quem quiser comunicar-se com ela. O "e-mail" é [CrisYuan@ibs.org.br](mailto:CrisYuan@ibs.org.br). Agradecemos sua grande contribuição e vamos nos unir. Volte sempre! Boa viagem! Bom trabalho!

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador (Deputado Doutor Ronaldo) - Boa-tarde a todos. É com grato prazer que passamos agora a fazer uso da palavra. Neste instante, daremos início à fase de debates. A coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, por meio dos diversos microfones à disposição. Cada participante disporá de até três minutos para sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para a resposta.

#### Debates

O Sr. Coordenador -Temos duas perguntas por escrito. Uma é para o representante do IGAM, Dr. Adolfo Portela, e foi feita pelo Sr. Antônio Altivo. "Em uma barragem já desativada, qual o procedimento para instalação de uma hidrelétrica para venda de energia?"

O Sr. Adolfo Portela - Primeiro, é preciso conseguir a licença ambiental. Deve-se fazer uma análise e o projeto. Busca-se no "site" o que é necessário para a reativação. Não é difícil, mas é preciso seguir os procedimentos legais. É necessário a outorga, o estudo de consequência socioeconômica relativa à reativação. Então, é necessário o licenciamento ambiental, onde se consegue saber o que é realmente preciso fazer para a reativação.

O Sr. Coordenador - A outra pergunta é do Sr. Valentin Calenzani, e é dirigida ao representante da Belgo: "Qual o consumo de água por tonelada de aço na usina da Belgo, inclusive as águas recuperadas?".

O Sr. Valentin Calenzani - Na Belgo de Juiz de Fora hoje, para produzirmos aço, gastamos em torno de 90m<sup>3</sup> por tonelada. Os processos são muito quentes, e há muita necessidade de água. Essa é uma das principais razões por que atuamos fortemente para buscar um maior índice de recirculação possível.

As águas passam por um sistema de purificação e tratamento químico, que é caro. Na Belgo de Juiz de Fora, estamos trabalhando com índice de circulação de 99%. Do que retiramos do curso d'água para suprir as perdas e manter o sistema em condição normal de funcionamento, utilizamos 0,8m<sup>3</sup> por tonelada, ou seja, o processo requer 90m<sup>3</sup> por tonelada. Isso é o que está passando para fazer o resfriamento dos equipamentos. Para suprir as perdas existentes, retiramos da natureza 0,8m<sup>3</sup> por tonelada.

O Sr. Simiton Jota - Sou funcionário do SENAI de Minas Gerais. O Sr. Carlos Miranda afirmou que, atualmente, a Belgo consegue reciclar cerca de 99,16%. Há perda de pouco menos de 1% de evaporação. Dirijo minha pergunta aos representantes do IGAM ou a quem quiser respondê-la. Devemos considerar evaporação como perda num processo, uma vez que a água retorna ao meio ambiente sem nenhuma contaminação?

O Sr. Valentin Calenzani - Cabe discussão sobre esse assunto. Quando há perda por evaporação, muitas vezes a recuperação desse precipitado ou desse condensado não ocorre naquela mesma bacia, podendo ocorrer em outro lugar. Mesmo sendo uma perda que posteriormente venha a se precipitar para aquele recurso hídrico, para aquela região, isso significa uma utilização daquele recurso.

No meu entender, nesse aspecto deve ser contabilizado, sim, pois será utilizado aquele recurso regional, podendo, muitas vezes, disponibilizar-se esse precipitado numa área onde a necessidade não é tão intensa como seria naquele local. À primeira vista, esse foi o meu entendimento.

O Sr. Adolfo perguntou-me sobre a questão anterior, que talvez não tenha ficado clara. Para produzirmos aço, a água que é recirculada pelos equipamentos, pelos processos é de 90m<sup>3</sup> por tonelada. Em razão de o volume de água ser muito grande, ela permanece recirculando, passa pelo processo, resfria, volta em torre de resfriamento e é tratada novamente. Entretanto, uma parte é perdida, principalmente por evaporação. Daí a necessidade de buscar essa reposição nos recursos hídricos. O que buscamos no ribeirão é 0,8m<sup>3</sup> por tonelada. Se fizermos as contas, veremos isso que é praticamente 1% daquilo que está sendo circulado.

O Sr. Mauro da Costa Val - Essa pergunta é muito interessante, porque nos permite esclarecer algumas coisas, inclusive quanto ao cadastro nacional de usuários, da concepção técnica do cadastro nacional de usuários, que está sendo lançado em Minas Gerais na bacia do rio Paraopeba, por meio de um trabalho conjunto com a ANA, o Ministério da Integração, a CODEVASF, o IGAM, o CIBAPAR e o comitê da bacia.

A visão é ecológica, visão do ecossistema. Para a cobrança, é a mesma coisa: é a interferência que se faz na dinâmica natural da água. Se a Belgo-Mineira estiver fazendo captação superficial, trata-se de uma coleção hídrica, ou seja, é um rio que tem vida e depende da quantidade de água disponível. Ele está ali há milhões de anos, e nós estamos aqui há 100 ou 200 anos. Pode-se fazer interferência por meio de lançamento ou de captação. O rio tem uma ecologia que depende desses fatores. Ao se tirar ou evaporar-se a água, está-se reduzindo a possibilidade de vida de uma série de microorganismos da fauna e da flora, que, por sua vez, são alimentos para outros organismos de maior porte. Portanto, no cadastro e na cobrança, para aqueles que usam a água como fator de produção, são considerados interferência no ecossistema a captação e o lançamento.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Meu nome é Paulo Jorge dos Santos e participo da ONG Raça Direitos Humanos e Ambientais.

Em primeiro lugar, parabênzo a Deputada Maria Tereza Lara, que está sempre presente nos bons eventos desta Casa, assim como o ilustre Deputado Doutor Ronaldo.

Fiquei satisfeito de ver o trabalho de reaproveitamento da Belgo, que deveria ser obrigatório para todas as indústrias. Isso deve ser divulgado na FIEMG e nas escolas.

A questão da cobrança da água me assustou. Já pagamos pelo serviço da COPASA. Aliás, é preciso que haja campanhas de divulgação, com cartilhas, porque isso pode chegar no hidrômetro das pessoas mais simples, que sempre pagam seus impostos. Como os comitês de bacia estão envolvidos nesse assunto, fico satisfeito. Ainda não tenho competência técnica para julgar, até porque fui pego de surpresa com a notícia do decreto. A água deve ser cobrada das grandes empresas que fazem mau uso desse recurso, assim como se deve premiar as que fazem bom uso. É preciso trabalhar a educação das pessoas. A falta de conhecimento sobre o significado da água deve ser levada em conta. Tenho dificuldades para entender a cobrança. É um conflito interno. Obrigado.

O Sr. Coordenador - A sua fala é muito importante. Somente para tranquilizá-lo, no caso de Belo Horizonte, a COPASA entra como usuária da água e vai pagar. Esse dinheiro vai para a revitalização das bacias.

O Sr. Mauro da Costa Val - Na realidade, pagar pela tarifa de água é como pagar por 1kg de pão ou de carne, ou seja, pagamos a prestação de um serviço.

A COPASA utiliza um bem que não está adequado para o consumo humano, potabiliza e leva até a sua casa. Isso tem um custo. Aqui adquirimos gás em botijões. No Rio de Janeiro, nos grandes condomínios, o gás é encanado. Essa é uma prestação de serviço. A cobrança incidirá primeiramente em cima de empreendimentos que utilizam mais de 1 litro por segundo de água. Eles a captam da natureza a fim de utilizá-la para gerar riqueza. Esse não é o nosso caso. A COPASA é usuária, e o consumidor da COPASA não é usuário. O usuário do sistema da COPASA não será taxado.

Por outro lado, mesmo o usuário utilizará esse instrumento de gestão. Recentemente, realizou-se um estudo pela Fundação Getúlio Vargas para a bacia do rio Paraíba do Sul, onde já há a cobrança, e para a ANA. O impacto da cobrança na rentabilidade de cada segmento produtivo da bacia do rio Paraíba do Sul não passa de 1,5%. A rentabilidade é a diferente entre a renda bruta e o custo operacional. O impacto na rentabilidade não passa de 1,5%. Se a pessoa pagasse à COPASA um valor bruto de R\$10,00 por mês, passaria agora a pagar R\$10,15. Isso daria uma contribuição... A pessoa não pagaria isso. Porém, se pagasse, pagaria R\$1,30 por ano como cobrança pelo uso da água. Esse valor é muito pequeno. Se somarmos os que retiram a água ou lançam alguma coisa... O Fundo não resolverá os problemas, mas possibilitará que se trabalhe um pouco na educação e no investimento em saneamento básico, na disponibilização adequada de resíduos sólidos e na reciclagem de resíduos.

O Sr. Mário Dantas - Sou Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde. Pela manhã e com a apresentação do meu amigo Mário da Costa Val nesta tarde, presenciei discursos muito bonitos e corretos, que convergem para o mesmo ponto: a importância dos comitês de bacias. Porém, esses discursos não me satisfazem, como Presidente do que o Mário chamou de geleca amorfa. Sinto-me completamente

inquieto e insatisfeito com o que está ocorrendo.

Hoje, pela manhã, perguntei à Deputada Maria Tereza Lara: Deputada, V. Exa. sabe qual é a dotação orçamentária de um comitê de bacia e do que dispõe? Ela disse: "Um pouco mais de zero.". Disse-lhe: Não, Deputada, é zero. Há comitês como o nosso, com sete anos de fundação. Então, até que tenhamos a quarta perna montada, à qual o Mauro se referiu, e as agências estejam prontas, levará tempo.

É muito importante, neste momento, que façamos com os Deputados esse debate para que talvez interfiram nessa política do Estado, a fim de que o IGAM seja dotado de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Não contaremos amanhã com a presença do nosso amigo Sérgio Mário Regina para apresentar a sua palestra, porque se encontra doente. Ele disse que esse é o único fundo virgem que conhece. Ninguém sabe onde se encontra esse recurso. Desejo que haja ação e interferência para se passar esse recurso ao IGAM. Dessa maneira, esse instituto nos dotará de meios para fazermos funcionar essa "geleca amorfa".

Por exemplo, no nosso comitê, estou sozinho, estou tirando dinheiro do meu bolso para fazê-lo funcionar. Isso não é justo. A sociedade não quer isso de nós.

Esse é o apelo que faço neste momento, por ser muito oportuno. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Dr. Adolfo, seria bom falar do decreto que o senhor passou ontem para o Dr. José Carlos. Finalmente, esse fundo começará a dar um sinal de vida.

O Sr. Adolfo Portela - No orçamento para este ano, o IGAM tem um verba em torno de R\$400.000,00 reais para investir nos comitês, para fornecer-lhes computadores, "softwares", enfim, os equipamentos necessários. Já estamos fazendo o levantamento das necessidades de todos os comitês e também dos que formaremos este ano, que são as comissões, para dar-lhes condições mínimas de funcionamento.

Sabemos das dificuldades e que os recursos são pequenos.

Sou Diretor do IGAM há mais ou menos um ano. Minha esperança na objetividade e no sucesso dos comitês é muito grande, porque vejo nos senhores o ideal da proteção do meio ambiente, por serem idealistas. Na verdade, o comitê é um lugar para gerir conflitos e interesses legítimos.

Dentro da disponibilidade do Governo, temos feito o possível, mas acho que se deve fazer como o senhor fez, quer dizer, procurar o Legislativo. Muitas vezes, procuramos o Executivo, mas não conseguimos nada, pois ele depende de orçamento. O Legislativo é que é importante. Se vocês forem a Washington, nos Estados Unidos, encontrarão o Capitólio cheio de gente, mas a Casa Branca sem ninguém, o que demonstra a importância do Legislativo. Assim, precisamos ir até o Legislativo para solicitar recursos.

Os comitês não têm CNPJ. Na verdade, é a sociedade unida e trabalhando por idealismo. Os recursos para que os comitês atinjam os seus objetivos virão das agências de bacias.

Dou-lhes os parabéns pelo questionamento e solicitação ao Legislativo. Poucos fazem isso.

O Sr. Antônio Eustáquio Vieira - Para quem não me conhece, meu apelido é Tonhão, sou do CBH - Paracatu.

Deputado, reforço o que o companheiro e o Dr. Adolfo disseram. Temos a mania de cobrar do Executivo. O Legislativo precisa nos ajudar, pois esses encaminhamentos dependem dele. Não adianta tentar tapar o sol com a peneira. Esta semana, uma pessoa nos alertou sobre essa questão, aconselhando-nos a procurar esta Casa.

Companheiro Mauro, ontem não houve a reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Qual encaminhamento devemos dar para que essas reuniões aconteçam e para que os posicionamentos dos setores sejam apresentados?

Companheiro da Belgo, sem querer colocar "saia-justa" em ninguém, mas apenas para fazer um comparativo na região em que atuamos, gostaríamos de saber se há algum investimento da Belgo junto à sociedade, fora imposto. Falamos de investimento social. É possível nos informar sobre percentual ou sobre algum projeto?

O Sr. Carlos Alexandre de Miranda - A empresa não está fazendo novos investimentos sem um projeto de sustentabilidade. No nosso entendimento, considerando que a empresa está certificada, inclusive por uma norma de responsabilidade social, temos que colocar esses conceitos em prática, fazendo valer o certificado que está na parede.

Exemplo desses projetos de responsabilidade social: hoje, a empresa já investe em teatros, escolas, na própria conservação dos recursos hídricos da região, programa afetivo-sexual, programa auditivo, programa visual em diversas escolas, além do Prêmio Belgo de Meio Ambiente, em que se tenta despertar nas crianças, cidadãos do amanhã, esse interesse ecológico, essa responsabilidade ambiental.

Não tenho exatamente esse número, mas hoje temos um indicador que é o percentual dos investimentos sobre o retorno operacional líquido, e nossa meta é atingir pelo menos 0,2%. Já conseguimos atingir números bem próximos disso e, quando fazemos a comparação dessa forma como estou fazendo, parece muito pouco, mas chega a ser um valor bastante elevado.

Para efeito desses investimentos em programas sociais, a empresa, hoje, disponibiliza aproximadamente R\$100.000,00 por mês.

Na parte de responsabilidade social, no último projeto que está em fase de implementação, percebemos que a região circunvizinha estava muito pobre em termos de força de trabalho, um pessoal muito desqualificado para assumir as funções que iam surgindo. A comunidade começou a cobrar esse tipo de comportamento, e imediatamente estabelecemos um programa chamado Comunidade, onde o principal pilar é capacitar, partindo dos primeiros passos na escola se preciso for, para que pessoas da comunidade possam ocupar cargos na empresa. Como hoje em dia a questão do emprego é um ponto crucial nas sociedades, entendemos que estaremos colaborando muito com as regiões vizinhas.

A empresa muitas vezes tem verba para implementar projetos como esse que mostrei, então estamos sempre participando de fóruns e comitês abordando esses conceitos e colocando-nos à disposição para participar, orientar e disponibilizar os possíveis recursos para estender essa teia de responsabilidade ambiental.

O Sr. Mauro da Costa Val - Tonhão, sua pergunta se refere ao Conselho Estadual ou aos comitês? Essa questão do Conselho Estadual, é óbvio que, ao se criarem comitês de bacia, ao se criarem agências de bacia, estamos transferindo o poder de decisão sobre as águas de alguns setores para um colegiado. Isso, certamente, não satisfaz, a pleno tema, algumas instituições que antes tomavam essas decisões. Por isso ocorre esse esvaziamento político do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Temos que ficar atentos a isso e fortalecer o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos tem 40 membros, e as próprias instituições que gerencia não tratam os Conselheiros de Recursos Hídricos com tanto "glamour" como tratam os Conselheiros de Política Ambiental. A própria Cristina Yuan relatou que a administração pública tende a manter o mecanismo de comando e controle, ou seja, a punição e a infração. A gestão de recursos hídricos não tem nada de comando e controle, e sim de negociação, de controle social e de informação para subsidiar decisão. Então, isso depende muito mais de nós.

Em função dessa vivência de 20 anos de gestão ambiental e de mecanismo de comando e controle, a administração pública, "per se", não irá fortalecer-se. Somos nós, da sociedade civil, dos comitês de bacias e os próprios usuários de água, que devemos estar lá, buscando o fortalecimento do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, já que o Conselho de Política Ambiental possui uma forma característica de agir. Aliás, deveríamos buscar a integração entre esses dois conselhos.

Portanto a minha sugestão é para que os entes, as Prefeituras, os usuários e todos que participam de comitês dêem o seu recado no Conselho e passem a pressionar o sistema, a fim de que ele respeite o Conselho de Recursos Hídricos da mesma forma com que respeita o Conselho de Política Ambiental.

A Sra. Presidente - Peço licença ao Sr. Coordenador para fazer algumas considerações. Enquanto falavam, estava pensando sobre a questão de se cobrar do Legislativo. Certamente os senhores podem e devem cobrar de nós uma postura de cobrança frente ao Governador, para um maior investimento nas agências ou no sistema, já que compete ao Governador do Estado a elaboração do orçamento. E nós, enquanto Deputados, podemos modificá-lo, embora num nível muito pequeno, por meio das emendas parlamentares.

O Ministro Ciro Gomes, no programa Roda Viva, disse que o Governo Federal enviaria R\$100.000.000,00 para Minas Gerais, a fim de revitalizar a bacia do rio São Francisco. Ora, 5% de R\$100.000.000,00 são R\$5.000.000,00. Dessa forma, fazemos um apelo aos representantes do Governo do Estado. Quando falei em fortalecer o IGAM, foi no intuito de contribuir com o próprio Governo. Quando falamos que o Governo Federal é nosso, não quer dizer que não o questionamos. E o questionar é exatamente para contribuir. Então, falar no fortalecimento do IGAM é exatamente uma forma de contribuir.

Dessa forma, espero que esses recursos, não só os R\$400.000,00 mas também os R\$5.000.000,00, sejam investidos no sistema como um todo, e não apenas nas obras. As obras são necessárias, mas os 5% devem ser investidos no sistema para o fortalecimento dos comitês e das agências. Serão criadas 5 ou 7 agências em Minas Gerais, e para isso será preciso uma estrutura, ou seja, recursos para essas agências, pois elas serão os órgãos executivos.

Espero tirar deste seminário propostas para solicitar do Governo do Estado um maior investimento - essa é a nossa função enquanto parlamentares -, sobretudo no controle social. Infelizmente, no Brasil, o controle social de políticas públicas é mínimo em todas as esferas.

Se a sociedade organizada necessita usar os próprios recursos para viajar em prol de um comitê de bacia, pelo menos que haja recursos para o custeio desse trabalho voluntário. Por isso transmito esse apelo da sociedade organizada ao Governador, aqui representado pelo IGAM, a fim de que esses recursos sejam investidos no sistema, que é um dos mais avançados em termos de legislação, tanto em nível nacional como estadual.

Temos legislação, mas é preciso investir. Dentro de 50 anos, se não investirmos realmente na questão das águas, poderemos ter uma guerra mundial por causa delas, e não por causa do petróleo. É necessário aplicar maiores recursos nas bacias hidrográficas e trabalhar pela valorização das nascentes e pela preservação das águas.

Apoiamos a cobrança de taxas daqueles que usam a água em grande escala, tanto no que se refere ao Conselho Nacional, como vimos no jornal "Estado de Minas", quanto ao Estadual, com o decreto do Governador. Concordamos com tudo o que venha para beneficiar e fazer com que as águas sejam respeitadas, sem que haja abuso, sobretudo dos poderosos, que as usam para enriquecer-se. Estamos aplaudindo a atitude do Governador, desde que haja um controle social, tanto em nível nacional quanto em estadual, para que, depois, essa cobrança não chegue ao usuário individual, que é sempre prejudicado.

Queremos acreditar nesse processo, mas isso apenas acontecerá se houver o controle social. Estamos falando em nível de história. Temos que cobrar, controlar e fiscalizar para que esses custos não sejam repassados - como vem acontecendo - aos que possuem menor poder aquisitivo.

A sociedade civil organizada, o parlamento, os órgãos estaduais e os federais devem formar uma parceria para que, de fato, aconteça o que queremos: a valorização das águas em nosso País, o respeito a elas, e o bom uso delas de acordo com a decisão da sociedade.

O Sr. José Geraldo Coimbra - Boa tarde à Mesa Diretora e ao Plenário. Sou membro do Fórum Mineiro das Águas de Carbonita e do CBH-Araçuaí. Quando se fala em cobrar água, vem-nos uma preocupação muito grande, porque às vezes falta a atenção do grande usuário em recuperar os mananciais, por meio de um trabalho ambiental. Depois de cobrado um valor, talvez falte o dever e o comprometimento desses grandes usuários nesse sentido.

Hoje, como membros de comitês, vemos a oportunidade de poder falar na Casa do povo. É muito importante colocar a nossa voz para a escuta de todos. Será que os grandes usuários irão comprometer-se em ajudar muitos rios que já morreram, muitos rios que ainda usam. Precisamos trabalhar para atingir o que queremos: a garantia de conservação das águas. Se não ajudarmos a manter os rios que existem e a recuperar os que já morreram, viveremos situações difíceis.

Em uma reunião do comitê, em Carbonita, levantou-se a seguinte questão: "Qual de nós já havia visto um rio nascer, a água brotar?". A resposta foi unânime: nenhum de nós havia visto um broto de água sair para formar um rio. Entretanto muitos de nós já viram rios morrer por falta de trato.

É evidente que muitas pessoas já viram afluentes de grandes rios morrerem por abusos.

É importante que nós, neste fórum, na Casa do povo, onde os parlamentares são os nossos representantes, com o apoio do IGAM, ajudemos os nossos filhos e os nossos netos que virão. A Deputada disse que, em breve, em algum país do mundo, acontecerá uma guerra por causa de água. Nós, brasileiros, temos de tomar conhecimento disso, pois somos privilegiados no que diz respeito à água doce. Se não soubermos preservá-la, em breve enfrentaremos sérios problemas.

O que direi poderá ferir alguém, mas seria bom que isso acontecesse para chamarmos a atenção das autoridades, a fim de procurarem uma maneira de corrigir o problema.

Estou com 60 anos de idade e, desde que compreendi os fatos, percebi que o DNER pouco se preocupa com o ambiente quando constrói estradas. Nunca vi o DNER se preocupar em fazer uma bacia de contenção para conter enxurradas ou em ajudar a desviar a enxurrada da cabeceira de um rio. Isso que estou dizendo poderá ferir algumas pessoas, mas é preciso que nós, da sociedade civil, ao termos uma oportunidade como esta, tenhamos a hombridade e a coragem de falar. Hoje, rasgam-se as rodovias e constroem-se valas imensas ao lado das estradas, sem se preocupar com a contenção das águas que correm ao longo dessas estradas. As águas que passam não servem mais, pois é importante que sejam contidas para alimentarem o lençol freático. Em nome da sociedade mineira, dos comitês e do fórum de que participo, faço um apelo para que, juntos, tomemos uma atitude e realimentemos essa vontade, como ambientalistas, de trazer melhores dias para o nosso povo, principalmente no que diz respeito à questão da água. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Realmente, a sua preocupação é muito justa, mas acreditamos que há leis bem feitas, inclusive o decreto entregue ontem ao representante do Governo, que poderão perfeitamente orientá-lo melhor sobre essas questões. Com a palavra, o Sr. Carlos Alberto.

O Sr. Carlos Alberto - O meu nome é Carlos Alberto. Sou Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Médio Rio Grande.

Retomo uma questão fundamental para o funcionamento dos comitês. O nosso comitê foi formado há três anos. Exponho isso ao Sr. Adolfo Portela, por julgar importante a participação do IGAM nesse processo. O nosso comitê foi criado amparado em uma legislação, e trabalhamos de acordo com esse aparato legal, que prevê o funcionamento dos comitês e a sua formação. Procedemos dessa forma, estabelecendo contato com a sociedade e com o IGAM. Por meio disso, conseguimos erguer o nosso comitê e iniciamos o nosso trabalho conforme o que prevê a lei, sendo parlamento das águas da nossa região e unindo diversos setores. Com isso, criamos uma expectativa, e as pessoas passaram a nos cobrar alguma ação.

Não adianta dizer que não temos CNPJ. Sabemos disso, por estarmos dentro da lei. A falta de apoio para darmos respostas efetivas nos deixa acobardados. Não queremos virar uma ONG, conforme disse o Mauro. Queremos integrar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

O IGAM, às vezes, dá a impressão de que nos deixa de lado, como se não tivéssemos importância. Mesmo fazendo parte de nossa estrutura, quase não comparece a nossas reuniões. E nós mandamos o calendário até o final de 2005. O IGAM precisa participar mais. Precisamos ter uma infra-estrutura operacional para que o comitê cumpra sua função, até o momento em que possa ter sua agência de água e, aí sim, implementar a cobrança prevista no decreto. Cobramos isso, pois queremos de fato ser parceiros do sistema de gerenciamento de recursos do Estado.

O Sr. José Ponciano Neto - Minha pergunta é para o Mauro e para o Paulo Teodoro. Sou da CBH Jequitaiá-Pacuí. Há uma verba liberada pelo Governo Federal para construir a barragem do Jequitaiá, que terá múltiplos usos, como irrigação, captação, geração de energia e lazer. Quando a cobrança da água for implementada, a CODEVASF arcará com o uso da água? Ou todo o pessoal que usará para lazer terá de pagar? De que forma o IGAM agirá, uma vez que a barragem será construída pelo Governo Federal. Como será a cobrança? Será criado um fundo para que os comitês a gerenciem?

O Sr. Adolfo Portela - O decreto de cobrança estipula que caberá aos comitês estipular quanto, de quem e como será cobrado. Esses recursos são captados pela agência, e 92,5% deles serão aplicados na bacia hidrográfica, conforme decisão do comitê. Os 7,5% restantes se destinam a viabilizar o funcionamento da agência de bacias. Legalmente, não há possibilidade de desviar qualquer recurso ou cobrança de sua aplicação na bacia. O retorno será feito conforme a vontade do comitê.

Os comitês de bacia são regulamentados por lei; não podem ter CNPJ e nem estatuto; têm regulamento. Atualmente, o que o IGAM faz? O Secretário José Carlos é um entusiasmado com o comitê e conhece sua força. Com os poucos recursos que temos no orçamento, daremos aos comitês um mínimo para que funcionem. Isso faremos este ano.

Eu e minha equipe estamos à disposição dos comitês, 24 horas por dia. Temos dialogado, ajudado e participado. Assustou-me ouvir que o IGAM não participa nem ajuda. Pelo contrário, temos um diálogo muito grande, principalmente com o fórum, cujo Coordenador-Geral é o Mauro. Talvez, na história do IGAM, não tenha havido participação tão grande entre os comitês e o IGAM. Estamos conscientes de que muito poderia ser feito e de que muitas coisas devem ser corrigidas. Conhecemos as qualidades e as deficiências existentes e estamos lutando para sanear-las, conversando e dialogando com os comitês e com o fórum. Pensamos que a participação, o diálogo e a honestidade são fundamentais. Assusta-me que alguém do comitê pense que o IGAM não está participando. Gostaria que essa pessoa me ensinasse como ser Diretor. Tenho 67 anos, já fui Secretário de Estado, fui empresário a vida inteira e hoje uso meu tempo para dar ao IGAM condições de participar efetivamente do sucesso dos comitês. Fico triste ao ouvir isso e gostaria que me ensinassem, pois devo estar agindo errado.

O Sr. Coordenador - Gostaria que cada membro da Mesa proferisse sua mensagem, para encerrarmos em seguida. Com a palavra, o Sr. Carlos Alexandre de Miranda.

O Sr. Carlos Alexandre de Miranda - Como representante da indústria de Minas Gerais no CEIVAP e em nome das indústrias Belgo, agradeço a presença de todos e coloco-me à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou dar qualquer referência a partir da nossa apresentação. Obrigado.

O Sr. Mauro da Costa Val - Responderei às perguntas encaminhadas e farei minhas considerações finais. Sr. Mário Dantas, quando citei o termo "geleca amorfa", sabia que alguns colegas não gostariam. Foi uma provocação para deixar bem clara a figura da transformação genética e da questão híbrida. Você é um dos que faz o que todos estamos fazendo. É como se estivéssemos equilibrando. Está caindo uma coisa aqui, você faz; cai outra ali, e estamos equilibrando. Estamos transformando. Batemos de escanteio, jogamos no gol, apitamos o jogo, somos goleiro, etc. Meu sobrinho brinca com isso. Pensei dez vezes que não seria legal, mas pelo menos durante uns bons meses todos se lembrarão desse termo e falaremos da necessidade da agência.

O José Geraldo pergunta se os grandes usuários farão isso, aquilo, etc. No âmbito do licenciamento ambiental, existem medidas mitigadoras, medidas compensatórias. No âmbito da FEAM e da SEMAG, há negociação de grande volume de recursos. Os cidadãos de várias regiões do Estado não são beneficiados por essas medidas mitigadoras.

Boa parte dos recursos é negociada para se colocarem computadores nas salas de órgãos do Estado. Os passivos ambientais ficam com os municípios, mas as medidas mitigadoras e compensatórias são estabelecidas pelos órgãos ambientais daqui. Esse é um dos grandes erros da gestão ambiental. O pessoal não deixa os comitês de bacia se "empoderarem" porque, caso isso aconteça, perdem a "boquinha", pois estão no comando há 20 anos. É um jogo. Falamos pejorativamente, mas é o que ocorre. Os comitês de bacia não recebem a devida dedicação porque há no Governo pessoas interessadas em manter esse sistema, que ganham com ele. É muito melhor fazer COPAM regional - sistema que se controla - do que dar poder a quem não se controla. Não acho isso, mas na cabeça pensante do Golbery do Couto e Silva, da gestão ambiental de Minas Gerais, funciona desse jeito.



Outro grande fundo de recursos são os termos de ajustamento de conduta - TACs. Se o grande usuário não cumpriu a legislação ambiental, se está em desconformidade, o Ministério Público o chama à conformidade, estabelecendo um TAC. Muitos TACs têm sido feitos para corrigir a questão da medida mitigadora, de centralização. Eles têm sido fundos para grandes projetos regionais. O Ministério Público é grande aliado da sociedade civil nesse ponto. Aproveitem os TACs para fazer o que a FEAM e a SEMAD não fazem: colocar o dinheiro da medida mitigadora onde o cidadão sofre com o passivo ambiental deixado. Outro fundo se refere à cobrança do uso da água ao usuário.

O colega perguntou sobre a barragem no Jequitaiá-Pacuí. Primeiramente, temos de discordar terminantemente com a decisão de que a construção de uma barragem não deva passar pelo comitê de bacia. Há dois pesos e duas medidas. Se a administração pública reclama que o Governo Federal faz isso ou aquilo, por que na nossa cozinha procedemos da mesma forma que o outro? Está sendo dada como certa a construção da barragem. Essa construção nem sequer foi licenciada, nem sequer conversaram sobre isso. Não estou dizendo que a construção da barragem não acontecerá. O CIBAPAR é um consórcio. A secretaria executiva do comitê solicitou audiência pública para um barramento que se pretende fazer no baixo Paraopeba. Por quê? O importante não é apenas a realização da audiência pública, mas o desenvolvimento de um processo de informação e participação. Ao se fazer um barramento de um curso d'água, está-se interferindo na vida não só de seres humanos, mas em uma série de outras vidas.

Não pedimos audiência pública. Ontem conversamos com o Prefeito de Três Marias e com o colega Raimundo, Presidente da Associação dos Pescadores de Três Marias. Caso queiram colaborar, o que faremos? Faremos uma série de reuniões em que exporemos o projeto da barragem. Técnicos explicarão os efeitos do ambiente com ou sem a barragem, qual será o futuro daquelas pessoas. Estudo de pacto ambiental é explicar, na linguagem do agente social local, o que ocorre. É muito esquisito tomarmos como certa a construção de uma barragem.

De qualquer forma, se o projeto for licenciado, já sabemos que trata de águas de domínio estadual. Então, a obra vai existir, vai-se pagar pela interferência no regime do curso d'água. Já há o "royalty" da energia elétrica, 0,75% do faturamento anual. Essa é a cobrança pelo setor elétrico. A partir daí, estabeleceu-se outra coleção hídrica. Não é mais um ambiente lótico, mas um ambiente lântico; é um lago. Todos os que retirarem a água para uso como fator de produção pagarão por ela. Se alguém retirar água para uso ou para gerar renda, estará provocando mudanças no meio ambiente. Logo, essa água será cobrada, visto que houve interferência no lago.

O Sr. Adolfo Portela - Apenas farei mais algumas considerações. Antes, responderei ao Mauro. Imagino que o relacionamento do IGAM com o fórum é muito bom. Temos consciência das nossas deficiências, bem como dos nossos acertos.

Seria bom que o Sr. Mauro nominasse as pessoas a fim de tomarmos as providências, pois afirmou que parte do Governo tem a intenção de fazer isso ou aquilo. Ele falou de alguns fatos, com os quais não concordo. Ou seja, disse que, no Governo, existem pessoas que não querem que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos funcione corretamente como o COPAM.

Ademais, lembro que o Governo Federal aplicará R\$100.000.000,00 em Minas Gerais, especificamente na bacia hidrográfica do rio São Francisco. O Governo Federal imagina que iremos receber esses recursos com alegria, como uma compensação, quando, neste ano ou no próximo, aplicará R\$1.500.000.000,00 no projeto de transposição do rio São Francisco.

Agradeço a todos os participantes. Este seminário está sendo realizado em virtude de uma proposta que o IGAM fez ao fórum. Aliás, o fórum aceitou a idéia com muita alegria. Todavia, a iniciativa foi do IGAM. Entendemos que o meio ambiente necessita de ações como essa. Em um evento como este, as pessoas podem dizer o que pensam, podem ouvir e participar do pensamento dos outros, respeitando sempre o ponto de vista alheio, com honestidade e franqueza.

Peço ao Sr. Mauro que, ao fazer uma acusação, revele nomes. Agradeço a todos.

O Sr. Mauro da Costa Val - O Adolfo é uma pessoa de bom coração. Desde que ele passou a fazer parte da Diretoria de Gestão Participativa, a relação entre o IGAM e os comitês de bacia mudou completamente. Todos sabem disso. Trata-se de uma pessoa muito boa, que não nota a malícia aprofundada de outras. Se em três dias você não descobrir, eu lhe falo.

O Sr. Adolfo Portela - Agradeço-lhe. Vou publicar, se você me falar.

O Sr. Coordenador - Agradeço a todos os palestrantes e às pessoas que participaram do evento nesta tarde. Nós é que somos os verdadeiros defensores das águas. Para defender a água para o meu neto, para a minha neta, vale tudo. Se não fizermos isso, outros não o farão. Podem acreditar nesse Governo. O Dr. Adolfo nos garante. Há leis para tudo, e elas existem para ser cumpridas. Obrigado.

A Sra. Presidente - Para encerrar, ressalto que é um grande desafio avançarmos da democracia representativa para a direta. Aliás, é de acordo com a última que temos a coragem de enfrentar problemas dessa natureza.

Já que questionamos o Governo Federal, do nosso partido, em relação à transposição do rio São Francisco, uma vez que somos contra o projeto original e queremos nos aprofundar num debate por mudanças, estamos credenciados mais ainda para fazer questionamentos ao Governo Estadual nesse sentido. Queremos contribuir para que o IGAM seja fortalecido com mais recursos. Sabemos que os R\$100.000.000,00 são para a bacia do rio São Francisco, que corresponde a 40% das bacias hidrográficas de Minas Gerais. Investindo nessa bacia, estaremos beneficiando nosso Estado. Investiremos não apenas no sistema, mas também em obras.

Agradecemos a presença dos representantes da RURALMINAS, da Universidade Federal, do IGAM, do fórum das bacias, da Belgo-Mineira e do Deputado Doutor Ronaldo, todos nossos parceiros nessa construção. Sem a participação de cada um dos senhores, não teríamos este fórum. Que possamos continuar com o compromisso de transparência e, com serenidade, questionar a contribuição de nossos governantes para esse avanço.

Agradecemos a participação de todos. Se estão aqui até agora, é por que têm compromisso. Continuem firmes, porque a democracia direta é que fará avançar o controle social e o alcance dos objetivos que buscamos. O caminho é esse.

O próprio IGAM toma a iniciativa de propor seminário. Esta Casa, que sempre foi parceira na discussão e na busca da participação popular, já promoveu o Águas de Minas I e o II. Acreditamos que todos estão abertos para receber críticas que têm o avanço como objetivo. Isso é fundamental para nós. A Presidência agradece a presença de todas as autoridades mencionadas e dos convidados e convidadas.

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Gabriel Márcio Janot Pacheco - Palavras do Deputado Federal Sarney Filho - Palavras do Sr. Valentin Calenzani - Palavras do Sr. Antônio Procópio Sampaio Resende - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rogério Correia - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Antônio Júlio - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elisa Costa - Gil Pereira - João Moraes - João Leite - Leonardo Quintão - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Olinto Godinho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Weliton Prado.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 9h8min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Weliton Prado, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Paulo Romano, 1º-Secretário Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e Coordenador dos Debates; Gabriel Márcio Janot Pacheco, Diretor de Desenvolvimento da USIMINAS; Valentin Calenzani, Representante do Comitê da Bacia do Rio Verde (ex-SCOBERV); Antônio Procópio Sampaio Resende, Gerente de Ações Ambientais da CEMIG; Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Instituto de Gestão das Águas - IGAM; e Deputado Federal Sarney Filho, ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente.

#### Registro de Presenças

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos Exmos. Srs. José Luiz Pena, Presidente Nacional do PV; Vereador Olívio Teixeira; e do Deputado Federal Leonardo Matos, ambos do PV.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Seminário "Água e Terra - Integração pela Cultura da Paz" - 4º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com a apresentação do painel "O Papel do Setor Produtivo na Gestão de Recursos Hídricos".

#### Palavras do Sr. Gabriel Márcio Janot Pacheco

Bom dia a todos. Exmos. Srs. Deputado Gil Pereira, presidindo a Mesa e representando o Presidente desta Casa; Dr. Paulo Romano; Dr. Valentin Calenzani; Antônio Procópio Sampaio Resende e Paulo Teodoro de Carvalho, a USIMINAS agradece o privilégio de participar deste evento e o faz com prazer.

Falaremos sobre o papel do setor produtivo na gestão de recursos hídricos a partir do exemplo de uma de suas empresas, a USIMINAS. O conteúdo da nossa exposição será exibido em seguida.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Após breve introdução, falaremos sobre o uso da água numa usina siderúrgica - no caso, a USIMINAS, que é semelhante ao de outras indústrias; o controle das emissões hídricas; as contribuições da empresa na gestão de recursos na sua região, fora da usina; e faremos a conclusão.

Considerações iniciais sobre a água. O consumo mundial de água cresceu mais que o dobro da taxa de crescimento da população de 1995 a 2000. A escassez de água tende a se tornar uma das maiores ameaças para o planeta neste século. A água, sem dúvida alguma, será a moeda mais forte do século XXI, o que já começamos a presenciar em algumas regiões da terra. Continuando nesse tema, pode-se ver a curva mais abaixo, que representa o consumo humano de 1900 a 2000 - portanto, um século - ; a curva verde, que representa o consumo industrial, que cresceu bastante; a terceira curva, a marrom, que representa o consumo de irrigação, o consumo agrícola, que realmente disparou; e a curva azul, representando o total. O consumo agrícola se deve ainda a técnicas inadequadas de irrigação, que utilizam muito mais água que o necessário.

Na estrela, pode-se ver que, nesse século, o consumo de água cresceu quatro vezes mais que a população. Outra visão é que esta água está muito mal distribuída. O amarelo representa a água que se encontra nos oceanos. Ainda não se tem uma forma de utilizá-la porque a dessalinização é muito cara e gasta muita energia.

O azul é água subterrânea, que poderá se acessada. A superficial é da ordem de 0,069% apenas. Além de tudo, está mal distribuída. O Brasil, curiosamente, tem 13% dessas águas subterrâneas e superficiais disponíveis.

Temos aqui alguns indicadores do uso da água na produção agrícola. Para se produzir 1kg de trigo, são necessários 900 litros de água; para arroz e milho, também 900 litros. Para a carne de frango, 3.500 litros. E aí vem o mais incrível: para se produzir 1kg de carne de boi, 100 mil litros. Se um bom bife já era considerado um lixo econômico, hoje poderemos considerá-lo um lixo hidrológico ou ecológico. Durante a vida do animal, ele consome 100 mil litros de água para 1kg de carne.

Na produção industrial, 1 litro de gasolina demanda 10 litros de água, 1kg de açúcar, 100 litros, 1kg de ácido, de 100 a 200 litros. Embaixo, na elipse, a USIMINAS está com 180 litros. Essa variação de 100 a 200 litros depende do tipo de processo siderúrgico e do tamanho da usina; 1kg

de papel consome 250 litros de água. Na atividade doméstica, um banho consome de 40 a 200 litros. Lavar louça, uma vez ao dia, de 5 a 15 litros, lavar roupa de 80 a 120 litros. O Brasil, em média, consome 200 litros por habitante para um banho, mas o nova-iorquino 2 mil litros. Em grande parte da África, consome-se apenas 15 litros por banho. Se quisermos ter desenvolvimento sustentado, é preciso mais moderação. O planeta não agüenta o consumo de 2 mil litros para um banho.

Na situação atual dos recursos hídricos brasileiros, podemos citar quatro problemas e uma possível solução. A maior disponibilidade de água doce encontra-se em regiões de uso pouco intenso, por exemplo, na Amazônia. Com o aumento da demanda nos grandes centros, em todos os segmentos, já caminha para a escassez relativa. A degradação acentuada de alguns mananciais importantes, principalmente nos grandes centros, já compromete a quantidade e a qualidade da água. A ocorrência de conflitos para o uso da água é também um grande problema. A solução seria o gerenciamento compartilhado, por meio dos comitês do Brasil, entre poder público e sociedade. No Brasil, houve uma mudança de conceitualização da água. Até há pouco, a água era um recurso renovável e abundante e bem de domínio privado. Após a Constituição de 1988 e a Lei nº 9.433, a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico e de domínio público, porém sujeita a uma gestão de recursos hídricos.

A estrutura de gerenciamento de água no Brasil tem três níveis na vertical: federal, estadual e municipal. Os comitês federais e estaduais são uma novidade bem-vinda, porque envolvem o poder público, o usuário e a sociedade. Têm caráter legislativo e deliberativo. Achamos que essa estrutura promete e deve dar bons resultados daqui para a frente.

Vamos ver, agora, uma breve apresentação da USIMINAS. Estamos entre Governador Valadares e Belo Horizonte, em Ipatinga, com ligações rodoviárias e ferroviárias boas, tanto com o Espírito Santo quanto com São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Embaixo, em Cubatão, a USIMINAS tem hoje 100% da COSIPA, que é outra usina siderúrgica em São Paulo praticamente do nosso tamanho.

Esse é o "layout" da usina de Ipatinga, sob a qual passaremos a falar. Essa forma de asa tem 7km de extensão por 1,5km de largura, portanto 10,5Km<sup>2</sup>, margeada pela Vitória-Minas.

Ela é uma usina integrada que recebe carvão mineral e minério e os transforma em produtos acabados, sempre produtos planos laminados a quente ou a frio.

Temos agora uma fotografia de parte da usina. Nosso fluxo de produção é o seguinte: o carvão é transformado, em um conjunto de coqueiras, em coque. O minério é transformado, em um conjunto de sinterizações, em sinter. Os dois produtos irão para os altos-fornos, que, com características próprias, permitirão a fabricação do ferro gusa, que é impuro e quebradiço. Depois, ele é transportado para as aciarias e transformado, nos grandes fornos convertedores, em placas de aço, que podem ser vendidas diretamente ou continuar no processo de laminação a quente, quando são produzidas bobinas a quente ou chapas de aço já cortadas para a indústria.

Continuando no processo, essas bobinas quentes ainda podem ser laminadas a frio e transformadas em bobinas a frio ou em bobinas galvanizadas, a matéria-prima dos automóveis e de todos os eletrodomésticos. Também podemos ter chapas finas a frio cortadas. As bobinas a frio são embaladas e, às vezes, galvanizadas.

Os nossos equipamentos são de grande porte. Exemplo: um laminador. O seguinte é uma panela e um convertedor de aciaria. Daí vocês verão o grande consumo de água, por causa do tamanho.

A USIMINAS produziu, em 2004, 4.820.000t de aço líquido, que é, depois, transformado em produtos, sendo 80,4% para o mercado interno e só 19,6% para o mercado externo. Damos preferência ao mercado interno sempre.

Como nos situamos no mercado? O dourado é a USIMINAS, e o vermelho é a COSIPA. O grupo tem uma média geral de participação no mercado de 56%, muito alta. Fabricamos mais da metade do aço consumido no Brasil. Os destaques seguintes são: indústria naval, 100%; tratores e equipamentos de construção de estradas, 100%; tubos de grande diâmetro, 98%; e assim por diante. A receita bruta em 2004 foi de quase R\$9.000.000.000,00, e aqui é só a USIMINAS, não tem COSIPA, e o Ebitda é de R\$3.138.000,00.

Podemos passar para o próximo. O Ebitda evoluiu muito bem, desde o ano 2000. Geramos, então, R\$731,00 por tonelada de aço. Em termos de pessoal, a empresa tem cerca de 8 mil funcionários, sendo 92,6% na usina, e, à direita, 74% são operários, sendo 10% com curso superior.

Destaco a situação da usina em relação aos recursos hídricos. O rio Piracicaba é o que alimenta a usina, confluindo com o rio Doce, ou seja, estamos exatamente na confluência do rio Piracicaba com o rio Doce. Há, portanto, abundância de recursos hídricos, e, nesta ponta dos dois rios, está o início do Parque Estadual do Rio Doce, que tem 35.000ha, uma beleza de mata nativa, mata atlântica original, no Estado de Minas Gerais.

No item seguinte, vamos para alguns dados sobre o uso e a importância da água na USIMINAS. A vazão média do rio Piracicaba, de onde captamos água, é de cerca de 450.000m<sup>3</sup>/h. Desse valor, usamos na usina quase 100.000m<sup>3</sup>/h; porém, à esquerda, só captamos 6% disso. Dos 6m<sup>3</sup>/h ainda devolvemos ao rio 4.200m<sup>3</sup>/h, que totalizam aproximadamente 4%. Os 2% são realmente evaporados, gastos no processo. À direita, 93,7% daquela água, ou seja, 91.000m<sup>3</sup>/h são recirculados. Essa é a palavra mágica, e nós abordaremos esse aspecto em seguida.

Esse volume de água que está na elipse maior, se fosse captado, usado e despejado novamente no rio, equivaleria ao consumo de uma cidade de 11 milhões a 12 milhões de habitantes.

No "slide" seguinte, pode-se ver uma alegoria. Uma cidade tem de estar perto de um rio, que certamente seria consumido pela indústria, se ela não recirculasse a água; portanto, seria impossível instalar uma indústria no deserto.

Visto assim de forma mais clara, dos 97.000m<sup>3</sup>/h que usamos, o lado alaranjado indica os 6% do rio, e o azul, 93% recirculados. Os Senhores podem observar como esse índice de recirculação cresceu nos últimos dez anos. Hoje, 93,7% de toda a água que precisamos é recirculada dentro da usina. Veremos como isso ocorre.

Isso é uma recirculação típica, com três tratamentos. A torre é a refrigeração para esfriar a temperatura da água, e o amarelo é o tratamento químico dos resíduos que contaminam a água. Há ainda a filtragem dessa água por causa do solo suspenso.

Existe o total de 20 recirculações dentro da usina. Da esquerda para a direita, na área de altos-fornos, o gusa possui quatro centrais; na área de aço são sete centrais; na área de laminações são seis centrais de recirculação, e na área de utilidade de energia são três centrais. O volume total recirculado é de 1.523m<sup>3</sup>/h, mudando-se de unidade, que resulta naqueles 91.000m<sup>3</sup>/h.

Como usamos essa água? Nos processos industriais, o amarelo indica 62%, e o azul representa o uso doméstico, ou seja, a água potável dentro da usina. Alguns processos delicados utilizam essa água. Se quisermos reduzir isso, trabalharemos com o uso industrial.

A primeira coluna mostra as recirculações; a segunda coluna, essa quantidade de água por área da usina; e a terceira coluna - chamada de distribuição - é aquela captação, ou seja, é a água que sai direto do rio. Vocês podem ver os grandes consumidores na segunda, na terceira e na quarta linhas, com 22%, 22% e 19%. Na primeira coluna, vemos os altos-fornos, as aciarias e as laminações a quente. São equipamentos de grande porte que usam altas temperaturas exaustivamente e precisam ser refrigerados com a água. A alta temperatura é uma constante dentro do processo industrial, não apenas do siderúrgico.

Destacarei alguns aspectos quanto à instalação dessas unidades. Temos uma unidade de captação na beira do rio, com 300m<sup>3</sup>/min de capacidade de bombas, mas só usamos 100m<sup>3</sup>/min, ou seja, 1/3 disso. Há também uma unidade de tratamento de água potável na quarta linha, que constitui um (....) para a COPASA, podendo alimentar alguns bairros da cidade em casos de colapso. Na penúltima linha, há o centro de energia. Todo o controle e o manejo dessa água é centralizado por meio de computador. Finalmente, na última linha, existe o laboratório completo para monitoramento não só da qualidade da água, como também dos resíduos.

Quanto à outorga do uso da água, todos os nossos processos e instalações estão licenciados pelo IGAM. Obtivemos essa outorga sem problemas em 2000, por meio de portaria específica, válida até outubro deste ano.

Esperamos renová-la sem nenhum problema. O volume de água que usamos também está abaixo do que nos foi outorgado.

No "slide" seguinte vê-se o certificado de outorga do IGAM do ano de 2000.

Nosso sistema de gestão de águas - SGA - também está certificado pelo DNV na norma ISO 14.001, que é a norma ecológica.

Fomos certificados em 1996, recertificados duas vezes - em 1999 e em 2002 - e seremos novamente certificados este ano. Destaco que a USIMINAS foi a segunda usina siderúrgica do mundo - a primeira é a gigantesca usina de Posco, na Coreia - a ser certificada na norma ISO 14.001, o que muito deve orgulhar os mineiros.

Passamos agora a dados essenciais sobre a utilização e consumo de água na usina. As três principais metas ambientais são: obter um consumo específico por tonelada de aço de 11,4m<sup>3</sup> ou menos; atingir o índice de recirculação de 93,9% de toda a nossa água; e obter uma captação no rio menor ou igual a 104,2m<sup>3</sup> por minuto. Nos últimos dez anos, reduzimos a captação em 47%. Por cada tonelada de aço bruto que produzimos, consumimos 11,4m<sup>3</sup> de água; nos últimos dez anos, reduzimos 57%. Não há meta para a água recirculada, mas pode-se observar o aumento constante, que está em 1.523m<sup>3</sup> por minuto.

O seguinte é o índice de recirculação, esse com meta, que aumentamos 8% em dez anos. Hoje estamos com 93,7%. Lembramos que o índice da usina de Yawata, da Nippon Steel, uma das mais conceituadas do mundo, é de 93,8%, praticamente igual ao nosso.

Na curva vermelha vocês vêem um aumento constante de produção de aço em milhões de toneladas; na curva amarela, a redução drástica da captação no rio, a que caiu 47% em dez anos; e a curva verde representa o índice de recirculação, que subiu 8% nesse período.

Essa é uma parte da nossa lagoa de reservação; bombeamos do rio para essa lagoa por duas razões: segurança - dá para dois dias a dois dias e meio de consumo na usina, caso haja um colapso total -, e para evitar captações esporádicas de pico muito alto.

No Capítulo 3 vamos ver quais são os sistemas que fazem tudo isso controlar essas águas. À esquerda está o rio Piracicaba; à direita, o Doce. Os três pontos vermelhos são onde controlamos a qualidade da água que nos chega, antes do nosso emissário. O ponto do meio é o emissário-geral, o que sai da usina, que também controlamos; e o terceiro ponto é o rio Piracicaba depois de receber nosso lançamento, que tem de ser necessariamente antes do rio Doce, senão dilui muito. E há outros pontos dentro da usina. Na captação, como disse, controlamos a qualidade da água que nos chega. No lençol freático temos 33 poços de coleta e amostragem de água subterrânea, onde estão nossas pilhas de matérias-primas, que podem se infiltrar, e também aterros de resíduos. Veremos as estações de tratamento de efluentes depois. Evidentemente, temos amostragem de tudo o que está aí. O emissário-geral é para saber o que jogamos no rio. Já falei sobre o rio após o emissário; e, por último, todas as nossas bacias de decantação.

Esses são os tratamentos específicos de efluentes. Efluentes são os produtos que serão jogados no rio; não são recirculações, mas produtos que saem naturalmente do nosso processo. Temos cinco estações de tratamento de efluentes: a primeira é o tratamento biológico para cuidar do licor amoniacal e de outros produtos que saem da coqueria; a segunda é a ENA, que é o tratamento de resíduos ácidos que saem das decapagens; a terceira é óleo, a quarta é galvanização. Produzimos 91.000t por ano de resíduos que saem desses efluentes. Naturalmente, o que vai para o rio é água pura. Também as águas recirculadas são contaminadas por grande quantidade de sólidos em suspensão. No quadro geral, temos 416.000t no total, por ano. As recirculações contribuem com 100.000t; os efluentes, com 91.000t; e os diversos gases que a usina gera e são lavados para serem utilizados, saindo sólidos, com 225.000t. Já conseguimos vender 30% dessa tonelagem. Reciclamos 36% e dispomos em aterros controlados mais 33%.

Vocês podem ver que as grandes toneladas já estão comercializadas em geral para indústrias de cerâmica e para correção de solo na agricultura. A exceção feita é para a lama fina de aciaria, que são 133.000t, que serão dispostas em aterros. Temos acordos com algumas universidades que estudam continuamente o uso para isso. Está aí uma oportunidade de negócios para terceiros, porque, ao se descobrir a aplicação, isso vira um produto econômico.

É importante dizer que a FEAM concedeu uma medalha pelo melhor inventário de resíduos no ano de 2004.

São variáveis do nosso emissário. Emissário é o esgoto da usina que é jogado no rio. Todos estão abaixo dos padrões da FEAM. O último acidente ecológico que tivemos foi em 1995. Foi um derramamento de óleo. Temos um plano de emergência para esses acidentes e mandamos esses dados para a Prefeitura de Ipatinga e para a FEAM.

Este quadro mostra outra visão de como esses índices do emissário vêm caindo ao longo dos últimos quatro anos. Para tratar desses efluentes, investimos em 39 equipamentos, com US\$133.000.000,00 acumulados. Num investimento de US\$439.000.000,00, 30% são dedicados à água e 66% são dedicados ao ar.

No capítulo 4º vamos falar da atuação externa à usina. Participamos do Comitê Estadual da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, somos parte da diretoria, somos 1º-Secretário nesse comitê há quatro anos e há anos somos do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Temos completa segurança de que poderemos contribuir para a preservação e a evolução dessas duas bacias com a nossa participação. Somos

entusiastas dos comitês.

Na tela, os senhores vêem, à esquerda, 2.100ha de área devastada, na região de Ipatinga, e, à direita, a mesma região, depois de nosso trabalho. Foram plantadas 3 milhões de árvores, como parte do programa de áreas verdes.

A seguir, mostra-se o nosso viveiro, com produção própria de 250 mudas de espécies de árvore por ano. A mata ciliar é outro programa em que atuamos, de acordo com o Código Florestal.

Podem ser vistos ainda um bairro de Ipatinga, o rio Piracicaba; de um lado, o parque do rio Doce e, do outro, uma parte da mata ciliar e o cinturão verde que fizemos na cidade. A mata ciliar tem 22km de extensão, 186ha e passa em três municípios.

Ipatinga hoje tem dez vezes mais área verde do que recomenda a Organização Mundial da Saúde.

Em 2002, após o apagão, fizemos uma campanha de racionalização de uso da água. Fizemos uma campanha interna e externa com as seguintes metas: redução da captação, elevação da recirculação e redução de consumo por tonelada. Todas elas foram atingidas. Os Programas de Bônus para os Empregados e de Distribuição de Lucros e Resultados foram contemplados por dotação, graças ao sucesso da campanha.

A USIMINAS participou também do Programa de Água Limpa, com antecipação de impostos à Prefeitura de Ipatinga. Todos os córregos da cidade foram retificados e dragados. O "slide" mostra a estação de tratamento de esgoto sanitário da COPASA, feita em conjunto com a Prefeitura. Agora, todos os córregos têm interceptor de esgoto.

Como homenagem a Ipatinga, vale comentar sua situação, do ponto de vista, não só no que diz respeito à água, mas também do ponto de vista ecológico.

Ipatinga tem, em primeira linha, 127m<sup>2</sup> de área verde por habitante, enquanto Minas tem 25m<sup>2</sup>, e o Brasil, 10m<sup>2</sup>. A ONU recomenda 12m<sup>2</sup>. Em Ipatinga, o abastecimento de água atinge 96% das residências; em Minas, 77%; no Brasil, 75%. Nosso esgoto coletado chega a 94%, e temos capacidade para 100%; Minas, 60%; Brasil, 39%.

Quanto ao analfabetismo, 7,5% é o índice; o de Minas, 14%; e do Brasil, 15,5%. Mortalidade infantil: há registro de 19 por 1.000; em Minas, de 14; e, no Brasil, de 48. O destino final do lixo em aterro sanitário é de 100% em Ipatinga, de 1% em Minas e de 0,5% no Brasil.

Deixo com os senhores os números do telefone e do fax de nossa área de gestão ambiental, que se coloca à disposição para eventuais contatos.

E, finalmente, uma declaração formal da nossa Presidência: "O objetivo da USIMINAS, com o aprimoramento do sistema de gestão de águas, é atingir a excelência ambiental, indo além do exigido pela legislação pertinente em vigor, atendendo aos princípios de desenvolvimento sustentado e agindo proativamente, de acordo com o conceito de atuação responsável pelo meio ambiente."

#### Palavras do Deputado Federal Sarney Filho

Sr. Presidente, membros da Mesa, amigos e amigas participantes do 4º Encontro da Águas, é uma grande alegria estar com vocês, juntamente com a Executiva Nacional do Partido Verde, que se reunirá hoje em Belo Horizonte, em reunião patrocinada pelo Deputado Leonardo Mattos, que nos fez o apelo de que viéssemos aqui e dêssemos uma palavra a respeito do posicionamento do PV sobre essa questão crucial das águas em geral e, em particular, da transposição do rio São Francisco.

Quando Ministro, tive a oportunidade não só de opinar, mas também de agir nesse sentido, acompanhado do meu então Secretário Executivo, hoje Secretário de Meio Ambiente deste Estado, José Carlos Carvalho. Quando se começou a falar na transposição do São Francisco, levantamos em primeiro lugar, antes de qualquer outra discussão, a questão da revitalização da bacia. Ora, meus amigos e amigas, não se pode pensar em gastar bilhões de reais em uma obra de engenharia, enquanto, para a revitalização da bacia do rio São Francisco, destinam-se migalhas. Não se podem comparar os inestimáveis serviços que o São Francisco presta aos Estados por que passa, às populações que neles vivem e ao Brasil como um todo, com um projeto polêmico de transposição de que não se sabe a real valia ou os reais objetivos.

Quero aproveitar este encontro para reafirmar o posicionamento claro do PV, que, aliás, se tem firmado no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados por suas posições bastante claras quanto à sua opção pelo desenvolvimento sustentável. Como os senhores devem acompanhar, sempre tivemos uma posição muito clara a respeito dos temas polêmicos na área ambiental. Assim ocorreu logo no princípio, na discussão da medida provisória que liberou, sem os estudos de impacto ambiental, os transgênicos; assim ocorreu nas discussões sobre o uso de energia alternativa e de energia nuclear; assim ocorreu na discussão sobre a lei de biossegurança, quando se deu superpoderes a um órgão técnico, a CTNBio; e assim está sendo e será na discussão sobre a transposição do rio São Francisco: somos contrários. Precisamos, antes, revitalizar a bacia do rio São Francisco. Fazendo uma metáfora bastante pueril, mas bem forte, já que os discursos com metáforas estão bem em moda no Brasil, diria que o rio São Francisco é um paciente anêmico do qual se exige uma transfusão de sangue, o que, na verdade, pode matar tanto o paciente quanto o destinatário.

É fundamental que o Governo invista em saneamento e tratamento da água em todos os municípios que jogam esgotos "in natura" no rio São Francisco, em seus afluentes ou subafluentes. É necessária a reconstituição das matas ciliares, o repovoamento da fauna do rio São Francisco e seus afluentes e o ordenamento territorial. Fala-se em gastar mais de R\$1.000.000.000,00 em obras de engenharia, enquanto as necessárias obras de cunho socioambiental estão sendo relegadas a segundo plano.

Essa é nossa visão e preocupação. Parabéns a todos os promotores deste encontro. Sou um entusiasta do fortalecimento dos comitês de bacias porque são órgãos democráticos por meio dos quais a sociedade pode se pronunciar. O dinheiro que eventualmente um comitê de bacias resolva cobrar pelo uso da água por parte de grandes indústrias e grandes empreendimentos deve ser inteiramente aplicado na própria bacia, em seu próprio benefício. Essa é uma questão que estamos enfrentando no Congresso Nacional e na Câmara, onde tive oportunidade de alertar sobre um artigo a esse respeito, que não dizia que a arrecadação do comitê de bacias deveria ficar no próprio comitê. Sabemos que se essa arrecadação for entregue ao Tesouro, nunca mais voltará para o comitê.

Podem contar com nossa bancada, que é pequena na Câmara dos Deputados, mas é firme, segura e tem o respeito dos nossos pares, principalmente da sociedade brasileira. Em meu nome, em nome do Deputado Léo e do Presidente Pena, do PV, deixo um grande abraço e o desejo de êxito nas reuniões. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao ex-Ministro e pedimos que use seu peso político e sua influência junto ao Congresso Nacional para mostrar

ao Ministro Ciro Gomes e ao Presidente Lula que é um projeto realmente inviável.

Faremos a frente parlamentar e um grande evento na cidade de Pirapora no mês de abril, onde queremos contar com sua presença e de todo o PV. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Valentin Calenzani

Cumprimento o Deputado Gil Pereira, coordenador dos trabalhos, todos os técnicos e autoridades que militam na gestão da água, geralmente de forma voluntária, e todos os que nos assistem nesta manhã.

Dada a importância deste evento, gostaria de ter o poder de incorporar o espírito do Dr. Sérgio Mário Regina para externar parte do seu conhecimento a respeito do assunto que trataremos nesta manhã. O Dr. Sérgio Mário Regina pede desculpas por ter sido proibido de estar aqui nesta manhã, e, se aqui estivesse, com certeza ouviríamos a campanha apitar pelo menos umas dez vezes, pois ele é um falador nato. O Dr. Sérgio me pediu que trouxesse alguns de seus recados, que tentarei resumir, caso contrário ficaríamos aqui pelo menos por duas horas e meia.

Inicialmente falarei sobre os trabalhos do Dr. Sérgio dedicados à causa. São trinta e cinco anos e meio dedicados à EMATER, militando como produtor rural, que é o produtor de água; nove anos e meio dedicados à pesquisa agropecuária, militando na EPAMIG; quatro anos e meio dedicados ao Ministério da Agricultura, sempre voltado para essa área; e 22 anos dedicados ao Comitê da Bacia do Rio Verde, que antes tinha o nome de S-COBVER, Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde.

Ele preferiu apresentar anseios, chamadas de atenção e preocupações com a quantidade das águas. Dividiu sua palestra em três temas. Focaremos o tema quantidade de águas.

Ele me disse: "Valentin, passe esse recado com veemência, a fim de conseguirmos alavancar definitivamente o processo e tratar o produtor de águas como um ator principal no palco das águas, e não um ator coadjuvante de quinta categoria".

- Procede-se à apresentação de transparências.

As chuvas que caem e seus rumos desorientados nos meios urbanos artificiais e rurais naturais. As conseqüências dramáticas dos escoamentos superficiais. As vítimas das cheias e das secas extremas. A colheita das chuvas nos meios urbanos, 20% da superfície do Estado, e nos meios rurais, 80% da superfície do Estado, e espelho de água, com cerca de 1,5% da superfície do Estado, ou seja, áreas de represas. O elenco comum de técnicas para a colheita de chuvas, recargas hídricas e para o abrandamento de cheias.

A falta de sensibilidade crônica no que diz respeito à valorização do agricultor, ator principal no palco das águas. Prioritários, estratégicos e imprescindíveis, os agricultores e cidadãos dos altos segmentos dos rios, seus afluentes e subafluentes. As cadeias de serras e montanhas e as atividades agrossilvopastoris nas montanhas e nelas as mais convenientes colheitas de chuvas, ou seja, o incentivo ao produtor de água, para que adote práticas conservacionistas e preservacionistas nos altos segmentos, a fim de que se produza água. Já existe um departamento de montanhas na Mantiqueira mineira para coordenar programas e projetos hidrossustentáveis com equipes multidisciplinares e transdisciplinares da Secretaria de Agricultura, Ciência e Tecnologia?

O Congresso Mundial de Silvicultura, de cinco em cinco anos, realizado em Montreal, reunindo representantes de mais de 160 países, enfocou seus importantes temas em recursos naturais, como matas, solos e águas. Foi coordenado, sábia e eficazmente, pelo Departamento de Montanhas da FAO. A depilação florestal, vegetal e as pastagens degradadas - cerca de 19.700.000ha - são causas principais do declínio das recargas hídricas e da irregularidade das vazões. A pequena adesão ao Pró-Pasto do Banco do Brasil. Isso significa que os programas criados para incentivar o produtor de águas a adotar práticas conservacionistas não recebem adesão dos agricultores, em virtude dos altos juros e de outras taxas cobradas. Os programas não atingem os objetivos desejados. Existe a proposta de criação de novos programas que incentivem o agricultor a ser realmente um produtor de águas.

A grande e apoteótica proposição que oficializo para este Plenário e para a Assembléia Legislativa abençoarem e encaminharem aos Governos Estadual e Federal é o desenvolvimento hidrossustentável e agrossilvopastoril. Ou seja, o programa Pró-Recargas Hídricas escorado em dois programas amadurecidos, oportunos e imprescindíveis: o Pró-Silvicultura e o Pró-Pastagens, a serem desenvolvidos inicialmente na Mantiqueira com agricultores organizados e solidários, situados nos altos segmentos das bacias hidrográficas do alto rio Grande, com recursos da compensação financeira pela geração de energia elétrica (CEMIG, Furnas e outras). Isso quer dizer que no ano passado entregamos ao Secretário de Meio Ambiente uma proposta para a criação desses programas. Queremos que isso seja realmente levado adiante para beneficiar o produtor de águas. Essas empresas produtoras de energia teriam os melhores retornos e, finalmente, veriam os recursos gerados pelas águas e em suas rubricas voltarem às águas dos reservatórios, dos mananciais e dos transportadores de esgoto e efluentes em geral.

Os planejamentos individuais para os agricultores nos modelos e formulários de crédito orientado com prazo de 12 anos, 3 de carência, 6% de juros ao ano, contrapartida de 20% (mão-de-obra e equipamentos), remunerações justas e compensadoras para o agente financeiro oficial e para a assistência técnica planejadora e implantadora. Sobre as inclusões de barraginhas galgáveis, das barraginhas acra-cordoal, como diz ele - realmente, não tive tempo de pesquisar o que ele quer dizer, mas acho que foi um dos técnicos que desenvolveu essa técnica -, e os bosquetes longitudinais transversais no elenco de todas as práticas conservacionistas adaptadas aos biomas e ecossistemas. Um aspecto interessante é dar condições ao produtor rural, um produtor de águas, para que ele realmente tenha condições de implementar essas práticas conservacionistas. Aí, temos as propostas do Dr. Maurício Fernandes, da EMATER, grande entusiasta e técnico dessa área, para o desenvolvimento dessas práticas para segurar a água naqueles bosquetes transversais.

De toda a água em circulação, flagrante nos corpos do planeta, somente 1% é destinado à construção de biomassa; 50% da água do planeta evapora e evapotranspira diariamente. Aqui, ele faz um elogio ao pesquisador da EMBRAPA, o Dr. Morethson, que, após estudos das evaporações dos espelhos de água dos reservatórios de hidroenergia da calha principal do rio São Francisco - cerca de 550.000ha de área inundada, o dobro da área irrigada, que capta diretamente no rio sem barramentos -, tem argumentos convincentes para sugerir modificações do consumo de água em Minas e no Brasil, onde 50% dos reservatórios de hidroenergia também consomem água na evaporação, cerca de 30% nas atividades agrossilvopastoris e 20% no consumo industrial, mineração e residencial.

O Tratado Mundial de Exportação de Águas Doces deverá ser assinado em 2006 pelos países mais ricos em água, entre eles o Brasil. Com todo respeito aos militares, ele fala que os coronéis (políticos) e as multinacionais de águas de rapina já devem nos procurar para prepararmos os anticorpos de águas furtadas e malservidas, de hidrovacinas e de soros anti-hidrográficos. São termos típicas do Dr. Sérgio Mário Regina.

Por fim, ficam os agradecimentos do Dr. Sérgio Mário Regina e o pedido de desculpas por não ter podido comparecer a este evento. Com certeza, ele não seria tão rápido como estou sendo nesta manhã.

Agradeço-lhes em meu nome, em nome do Dr. Sérgio Mário Regina e de todos os membros da Bacia do Rio Verde, entre eles o Presidente e a

ex-Secretária, que aqui estão. O nosso agradecimento e o nosso abraço a todos. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Antônio Procópio Sampaio Resende

Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Gil Pereira, os demais membros da Mesa e todos os presentes.

Falaremos de algumas ações ambientais desenvolvidas pela CEMIG, especificamente no que diz respeito à geração. Há ações ligadas diretamente ao processo de geração que se traduzem na inserção da variável ambiental de cada processo, sob a responsabilidade de cada funcionário que atua na área de geração.

- Procede-se à apresentação de transparências.

A usina que os senhores estão vendo no canto inferior esquerdo é a de Nova Ponte, detentora da certificação ISO 14000, o que bem demonstra a questão do processo de geração em si e os cuidados ambientais a ele inerentes.

Em relação aos programas ambientais, alvo principal da nossa apresentação, falaremos de assuntos relacionados com a questão dos recursos hídricos. Um desses programas é o de piscicultura, desenvolvido pela CEMIG desde a década de 70. Temos estações de piscicultura em praticamente todas as bacias onde há empreendimento da CEMIG. Nessas bacias, trabalhamos apenas com espécies nativas e fazemos trabalhos de reprodução e pesquisa ligados a essa questão.

Esta é a estação de piscicultura de Volta Grande, localizada no Triângulo Mineiro, uma das primeiras do País. Aí foram desenvolvidas tecnologias importantes para alavancar o conhecimento sobre o comportamento de espécies nativas no Brasil.

Esta outra estação localiza-se em Três Marias, onde temos convênio com a CODEVASF há mais de dez anos. Aí também são produzidos peixes para os trabalhos na bacia do São Francisco, da represa de Três Marias para cima.

Esta estação de piscicultura está localizada no Sul de Minas, em Itutinga, no alto rio Grande. Trata-se de uma estação mais simples, mas que apresenta uma característica importante: o desenvolvimento de parceria com produtores rurais para a produção de peixes.

Com a tecnologia da reprodução, passamos os pós-larvas para os produtores rurais e, depois de 90 dias, partimos a produção, sendo metade para a CEMIG fazer seus peixamentos e metade para os produtores rurais. A grande importância é o baixo custo para os dois e a alavancagem do trabalho com espécies nativas, e não com espécies exóticas.

Também há o implemento da piscicultura na região do rio Pardo, no Norte de Minas. É importante ressaltar que ano passado fizemos peixamentos com 500 mil alevinos, envolvendo 8.500 pessoas. Sempre envolvemos a comunidade nesses trabalhos, porque é uma oportunidade de passar mensagens de conservação da natureza e conscientização em relação a isso. Não fazemos peixamentos onde a água é poluída. Procuramos incentivar a qualidade da água por meio dos peixamentos, sempre envolvendo crianças em idade escolar.

Tomarei a liberdade de contar algumas histórias durante esta apresentação. Na região do São Francisco, essa espécie que vocês vêem é chamada de matrinxã e, na região do rio Grande, é piracanjuba. Essa espécie não existia na região do rio Grande há 15 anos. Buscamos alguns exemplares na região do rio Paraná, dominamos a tecnologia de reprodução em laboratório, e, hoje, essa espécie já povoa o médio e o alto rio Grande. Essa espécie não existia mais na região de Três Marias para cima. Com trabalhos da CODEVASF, em parceria com a CEMIG, conseguimos colocar esse peixe de volta no rio, e ele já está sendo capturado pelos pescadores nessa região.

Em relação à limnologia, temos trabalhos de monitoramento de qualidade de água nos diferentes reservatórios da CEMIG. Há problemas porque os reservatórios são o resultado do bom ou do mau uso do solo na bacia onde se inserem. Tudo se reflete no reservatório. Temos tido problemas, como, por exemplo, o aparecimento de cianobactérias, principalmente nos reservatórios dos rios Paranaíba e Grande. Também chegamos a registrar a presença dessa cianobactéria em Três Marias. É uma alga tóxica que pode trazer problemas no caso de contato.

Outro problema que nos tem preocupado é a questão do mexilhão-dourado, um organismo exótico, de origem asiática, que veio em água de lastro de navio, entrou pelo Sul do Continente em 1999, na Argentina, e vem subindo o rio Paraná. É um organismo que se reproduz com muita velocidade e se incrusta em várias superfícies, trazendo grandes problemas para a indústria. Já foi registrada a sua presença em Itaipu, na CESP, em Porto Primavera, etc. No nosso caso, estamos monitorando, mas ele ainda não chegou à nossa primeira usina no rio Paranaíba, que é São Simão, nem à de Volta Grande. Temos trabalhado com campanhas em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, produzindo cartilhas, fazendo palestras, reuniões, principalmente nas regiões de maior risco de chegada desse organismo.

Temos também problemas, principalmente em pequenas centrais hidrelétricas próximas a centros urbanos, com a poluição que traz transtornos não só para o meio ambiente, mas também para a operação da usina, com problemas de forte assoreamento. Como eu disse, se o solo não for bem conservado e a água não for bem utilizada, da bacia tudo chega no reservatório, e temos de conviver com essas dificuldades.

Temos quase 5.000ha em unidades de conservação no Estado, como Peti, com pouco mais de 600ha; Galheiro, no Triângulo Mineiro, com 2.800ha; Volta Grande, com 390ha; e Jacob, com 300ha.

Essas unidades de conservação são importantes para o desenvolvimento de pesquisas na área de fauna e flora e para o trabalho de educação ambiental. Nessas estações, fazemos um trabalho de reprodução de animais. Essa espécie é o chamado macuco. Esta foto mostra um macuco, que foi introduzido na mata, com seu filhote.

Tomarei a liberdade de contar-lhes mais uma historinha. Há mais de dez anos, em convênio com uma fundação existente em Belo Horizonte, resolvemos levar esse animal para Peti. Essa espécie encontrava-se extinta há muitos anos. Resolvemos trabalhar com o animal com a finalidade de reintroduzi-lo na região, que havia sido devastada. Hoje, após 20 anos, a mata encontra-se regenerada. Levamos o animal para a criação em cativeiro, e, quando fomos devolvê-lo à floresta, eu refletia, durante a viagem, sobre o que teria pensado o último macuco que vivera naquela região, a julgar pelo andar da carruagem, pela degradação geral. Será que ele poderia imaginar que, no futuro, um outro macuco, da mesma espécie, voltaria àquela região? Caso ele pudesse pensar, talvez não imaginasse essa situação. Começamos a nos sentir uma ferramenta na mão de Deus ou da natureza para colocar no lugar aquilo que nós mesmos dele tiramos. Fiquei emocionado. Hoje temos não só essa espécie, como várias outras propagando-se na região.

Temos um outro trabalho, chamado PROFAUNA, em várias áreas remanescentes de florestas, de 40, 50 anos, e trabalhamos com as espécies por região.

Esse é um trabalho importante, que realizamos em parceria com o IBAMA, chamado projeto ASAS - Áreas de Soltura de Animais Silvestres. O IBAMA leva animais capturados no tráfico ou apreendidos pela Polícia Florestal para o nosso centro de triagem, localizado em Peti. Eles recebem tratamento de veterinários e todos os cuidados para, em seguida, serem devolvidos à natureza. Recebemos animais em estado lamentável, como no caso em questão, em que vocês podem observar o veterinário procedendo ao tratamento. Conseguimos recuperar a grande maioria dos animais, sendo que, no ano passado, devolvemos à natureza, nessa parceria, mais de mil indivíduos levados para essas reservas, previamente escolhidas pelo IBAMA, dentro das áreas da CEMIG.

Temos um programa de matas ciliares desde 1989, e nosso desafio é como dominar a tecnologia de plantio de mata ciliar numa região que para isso não foi projetada pela natureza. A mata ciliar natural encontra-se no solo de aluvião, numa situação de umidade, num ecossistema específico. E quando a água chega, de forma artificial, onde a relação solo-água-planta não foi feita para isso, temos um desafio, que é o de dominar a tecnologia de plantio de matas ciliares nessa região. Não é fácil fazer mata ciliar em margem de reservatório; não é a mesma coisa de beira de rio, onde basta, muitas vezes, levantar uma cerca para que a mata se regenere. Por isso, fizemos um convênio com a UFLA e a FAEPE, o qual data de 1989, a fim de realizar as pesquisas necessárias. Mas, até hoje, temos muitas perguntas a fazer a respeito desse assunto.

Uma de nossas pesquisas se refere à própria identificação de espécies que agüentam a oscilação do nível da água, coisa natural nos reservatórios. Também há a questão da inserção de espécies de interesse econômico para atrair a atenção do produtor rural. Isso resultou na criação do CEMAC, que é o Centro de Excelência em Matas Ciliares, e os senhores podem ver o prédio construído no recinto da UFLA, que presta serviços não só à CEMIG, mas ao Brasil inteiro na questão do reflorestamento ciliar.

O trabalho é feito em parceria com os produtores rurais. A CEMIG tem aproximadamente, em termos de perímetro de reservatórios, o tamanho da costa brasileira. A maior parte das terras pertence aos produtores rurais. O trabalho de reflorestamento tem de ser feito em parceria com eles. A comunidade é envolvida sempre que possível. O plantio é feito com a tecnologia de sucessão florestal, usando-se espécies pioneiras, secundárias, etc. Estão vendo aí uma mata já formada, aproximadamente com sete anos. Essa visão aérea mostra o cordão de matas ciliares. Vemos, ainda, uma lavoura adjacente.

É importante verificar dentro dessa tecnologia de sucessão, a presença de árvores frutíferas, porque atraem a fauna, que traz de fora sementes de outras espécies. No sub-bosque, região abaixo das árvores maiores, temos várias espécies que não foram plantadas pela CEMIG, mas trazidas pelas águas e pela fauna. Há uma mensagem nisso. Se dermos um empurrãozinho, a natureza responderá, não ficará com raiva, estará apta a conversar conosco a qualquer momento.

Temos vários projetos de pesquisa em desenvolvimento, em parceria com várias universidades e centros de pesquisa. Não vou citar todos, mas destacar apenas alguns, como o estudo hidrológico sobre regime de escoamento de bacias e drenagem para o reservatório de Camargos. Este é um projeto-piloto. Seria verdade dizer que uma bacia hidrográfica possui zonas de recarga mais significativas do que outras? Se isso for verdade, poderemos concentrar esforços ou priorizar ações que potencializarão essas zonas de recarga, definiremos modelos matemáticos que nos permitirão, numa terceira etapa, aplicar isso a outras bacias. Estamos concluindo a primeira etapa desse projeto, que é a identificação de todas as bacias e seu potencial. Isso é feito no reservatório de Camargos e tem essa finalidade.

Outro trabalho que vou destacar é o trabalho no ribeirão Santa Cruz, onde estamos tentando aprender a trabalhar com nascentes. Nesse estudo feito com a Universidade Federal de Lavras, procuramos classificar as nascentes em preservadas, perturbadas ou degradadas. Dentro desse quadro, podemos ver que, de 177 nascentes levantadas naquela bacia, apenas 15%, 26 apenas, foram considerados como preservados. A maior parte foi considerada como perturbada ou degradada, que é mais ou menos o que estão vendo na foto. A bacia perturbada estaria no meio das duas, da preservada e da degradada.

Cercamos essas nascentes, medimos a vazão, enfim, tomamos atitudes para identificar a melhor forma para resolver o problema medindo a eficácia dessas ações.

Outra questão ligada ao nosso trabalho é a recuperação de áreas degradadas. Esta é a de Três Marias, a área utilizada para a extração de terra para a construção da barragem. Em seguida, fazemos a recuperação, mesmo durante a obra. Tivemos de fazer essa depois da obra, tendo em vista o fato de a usina ter sido construída há muitos anos, em uma época diferente. Hoje, a recuperação é feita durante a obra. Para dar suporte a isso, temos um laboratório de sementes localizado em Belo Horizonte. Há matrizes cadastradas em todo o Estado e uma equipe que faz a coleta e o beneficiamento de sementes nesse laboratório, para abastecer os nossos dois viveiros florestais. Temos capacidade de produção de 600 mil mudas por ano. Um está em Volta Grande, e o outro, no Sul de Minas. A produção é toda feita em tubetes para espécies nativas e matas auxiliares não só de reservatórios, mas também tributários. Digo aos senhores com orgulho e sem modéstia que nossas mudas são de primeiríssima qualidade. Quem desejar conhecê-las está convidado a nos visitar. Produzimos também mudas para arborização urbana, no sistema convencional.

Quanto aos recursos hídricos, participamos de todos os comitês de bacia do Estado de Minas Gerais e de todos os comitês federais situados em Minas Gerais. Por meio da Associação Brasileira de Empresas Geradoras de Energia Elétrica, participamos também do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; somos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e temos, na CEMIG, o Comitê Interno de Recursos Hídricos, que dá suporte a participações em todas as outras questões.

Desde 1984 há um trabalho de prevenção de incêndios florestais em parceria com o IEF, principalmente, a Polícia Florestal, o Corpo de Bombeiros, etc., porque temos um grande problema de incêndios abaixo de linhas de transmissão. O fogo pode desligar as linhas de transmissão, trazendo transtornos para hospitais, indústrias, cidades inteiras, etc. Investimos muito nessa campanha. A água é o nosso principal insumo, e temos interesse em preservar o meio ambiente, sendo o fogo o nosso inimigo. Vocês já devem ter visto algum material de campanha que produzimos todos os anos.

Há também o sério problema de invasão de margens de reservatórios nas nossas propriedades. São poucas áreas, mas, mesmo assim, temos problemas. Além de ser esse um problema patrimonial, ele é ambiental, porque ocorre em áreas de preservação permanente em torno de reservatórios. Também realizamos campanha para tentar conscientizar a população a fim de que não faça isso.

Por fim, um trabalho que consideramos dos mais importantes, a educação ambiental. Recebemos cerca de 15 a 20 mil alunos por ano em nossas instalações, e destacaria uma parceria importante realizada com o Instituto São Rafael. Pensamos que seria também importante dar oportunidade às pessoas com deficiência visual, por exemplo, entre outras. Desejávamos que eles também realizassem visitas a essas áreas de reservas ecológicas. Para os meninos com deficiência visual, fizemos adaptações nas mesmas trilhas utilizadas pelos alunos das escolas que nos visitam rotineiramente. Há toda uma metodologia desenvolvida pela nossa equipe. Por exemplo, o menino anda pela corda e encontra um nó. Nesse caso, ele sabe que há uma informação à esquerda, como vocês podem ver na placa em braille, onde há um vinhático. Se houver dois nós, a informação está à direita. Há códigos. Normalmente, há bacias com as sementes e os frutos. Então, eles sabem que é vinhático e costumam até abraçar a árvore e pegar a semente e o fruto.

Temos também animais empalhados, como jacaré e capivara. Como a criança colocará a mão em um jacaré vivo? Não tem jeito. Então, ele passa a conhecer um jacaré, o que é emocionante. Essa parceria com o Instituto São Rafael gerou muitos resultados.



Termino com a frase do nosso prezado Secretário José Carlos de Carvalho: "O homem faz parte dessa imensa teia da vida". Conte algumas poucas histórias para vocês, que, embora singelas, possuem mensagens importantes de que é possível fazer alguma coisa para que a natureza responda.

Então, acontecerá a mesma coisa com a água. Se quisermos, isso será possível, a natureza responderá, e teremos um futuro muito melhor. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador (Paulo Romano) - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

#### Debates

O Sr. Coordenador - Agradeço o Deputado Gil Pereira, mineiro de grande responsabilidade. É o coordenador da CIPE São Francisco. Que todos possamos lhe dar a retaguarda necessária para conduzir essa missão tão importante.

A essência da gestão da água sempre nos leva a falar de integração, complementação, participação e descentralização. Não adianta ficarmos aqui, numa condição física e natural, em nível diferente de todos os outros que são igualmente fundamentais no processo.

Abordarei uma questão que causa inquietude quanto aos temas que são objeto da programação final deste evento, referente ao painel 3, que trata do papel do setor produtivo na gestão de recursos hídricos. Tivemos excelentes exposições de pessoas altamente competentes e responsáveis, mas, ao falarmos desse papel, devo dizer que, se tomarmos como base o fato de a gestão de água ser antes de mais nada uma ação de caráter permanente e integrada, esse setor fica isolado aqui.

Estiveram presentes representantes de um setor da indústria, da geração de energia. Não diria nada porque à tarde haveria outra participação, da mineração, mas não vimos a participação do setor agropecuário. Não cabe a mim discutir o mérito, mas lanço essa inquietação, no mínimo para que ocorra no próximo fórum, seja no do ano que vem ou em outro.

Infelizmente, o Sérgio Regina não pode comparecer, mas foi muito bem representado pelo Valentin, com um discurso que não é apenas de um entusiasta, de um quase místico apresentador da questão da conservação de água; é uma realidade. A partir da exposição da CEMIG e da USIMINAS, observamos que é mais fácil entender como uma empresa pode fazer sua gestão competentemente, em seu espaço. Fora dali, vai participar dos comitês e certamente vai ajudar a arrumar uma agenda, mas a agenda da gestão de águas fica capenga, fica absolutamente prejudicada se não tivermos a participação dos agentes produtivos, o que é um desafio enorme. Os eventos hídricos ocorrem no espaço rural. A USIMINAS é uma potência, mas, do ponto de vista do território, é pontual. Estaremos com a gestão capenga. O agente produtivo industrial paga a parte dele. Não é a mesma coisa conseguir fazer com que o agente produtivo, que também é um agente social, um agente econômico, produtor rural, faça da mesma maneira. É uma realidade extremamente complexa, muito mais difícil. O Pró-Pasto é um programa de Governo fundamental porque cuida das pastagens degradadas. Na minha opinião, é o problema número um do ponto de vista de uso do solo. Para chamar a atenção, para fazer contraponto às coisas boas que vimos aqui, tenho estudado os cerrados em geral. Semana passada participei como palestrante, como debatedor, de uma reunião do Centro de Gestão Estratégica do Ministério de Ciência e Tecnologia preparatória para uma conferência nacional de ciência, tecnologia e inovação, levando um tema de que ninguém se lembrava. Normalmente, os temas urbano-industriais prevalecem, o que é natural, porque somos uma sociedade urbana e industrial. Mais de 70% do território de Minas Gerais está ocupado por pastagens, mais de 70% das quais em estado de degradação. Se fizermos contas, constataremos que metade do território mineiro é área de risco em termos de futuro das nossas águas, o que é um enorme desafio.

É importante a CEMIG cuidar dos reservatórios, mas, mesmo na dimensão do trabalho que ela faz, do ponto de vista do território mineiro, é pontual. Temos que assumir. Estou falando à vontade porque hoje não estou representando nenhuma instituição. Felizmente, tenho sido muito consultado e tenho chamado a atenção para isso. Há poucos dias, fomos ao Ministro da Agricultura para dizer que a agenda de água, antes de ser uma agenda ambiental, é uma agenda de quem está trabalhando no espaço onde os processos hidrológicos ocorrem e, essencialmente, o grande espaço brasileiro é agropecuário. Estamos tratando de um problema difuso em que a organização é precária. Os posicionamentos políticos e maniqueístas de que o produtor é um predador e o ambientalista é um salvador são a pior coisa que acontece. A agenda tem de ser uma só. Enquanto não integrarmos a nossa percepção de que ninguém pode ficar de fora do processo, estaremos fazendo seminários e repetindo as palestras sem nenhuma eficácia. É uma mensagem de coração de um mineiro convicto de que estamos tratando de um assunto nobre, mas com percepções ainda equivocadas ou que não têm fluído bem. E aí, os comitês de bacia devem se lembrar de que, se ali há um fórum importante, que se comece a fazer agenda para as coisas acontecerem. Os comitês foram feitos para serem agentes de Estado, e não do Governo. O Governo tem o IGAM, e, na medida do possível, vamos cobrar ação, mas ele é do Governo; o comitê é sociedade. Pela própria lei, ele tem uma permanência que o Governo não tem; tem uma autonomia que o Governo não tem. Os instrumentos estão aí, mas não estamos exercitando a gestão de água dentro da perspectiva integradora da complementaridade que se recomenda.

Espero que apareçam mais perguntas.

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Tendo em vista que estamos absolutamente dentro do tempo, e por considerar bastante oportunas as observações do Paulo Romano, gostaria de dar uma pequena explicação sobre a programação que foi organizada juntamente com os Presidentes de comitês de bacias hidrográficas. O Fórum das Águas é uma programação conjunta entre o IGAM, que é o órgão gestor das águas do Estado, e o Fórum de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais, que reúne, através de uma coordenação bastante ampla, representantes dos 23 comitês constituídos no Estado e mais as 7 comissões pró-formação de comitês no Estado de Minas Gerais. São 30 comitês.

Vamos chamar assim, porque damos "status" de comitê às comissões pró-formação de comitês.

É importante deixar isso bem claro, porque o IGAM é um órgão bastante enxuto. Costumo dizer que é até desidratado.

Não fosse a participação ativa dos comitês de bacias hidrográficas, não teríamos como levar avante a política de gerenciamento de recursos hídricos. Não temos estrutura para fazer esse trabalho sozinhos.

O Sebastião Virgílio deve concordar comigo, porque, durante quatro anos, quando Diretor-Geral do IGAM, sentiu na pele o drama. Willer Pós foi outro que também sofreu com a desidratação de um órgão que, ao contrário, precisaria sempre estar sendo realimentado.

Com a participação dos comitês, há hoje cerca de 1.800 pessoas espalhadas pelo Estado, auxiliando o IGAM no gerenciamento dos recursos hídricos. A média de participação em cada comitê é de 30 titulares e 30 suplentes. Isso nos dá segurança de que os problemas de recursos hídricos no interior estão sendo acompanhados pelos comitês, que, diga-se de passagem, são bastante ecléticos. Contam com a participação dos poderes públicos municipal e estadual, do usuário do recurso hídrico e da sociedade.

Provavelmente, tenha havido equívocos quanto aos títulos das palestras de hoje. "O Papel do Setor Produtivo na Gestão dos Recursos Hídricos" e "A Integração entre Água e Terra, sob a Ótica das Atividades Humanas nos Espaços Urbano e Rural" são o prolongamento um do outro.

Não poderíamos falar em água e meio ambiente no Estado sem ouvir o Sérgio Mário Regina. Por longos 22 anos, ele milita pela bacia do rio Verde, no Sul de Minas. Na parte da manhã, então, o Sérgio focalizaria a questão rural e a qualidade, e o Valentin, a quantidade. Na parte da tarde, com a participação do Ênio Resende, da EMATER, completariamos a abordagem sobre a importância das atividades rurais no gerenciamento dos recursos hídricos em Minas Gerais. A parte industrial seria abordada por Márcio Janot, complementada na parte da tarde pelo representante do setor de mineração. O Maurício Andreas Ribeiro falaria das políticas federais, da Agência Nacional de Águas.

Procuramos fazer um "mix" para hoje. Provavelmente, a medida correta fosse fazer uma palestra com duas partes e um mesmo título. Mas suas observações são procedentes, sobretudo em relação à atuação dos comitês, que considero muito pertinentes e que coincidem com o discurso que temos feito ao longo destes dois anos que estamos à frente do IGAM. Neste fórum contamos com a participação de todos os comitês e das sete comissões, e tenho a certeza de que essas observações serão absorvidas em sua totalidade por parte dos Presidentes de comitês e dos coordenadores das comissões pró-formação de comitês.

O Sr. Coordenador - A primeira pergunta, do Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde, Mário Dantas, é dirigida ao Dr. Gabriel Márcio: "Conforme sua apresentação, não há por que se preocupar com a implantação de siderúrgicas. Se correto o raciocínio, por que a celeuma que os ambientalistas criam quando se propõe um projeto dessa natureza, como o Pólo Siderúrgico de Corumbá, no Mato Grosso do Sul? Obrigado."

O Sr. Gabriel Márcio Janot Pacheco - Eu perguntaria isso em primeiro lugar aos ambientalistas, mas vou tentar responder assim mesmo. Sem dúvida, hoje, o tratamento da água, assim como o do ar, pode seguir em sua totalidade as orientações e os padrões dos órgãos de meio ambiente. Caso contrário, a siderurgia mundial, que já produz 1.000.000.000t de aço por ano, não haveria nos países mais desenvolvidos, onde, sem dúvida alguma, os desafios ambientais são críticos, como é exemplo o Japão.

O que ocorre é que nem sempre, nas siderúrgicas existentes, esse rigor é seguido pela administração da empresa e, conseqüentemente, tolerado pela administração pública, e assim temos casos seguramente dramáticos ou, pelo menos, lamentáveis, que certamente geram esse sentimento. Mas de 20 anos para cá isso já é possível. O Japão, por exemplo, fez diversas usinas gigantescas ao lado de cidades, até porque ali não há espaço - é tudo perto das cidades -, com aterro sobre o mar, terra reclamada sempre ou quase sempre. Tudo isso é sujeito a estudos de impacto ambiental, e é possível entrarmos em usina japonesa de camisa branca e sairmos, ao fim do dia, de camisa branca - isso do ponto de vista do ar, mas com a água é a mesma coisa. Ou seja, a tecnologia já permite isso atualmente. Sem dúvida, generalizando para outros tipos de indústrias, além da siderúrgica, é preciso que nós, industriais, vejamos o desafio da preservação da água - para limitar-nos à água - com o mesmo rigor que vemos os nossos desafios econômicos e técnicos. A verdade é que a tecnologia já o permite.

Não seria demais lembrar de um dos "slides" que projetei, em que mostramos os oito principais poluentes de controle em nosso emissário, que notificamos diária e mensalmente à Prefeitura de Ipatinga e à FEAM: todos oito estão muito abaixo dos padrões da FEAM, sem nos causar preocupação alguma. Creio ter respondido à sua pergunta: isso é inteiramente possível, desde que haja seriedade.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado. A pergunta seguinte, de Sandra Célia, da UNIMONTES, é dirigida ao Sr. Procópio: "Diante de tantos procedimentos eficazes e necessários gerados pela CEMIG, como você vê a questão da degradação cultural e ambiental proveniente da construção das barragens?"

O Sr. Antônio Procópio Sampaio Resende - Fiz uma apresentação voltada para as ações da CEMIG na área de geração, que é minha responsabilidade na empresa. Existe outra diretoria que trabalha diretamente com os novos empreendimentos hidrelétricos. Talvez não seja a melhor pessoa para responder essa questão, mas acho que é impossível fazermos uma omelete sem quebrar os ovos. Em qualquer empreendimento feito na área de hidrelétricas ou em qualquer outra, haverá consumo de recursos naturais e algum impacto ambiental. Haverá sempre impacto na área social. O grande desafio é discutirmos, juntamente com a sociedade, quais seriam as principais formas de aliviar esses impactos. A CEMIG tem procurado conduzir essas questões da melhor maneira e com o menor impacto possível.

O Sr. Gabriel Márcio Janot Pacheco - Quero complementar minha resposta. É um tema importante para as pessoas de Mato Grosso.

Já é de conhecimento público que o grupo alemão Tissen-Krupp, que é a fusão dos dois mais legendários e potentes grupos de aço da Alemanha, Tissen e Krupp, fará - deve estar em processo de licenciamento - uma usina de 4.000.000t de aço por ano, um pouco menor do que a nossa siderúrgica de Ipatinga, em Itaguaí, no subúrbio do Rio de Janeiro. É uma região altamente comprometida com a população e com o turismo ecológico, por estar muito próxima a Angra dos Reis e Mangaratiba. Com certeza o projeto será realizado com toda a preservação ambiental necessária para a implantação de uma grande siderúrgica. Não vejo por que Corumbá teria razões acima do subúrbio do Rio de Janeiro, porque Itaguaí está pertinho de Santa Cruz, onde já existe a siderúrgica da Gerdau. Este é um bom tema para um debate entre Corumbá e Rio de Janeiro. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Pergunta de Wilson, de Patos de Minas, do Comitê da Bacia do Rio Paranaíba e do São Francisco IV, para o Dr. Procópio: "Como está a convivência da CEMIG com a piscicultura em tanques-rede em seus reservatórios?"

O Sr. Antônio Procópio Sampaio Resende - Essa é uma boa pergunta e uma oportunidade para falarmos sobre o assunto.

Os tanques-rede são uma tecnologia em desenvolvimento que tem potencial de sucesso. Lutamos com dificuldade em relação a essa questão. Felizmente já existe uma legislação que nos ajudou muito, criando oficialmente a Secretaria Especial de Pesca, que funciona no Ministério da Agricultura, na Av. Raja Gabaglia, em Belo Horizonte.

Quando recebemos uma solicitação de instalação de tanque-rede em reservatório, nossa preocupação é que exista compatibilidade com o regime operativo do reservatório, que esses tanques-rede tenham seu espaço, sem restrições para a questão operativa do reservatório. E, ao mesmo tempo, temos preocupação com a questão ambiental, com a degradação ambiental da água, já que o tanque-rede tem uma concentração grande de peixes por metro cúbico, que serão intensamente alimentados. Isso pode significar pioria da qualidade da água.

Nossa recomendação é que o interessado procure a Secretaria Especial de Pesca, que analisará todos os aspectos ambientais relativos a essa questão.

Se houver, por parte da CEMIG, uma análise da compatibilidade operativa, e se o órgão oficial que cuida do assunto, depois de consultadas as áreas específicas, autorizar o processo, não haverá problema. A lei prevê a instalação de zonas aquíferas semelhantes a loteamentos dentro dos reservatórios, respeitada a capacidade de suporte dos reservatórios para tanque-rede, a fim de que não haja degradação da qualidade da água, respeitando-se também outros usos, como esporte, lazer e navegação. Todos precisam de espaço.

O Sr. Coordenador - O Luís dirige a seguinte pergunta ao Dr. Antônio Procópio: "O que está sendo feito para combater o mexilhão-dourado e a cianobactéria?".

O Sr. Antônio Procópio Sampaio Resende - Quanto ao mexilhão-dourado, fizemos, em 2000, um convênio com o CETEC, com o objetivo de conhecer melhor esse organismo exótico, ou seja, estudar as questões afetas à sua biologia e também as possibilidades de combate às suas fases larval e adulta. Faremos o segundo convênio com o CETEC para tentarmos avançar nesse estudo.

Treinamos, por meio da Associação Brasileira de Empresas Geradoras de Energia Elétrica, várias empresas do setor elétrico, a fim de que seus técnicos façam monitoramento da água de indústrias e de reservatórios. A preocupação é ambiental, porque esse organismo exótico, pela intensidade com que se incrusta, pode causar problemas ao sistema de refrigeração de empresas.

Estamos também associados a um grande esforço realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, uma força-tarefa nacional com o objetivo de combater o mexilhão-dourado, envolvendo principalmente campanhas de conscientização.

A presença de cianobactérias nos reservatórios é causada por nutrientes. O carreamento de certos nutrientes, como o fósforo, para reservatórios pode causar a reprodução de algas, provocando a presença de cianobactérias. Entramos em contato com os órgãos ambientais competentes e estamos desenvolvendo um trabalho de conscientização da população. Precisamos encontrar um diagnóstico. Por que isso está acontecendo? Quais fontes de nutrientes estão provocando o surgimento de algas azuis? Mapeadas essas questões, os órgãos ambientais deverão empreender ações para controlar a entrada de nutrientes nos reservatórios.

O Sr. Coordenador - O Sr. Mário Dantas, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde, formulou a seguinte pergunta ao Dr. Antônio Procópio: "O que a CEMIG poderá fazer pela recuperação das matas ciliares, matas de encosta e de topo e de nascentes na região da nossa serra da Mantiqueira?".

O Sr. Antônio Procópio Sampaio Resende - A CEMIG é parceira concreta nesse assunto. Em Itutinga, no Sul de Minas, temos um viveiro florestal cujas mudas são destinadas a essa parceria. Quando surgem demandas fora das nossas instalações, só pedimos para que os comitês cadastrem antes os produtores interessados. Assim, não perdemos os recursos, que são as mudas, e os comitês também não perdem seu esforço. Como as mudas são produzidas em tubetes, agüentam poucos dias fora do viveiro. Por isso, tudo tem de estar previamente cadastrado, as covas prontas e, se for nascente, já deve estar cercada. Se os pedidos chegam em março, não podemos fornecer as mudas, porque estamos no final das águas e elas irão se perder mesmo que plantadas agora. Os pedidos têm de ser feitos a partir de outubro para que as mudas sejam plantadas no início das águas.

O Sr. Coordenador - Pergunta de Ataíde José Vaz dirigida ao Sr. Valentin Calenzani: "No Município de Francisco Badaró, vale do Jequitinhonha, não existe rio permanente, somente os rios Araçuaí e Setúbal, que passam pelas grotas. Precisamos construir pequenas barragens para a retenção das águas de chuva para uso múltiplo. Onde buscar recursos financeiros e técnicos?".

O Sr. Valentin Calenzani - Essa tecnologia nas pequenas barragens de acumulação, principalmente em locais secos, nos bosquetes ou mesmo na propriedade, foi desenvolvida, rebuscada, e está sendo implantada pela EMATER, com apoio de outras instituições. Além disso, a EMBRAPA de Sete Lagoas também tem um técnico especializado na elaboração das pequenas barragens dessas bacias de contenção. A EMATER e a EMBRAPA são as grandes parceiras.

Quanto aos recursos financeiros para essas pequenas barragens de contenção, geralmente é necessário se fazer uma parceria entre o agricultor, o produtor rural e as instituições do município. É claro que também podemos buscar algum recurso fora.

O Sr. Coordenador - Pergunta de uma senhora com o sobrenome Andrade, dirigida ao Dr. Valentin: "Algumas pessoas estão querendo saber o motivo da ausência do Prof. Sérgio Mário Regina. São ordens médicas, mas muitos estão pensando que é questão política".

O Sr. Valentin Calenzani - Realmente, nos últimos tempos, o Dr. Sérgio Mário Regina tem sofrido de alguns males que, segundo ele, são causados pela falta de educação de sua boca. Na verdade, a sua vinda para cá foi impossibilitada em virtude de uma arritmia, que está causando-lhe um problema no pulmão. Mesmo com a proibição de uma junta médica ele viria, mas foi impedido. Os médicos disseram-lhe que não poderia nem atender o telefone para não se emocionar ou ficar entusiasmado, que realmente teria de fazer repouso absoluto.

Não há questão política nisso. O Sérgio foge desse tipo de coisa, mas o problema, realmente, é de saúde. Por vontade dele, estaria conosco, dando as suas alfinetadas, as suas "pornopalestras", com a sua língua ferina, como ele mesmo diz, para que se possa parar de amolar a foice e começar a cortar.

O Sr. Coordenador - Manifestação de Fernanda Nogueira, estudante de geografia e análise ambiental, da UNI-BH: "Gostaria de parabenizar a CEMIG por atuar com qualidade e responsabilidade social. Sabe-se que os impactos gerados são notórios, porém a CEMIG é um exemplo de desenvolvimento sustentável e de conscientização ambiental junto à sociedade. Conheço a estação ambiental de Peti. É espetacular o trabalho de educação ambiental desenvolvido pela empresa, voltado principalmente às crianças, pois delas depende o nosso futuro. Vale destacar também a presença da carreta ecológica Energia para a Vida, instruindo a população".

Outra manifestação, do Sr. Antônio José de Castro: "Passando a noite em adoração na Catedral da Boa Viagem, gostei muito dos cantos da Campanha da Fraternidade, que falam sobre a água, da importância da sua preservação".

Pergunta do Sr. José Maria Lacerda, da CBH-Paracatu, dirigida ao Sr. Antônio Procópio: "Qual o nível de participação e de interação efetiva da CEMIG por meio de sua representatividade em todos os comitês de bacia no Estado, considerando-se que possui vultosos recursos destinados aos seus programas ambientais e que os comitês de bacia padecem de falta de recursos para estruturarem e funcionarem? A CEMIG pode participar com recursos, de forma efetiva, para estruturação e manutenção dos comitês, até que, por meio de suas agências, disponham desses recursos?".

O Sr. Antônio Procópio Sampaio Resende - Antes de responder ao Sr. José Maria, farei breve comentário sobre a manifestação da Fernanda. Gostaria de agradecer a ela suas gentis palavras sobre a reserva de Peti e demais trabalhos da CEMIG. Fernanda, você citou o trabalho de educação ambiental. Um dia, recebemos uma carta de uma Diretora de escola dizendo ter feito questão de registrar o que ocorreu com um aluno seu, que não tinha jeito. A escola não dava conta do menino, nem a família, nem ninguém. No dia seguinte ao que foi fazer uma visita com os colegas à reserva de Peti, tinha voltado outra pessoa, havia se transformado da água para o vinho. Ninguém da escola sabia o que

tinha acontecido com ele. Aquilo não tinha sido planejado, mas algo se comunicou com o seu coração, em uma oportunidade que teve de refletir, talvez, sobre a questão da cidadania ou sobre a sua própria questão. Coincidentemente, tínhamos uma pessoa conhecida nessa escola, e, após algum tempo, soubemos que a modificação daquele aluno tinha sido perene. Foi um fruto importante para nós esse "feedback" dado por essa Diretora.

Em relação à pergunta do Sr. José Maria Lacerda, a CEMIG, como outros usuários da água, já paga pelo seu uso. Isso é legal. Portanto, achamos difícil aplicar recursos na manutenção de comitês enquanto não se estruturarem por meio das agências, porque seria quase um pagamento duplo pela mesma coisa.

Seria um grande precedente, porque há vários comitês de rios, de afluentes e de subafluentes tributados de toda forma. Se começássemos a apoiar um comitê, teríamos de apoiar muitos comitês e pagaríamos duplamente, já que pagamos pelo uso da água.

O Sr. Coordenador - Pergunta dirigida ao Dr. Gabriel, de Eduardo, de Turmalina, do Centro de Agricultura Alternativa - CARV: "Dr. Gabriel, parabéns pela qualidade proporcionada em Ipatinga. A USIMINAS pensa em expandir esse trabalho de qualidade ambiental e de vida para outras cidades e sair da ação local?"

O Sr. Gabriel Márcio Janot Pacheco - Para outras cidades, não. Por exemplo, implantamos 22km de mata ciliar na beira dos rios Doce e Piracicaba em três municípios, por 186ha, porque são terrenos nossos. Fazemos trabalho semelhante em Cubatão, região altamente prejudicada por sua concentração industrial, e também muito protegida pelas leis ambientais federais e do Estado de São Paulo. Em Cubatão, há a COSIPA, empresa que hoje pertence à USIMINAS e está nesse mesmo caminho. Temos consciência de que é nossa obrigação cuidar daquilo em que influímos. Se não entendi bem sua pergunta, por favor, complemente.

O Sr. Tonhão - Paulo, temos conhecimento do que você e o Valentin falaram sobre o produtor de água, sabemos dessas carências. Estamos em uma região em que isso é necessário. Só que há outro detalhe, temos a obrigação de gerir essas regiões, tanto os municípios como o Estado e temos toda estrutura do Estado, nos moldes de que Dr. Paulo falou. Trabalhando no IGAM, convivo com a dificuldade que ele enfrenta para encaminhar algumas ações.

Aproveito a oportunidade de estar na frente de um Deputado, Presidente da Comissão, para solicitar-lhe que, em contato com o Governador, sugira a ele que faça a RURALMINAS atuar cumprindo seus objetivos; que a EMATER tenha condições de dar apoio ao produtor; que o IEF cumpra seu objetivo na área de fomento e de produção de mudas.

Em Paracatu, há um viveiro com capacidade de produção de mais de 1 milhão de mudas por ano, sem condição de funcionar. Há várias estruturas complicadas. A Polícia Ambiental, por sua vez, tem de cumprir o papel dela. Na bacia do Paracatu, há aproximadamente 100.000km de estradas rurais "detonando" a região inteira. Onde o DER faz estrada, também "detona" a área. Não adianta ficarmos na ponta, produzindo água e, lá embaixo, o pessoal arrebentando a área. Temos de tentar acertar isso.

Haveria necessidade de uma legislação sobre conservação de solo, principalmente no que se refere à atuação junto aos produtores rurais. Olhando a bacia do rio Paracatu, não sei se existe conservação do solo porque se trata de uma região muito grande, e o que observamos é que o rio Paracatu, há 50 anos, na parte que tinha 15m de profundidade, hoje tem apenas 50cm, 60cm ou 1m.

Quanto às empresas, creio que têm cumprido seu papel, como é o caso da CEMIG, da USIMINAS e outras. Mas, e o restante? E os poderes, principalmente os públicos, como é o caso do município, que não tem compromisso com isso?

O Sr. Coordenador - Pergunta dirigida ao Sr. Valentin Calenzani: "A eficácia das pequenas barragens já está comprovada. Por que não existe um programa de política pública para a construção de pequenas barragens para preservação ambiental?"

O Sr. Valentin Calenzani - Isso é o que se busca com um pedido de apoio aos produtores rurais, que obviamente são produtores de água. Que se tome uma postura de auxílio e apoio ao agricultor para que ele não seja somente um produtor de alimentos e fibras, mas também de água. É esse auxílio que se busca, não com esses programas, como o Crédito Fácil, mas com outros que incentivem o produtor a não expulsar a água de sua propriedade, e sim a segurá-la. Esse é exatamente o recado que o Dr. Sérgio Regina queria dar: que os programas pró-pastagem, de apoio ao agricultor, sejam a ele levados a fim de que se sinta seguro para não deixar que a água saia de sua propriedade. É o que se busca.

O Sr. Rui Nogueira - Bom-dia. Sou Rui Nogueira, médico e escritor. Minha pergunta se refere ao problema causado pelas empresas que procuram controlar a água, colocando-a numa situação mil vezes pior que a do petróleo.

Pergunto à Mesa se está sendo estudada uma maneira de impedir o que já se está delimitando no Estado do Rio, em que se tem um comitê de bacia com 12 usuários. Os usuários do comitê de bacia da região do Paraíba, são a Nestlé, a Pure Life, a Águas de Petrópolis e a Perrier, todas são empresas da mesma controladora, que comercializa seus produtos. Isso é uma coisa seriíssima.

A segunda pergunta se refere ao problema do pagamento pela água, feito pela indústria, pelo agricultor, etc. Quem recebe esse pagamento? É a empresa municipal de águas? Elas estão privatizadas e, em vários lugares, encontram-se nas mãos de estrangeiros.

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Em relação à participação nos comitês de bacias hidrográficas: em Minas Gerais, a participação ocorre com os poderes públicos estadual e municipal ocupando 1/3 das vagas, a sociedade outro 1/3, e o usuário do recurso hídrico o 1/3 restante. É um espaço livre. Na composição desse comitê, essas discussões são feitas dentro da própria bacia. Há participação em qualquer um desses segmentos, mas jamais com o monopólio por parte de um deles.

A grande preocupação do senhor é em relação às águas comerciais, minerais. Essas não são discutidas no âmbito do comitê. Isso não é atribuição do órgão gestor das águas do Estado, mas do DNPM. A ele cabe a administração dessas águas. Temos procurado trabalhar para modificar essa legislação porque achamos que o gerenciamento deveria ser dos órgãos gestores: em nível nacional, seria da Agência Nacional das Águas, e, em nível estadual, do IGAM.

Quem recebe o pagamento pelo uso da água não tem nada que ver com as empresas de saneamento. Pelo contrário, a companhia de saneamento é usuária e vai pagar pela captação da água. Quem recebe, no caso da estruturação da agência de bacias pelo comitê, é a própria agência de bacias. No caso da não-estruturação da agência de bacias, sendo a cobrança decidida pelo comitê naquela bacia, é ao órgão gestor sem contingenciamento, que será feito o repasse imediato para o atendimento daquilo que ficar planejado quanto à política de saneamento pelo comitê de bacia hidrográfica. Esses aspectos constam na minuta do decreto de regulamentação da Lei nº 13.1999, que autorizou a cobrança no Estado de Minas Gerais e que vai ser sancionada pelo Governador do Estado.

O Sr. Coordenador - Entendo que esse assunto é muito relevante e não tem sido tratado com profundidade pela sociedade e pelos órgãos do

Poder Legislativo e do Poder Executivo. Há uma área de sombra muito perigosa. A discussão da questão das águas subterrâneas que está sendo feita tem como objetivo a coordenação pela União quando estiverem sob território de mais de um Estado, como ocorre com as águas superficiais. Portanto, a Agência Nacional de Águas - ANA - passaria a ter uma posição mais destacada na gestão dessas águas, que, pela Constituição, são de domínio do Estado. O que o Dr. Rui postula nas suas perguntas é que, na verdade, isso passe a ser matéria importante, porque falamos como mineiros, em um fórum das águas de Minas Gerais. A água é um elemento estratégico para o desenvolvimento. Falamos da CEMIG, da USIMINAS e de tudo mais, e ela continuará a ser, cada vez mais, um elemento estratégico. Quando o Estado deixa esse vácuo, inevitavelmente o investidor de qualquer natureza aproveita dele, caminha e torna o fato consumado. Quer dizer, sem entrar no mérito nem em detalhes, sei que isso realmente precisa ser mais bem estudado.

Permitam-me o seguinte: receberemos algumas perguntas por escrito, se elas já estiverem formuladas. Do contrário, caminharemos para o final com as perguntas orais. São quatro inscritos. O tempo é escasso. Há duas solicitações para um comentário oral. Uma é do Sr. Milton Nogueira, engenheiro, ex-funcionário da ONU, ex-membro dos Comitês dos Rios Paraíba, Mekong e Danúbio. Por favor, o senhor tem 3 minutos.

O Sr. Milton Nogueira - Muito obrigado. Em primeiro lugar, parabeno os organizadores deste fórum, uma oportunidade de Minas Gerais discutir um dos mais graves problemas do Estado. Um dos comentários seria o seguinte: são conhecidos de todos nós os motivos para o êxito de políticas hidrográficas. O bom exemplo são os casos da CEMIG e da USIMINAS, tanto com o planejamento anual quanto com o de longo prazo e a integração da sociedade. Comentemos, então, quais os motivos do fracasso de políticas de água. Vejo um exemplo na participação no comitê desses três rios: o Paraíba, com a poluição e a escassez de água; o Mekong, que fica em uma região pobre e em início de industrialização; e o Danúbio, que fica em uma região de pós-industrialização. Coisas que deram errado nessas três políticas: em primeiro lugar, criamos um organismo, um comitê de bacia ou um instituto, para não funcionar. Não são fornecidos recursos financeiros e humanos, mobilidade e visibilidade a esse organismo. Essa é a forma mais eficiente de fazer fracassar uma política de água. Em Minas Gerais há trinta e tantos comitês. Pergunto: quantos recursos humanos e financeiros possuem cada um desses comitês? Não sei a resposta, mas provavelmente eles não serão suficientes para fazer funcionar nem 1/20 do que eles gostariam de fazer e sabem fazer. Há bons técnicos, mas faltam recursos.

O segundo problema é o distanciamento entre a sociedade e as Assembléias Legislativas e o Executivo. Como isso é feito? Ou os comitês foram criados para não funcionar, ou o Executivo de tal país, de tal região, ou o Poder Legislativo se distanciam. Eles apenas realizam uma vez ao ano um seminário e não visitam os locais com problemas. Por exemplo, penso que, quando forem realizar outro seminário, ele deveria acontecer em uma das bacias e não nesta nobre sala, distante do povo de Minas Gerais. Conheço a boa-vontade e a coordenação dos Deputados para focalizar os problemas de Minas Gerais. Esse distanciamento do Poder Legislativo e do Executivo da sociedade, no assunto da água, é também uma forma eficiente de fazer não funcionar os comitês. Não digo que isso ocorra em Minas Gerais. Moro aqui há dois anos e não sei como isso funciona, mas, em outros países e regiões, essa foi uma forma de fazer não funcionar os comitês de água.

O outro problema é mais ou menos óbvio: é a carência de controle, não tem fiscal, e a população não se importa com os problemas. Ela sofre com a carência de água e com a poluição, mas não está nem aí. Não há política de controle; as leis e os regulamentos são tão confusos e difíceis de serem implementados que são deixados para lá. Essa é outra forma eficiente de fazer fracassar a política de água.

A última delas é a carência de recursos financeiros e técnicos. As instituições que possuem técnicos desenvolvem uma política de reestruturação, demitem, reduzem os seus custos e não deixam o organismo funcionar. De duas, uma: ou extinguímos todos os comitês existentes para recomeçar com os mesmos técnicos, mas com uma nova política, ou realizaremos debate semelhante a este daqui a 20 anos. Talvez se mude o foco do rio São Francisco para os rios Grande ou Paraopeba, mas os poderes continuarão dando pouca importância à política de água. A água, questão política, é um dos mais duros testes de democracia, porque é um recurso escasso e ao mesmo tempo vital. Portanto, enfrentamos a seguinte situação: ou se faz alguma coisa avançada e moderna a partir de agora, com o apoio desta nobre Casa e do Executivo, ou discutiremos assunto semelhante daqui a 20 anos. Muito obrigado.

O Sr. Mário Dantas - Meu nome é Mário Dantas, pertencço ao Comitê da Bacia do Rio Verde. A minha intervenção é rápida, porque o assunto que gostaria de tratar já foi abordado pelo Rui: o problema da água mineral. Fui instigado pela sua observação inicial, ao abordar a agropecuária. A bacia do rio Verde está localizada na região dos maiores produtores de água mineral deste País, como Caxambu, São Lourenço, Cambuquira e Lambari. As águas são de altíssima qualidade. Temos participado das discussões sobre o assunto e vemos que o pessoal quer nos ensinar que a água mineral não é água, mas minério. Não estamos satisfeitos com isso. É importante discutirmos esse tema num fórum como este. O Dr. Paulo já fez referências a isso.

Lembro ainda a importância da participação de Furnas nesse processo, além da participação da CEMIG. Cobramos sua ação na proteção das nascentes localizadas na serra da Mantiqueira. Muito obrigado.

O Sr. Wilson - Meu nome é Wilson, da CBH Paranaíba Federal e do SF4 São Francisco. Faço um apelo, aproveitando a presença do Dr. Paulo, que nos deu uma injeção de ânimo para trabalhar na constituição desse comitê federal. O Paranaíba possui 980km<sup>2</sup> de extensão e 226.000km<sup>2</sup>. A bacia atinge uma área de 8.500.000 de habitantes, é responsável por 3,5% do PIB nacional e gera 26% da energia brasileira, com suas cinco hidrelétricas, incluindo Capim Branco 1 e 2.

A nossa comissão provisória está parada na ANA, que travou todo o processo. Fomos destituídos no dia 16/7/2002. Faço um apelo para que, juntamente com o pessoal do Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal e de Goiás, possamos reativar e efetivar esse comitê, que só conta com a comissão provisória.

Temos um gigante adormecido e doente precisando de tratamento, o Paranaíba, único corredor de exportação do alto Paranaíba e do Triângulo através de hidrovias. Temos de regularizar esse comitê para explorarmos todo esse potencial. Obrigado.

O Sr. Júlio César Ayala - Bom-dia. Nosso município, Buritis, fica 850km distante de Belo Horizonte, junto com Formoso. Temos um sério problema de erosão. Hoje, Formoso e Buritis estão com quase 90.000ha de plantio de cereais. Há um sério problema de contaminação em virtude dessa erosão. Há o problema da assistência do Estado, em virtude da própria distância, além de problemas financeiros e de problemas políticos. Sugiro, até conseguirmos montar esse comitê, fortalecemos os CODEMAs, que vejo com muito bons olhos, fazendo um convênio com o Governo Estadual, abrindo talvez um fundo municipal do meio ambiente, de forma a agilizar a revitalização do afluente, em nosso caso, o rio Uruçuia. Do contrário, ficaremos sempre isolados, em virtude da distância geográfica. Faço esse apelo ao Dr. Paulo, do IGAM. O CODEMA administraria esse recurso, que às vezes vai para as mãos do IEF e da EMATER; e nosso município nem EMATER tem. Obrigado.

O Sr. Rui Nogueira - Gostaria de fazer duas observações. A primeira delas é que o art. 26 da nossa Constituição, que já tem 180 artigos modificados, diz que se incluem entre os bens do Estado as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito. Não há o que discutir em termos de a água ficar com a União ou com o Estado. A segunda observação é que não estou falando de água mineral, estou falando da água. Permitam-me que fale do Rio, onde moro, depois de haver morado em Brasília durante trinta e poucos anos. A Vivendi, segunda empresa mundial exploradora de águas no mundo, é dona de águas de São Lourenço, por meio da Nestlé, de águas de Petrópolis, da Perrier e de mais um sem-número de empresas. Está tomando conta dos mananciais, com as outorgas para explorá-los, e ocupando toda a bacia hidrográfica, porque está sendo a empresa de águas dos municípios em que são privatizadas, em consórcio com 20 ou 30 empresas estrangeiras, que, se pesquisarmos, são todas empresas das Vivendi. Estamos colocando nossa água na mão do estrangeiro. Brevemente teremos de falar: "Posso beber água, Mr. John?".

A Sra. Alcione de Castro - Boa-tarde. Sou Alcione de Castro e represento o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais. Recentemente criamos uma comissão de meio ambiente, que presido, e pretendo desenvolver um trabalho de ampliação da participação do economista nas questões ambientais, no que se chama desenvolvimento sustentável.

Recentemente, promovemos um debate sobre a transposição do São Francisco na Casa do Economista. Quando abordamos a questão da água, sabendo que temos os planos diretores das bacias hidrográficas, alguns em estudos preliminares e outros mais avançados, penso que essa abordagem deveria contemplar esses estudos, porque, ao tratarmos a questão das bacias, temos que pensar no planejamento regional. Todas as ações de empresas que estão presentes e que tem sido requisitadas nas regiões poderiam estar sendo mais bem resolvidas se estivessem sendo articuladas dentro do plano. E esse plano deveria estar sendo constantemente discutido. Vejo que na questão levantada anteriormente, a articulação da democratização da participação é algo que temos ouvido há muito tempo. Hoje, ela se tornou indispensável. A sociedade não pode prescindir desse instrumento de trabalho.

O comitê necessita do apoio de eventos que tragam às bacias o conjunto de órgãos que possam trabalhar na macrorregião. Por exemplo, na discussão da transposição do São Francisco perante o investimento de R\$4.500.000.000,00 previstos, o que nós, economistas, começamos a discutir? A questão de oportunidades desse investimento, a questão das opções. Não sabemos como discutir se não sabemos quanto custará a revitalização, quanto custará o saneamento da macrorregião como um todo, quanto custa a revitalização da macrorregião. Esses dados podem ser agregados; mas, num dado momento, nesse impasse técnico, não está sendo colocada a questão das opções. Quanto custa revitalizar essa bacia, colocar o rio em condições de oferecer a irrigação, quanto custa todo o investimento necessário com toda a potencialidade que o rio oferece? Falta isso. Esse enfoque em um plano macrorregional tornou-se fundamental, caso contrário toda a discussão se torna pontual: nada se integra, e o mecanismo é o plano. Se há a intenção de democratização desse processo, o plano deve ser constantemente revisado.

O Sr. Antônio Altino - Só sei falar em versos. "É fácil entender / as causas das grandes enchentes / e também das grandes secas / que atormentam toda gente. / São as águas que vão para o mar / e voltam para se vingar / pois aqui é seu lugar.

E elas querem voltar / mas não lhes damos atenção. / Não cobrimos o seu solo / nem fazemos retenção. / E isso não é tão caro / está nos faltando é faro / e amor no coração.

E você que é fazendeiro / escute o meu apelo / poucas horas de trator / fazenda será modelo. / Não é reter sua agüinha. / Na erosão, uma barraginha / uma prova de amor e zelo.

Apelo também aos Prefeitos: / nos bueiros das estradas / que façam um piscinão. / É barato, quase nada / poucas horas de trator / para uma obra de valor / e a enchente é evitada.

Apelo aos Presidentes / das Câmaras de Vereadores: / criem leis orientando / e obrigando os construtores / a aproveitar dos telhados as águas / para serem irrigados / os jardins dos Diretores.

E, agora, o meu recado / ao nosso Governador: / eu moro em Ladainha / com muito orgulho e amor. / Poluíam nossa represa / você conhece, uma beleza! / Cê dá um jeito, Doutor. / Sessenta por cento de mato / somos um paraíso verde / o Amazonas de Minas / e não se morre de sede. / Estão montando carvoeiras/sai carvão semana inteira / nem ao Bispo se atende".

Outra poesia: "Uma coisa não entendo / e, por isso, eu pergunto / por que órgãos do Governo / não levam pesquisa a fundo? / O que se sabe até o momento / é que o esgoto, o tratamento / é uma coisa doutro mundo. / No entanto, são inúmeras / as alternativas baratas / em nossas universidades / e em instituições, como a EMBRAPA. / Tá faltando é informação / boa orientação / ou, então, disposição. / Falar isso é coisa chata / mas é preciso falar / pois deve ter algo errado. / É preciso explicação / do município ao Estado. / Se houver boa-vontade / até as comunidades / terão esgoto tratado."

O Sr. Renato Ferreira da Silva - Sou da Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia. Minha preocupação é com o grande fluxo de carvão que sai da minha região, sendo que as guias são do Estado de Goiás. O que se pode fazer nesse caso?

Estamos numa reunião que fala das águas.

Vejo esse fluxo de carvão sair dali diariamente, o que me preocupa muito, até porque nossa região está na Linha Verde e, ainda assim, apesar de termos apelado por isso e trabalhado em campanhas de conscientização, muito pouco tem sido feito. Então, gostaríamos que alguém tomasse providências para ajudar na preservação. Muito obrigado.

O Sr. Frederico - Trabalho na USIMINAS e queria ressaltar um ponto que ninguém abordou diretamente, mas que percebi "en passant" na palestra do Dr. Antônio Procópio, quando se referiu a fazer omelete sem ovos: podemos partir para uma panqueca feita apenas com farinha de trigo e água. Na siderurgia, quero dar o exemplo de nossa usina: temos uma geração termelétrica de 40mW e estamos instalando outra de 60mW. É evidente que isso contribui também para a economia de água, uma vez que economiza a energia elétrica. Acho que na agricultura também há esse espaço, e queria apenas registrar o fato de que a geração de energia elétrica - principalmente a termelétrica com biomassa - também seria um ponto a se tratar.

O Sr. Valentin Calenzani - Gostaria de fazer algumas considerações. Como vejo aqui um representante do CREA, quero dizer que acho de extrema importância que essa instituição tome algumas medidas para tentar acabar com os loteamentos com ruas verticais. Isso já foi solicitado ao representante do CREA em reuniões anteriores, mas gostaria de registrar em público o nosso pedido de que o CREA realmente instrua os profissionais da área a acabarem com esses projetos, objetivando evitar assoreamentos e melhorar a qualidade de vida nas cidades. Nosso apelo é que o CREA realmente desfralde essa bandeira, na tentativa de se construir bairros e cidades ecologicamente mais corretos, se é que isso existe.

A outra consideração é relativa à participação da agricultura, já que se disse aqui que ela não tem participado dos comitês. No caso do comitê do rio Verde, a FAEMG tem participado ativamente e incentivado os sindicatos rurais, principalmente de produtores, a participarem também ativamente dos comitês.

A última observação é sobre a integração, o que também foi abordado aqui. Uma coisa que tem sido feita no comitê do rio Verde é o cadastro de usuário de forma incentivada e voluntária, sem a participação de recursos financeiros do Estado ou de outra instituição. O cadastro de usuários é para que a sociedade realmente fique sabendo da quantidade de água que está sendo retirada do rio e de seus afluentes. Muito obrigado.

O Sr. Antônio Procópio Sampaio Resende - Gostaria de fazer duas reflexões. Em primeiro lugar, quero agradecer, em nome da CEMIG, a oportunidade de participar deste encontro.

Em segundo lugar, peço licença para falar rapidamente como produtor rural e engenheiro-agrônomo. Em meu entendimento, hoje o produtor rural é responsável, na prática, pela conservação dos recursos hídricos e florestais, da fauna, da flora, dos solos, etc. Ele tem de retirar tudo isso de seu próprio bolso, mas o benefício é coletivo. Então, estamos diante de um modelo de custo individual para um benefício coletivo. Em meu entender, isso não funciona. Tem de ser custo coletivo para benefício coletivo. Então, temos de achar uma forma de colocar esse novo modelo em prática. Talvez a forma de remunerar o produtor rural por isso seja o recurso do pagamento pelo uso da água. Obrigado.

O Sr. Gabriel Márcio Janot Pacheco - Quero apenas agradecer, em nome da nossa empresa, a oportunidade de ter participado deste seminário, e cumprimentar os seus organizadores, pois aprendi muito aqui. Obrigado.

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - Acho importante comentar, ainda que rapidamente, algumas questões aqui levantadas. Sobre o comitê do Paranaíba, realmente há problemas muito sérios de que temos de cuidar.

Ontem tivemos a apresentação do atlas dos dados hidrográficos do Estado de Minas Gerais. Praticamos uma outorga bastante responsável, somos o Estado que trabalha com critérios de maior restrição, mas Estados vizinhos não procedem da mesma forma. O rio Paranaíba, por exemplo, é um motivo de preocupação, porque o Estado de Goiás pratica um critério de outorga muito menos restritivo que o nosso, ao retirar a água do rio. Conversamos diuturnamente com a ANA, para mostrar a importância da criação do comitê federal da bacia do Paranaíba.

Da mesma forma procuramos fazer em relação ao rio Grande, em que a preocupação é maior ainda. Do lado de Minas Gerais temos apenas 13.500ha de área irrigada, e, do lado de São Paulo, são 137.000ha de área irrigada, retirados da água do mesmo rio e com um projeto de derivação para mais 80.000ha. Isso ensinou o encaminhamento de uma carta à ANA, solicitando que o Estado de Minas Gerais seja ouvido em todas as outorgas de rios limítrofes, porque não queremos praticar um critério que restrinja o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e verificar que, do outro lado da fronteira, o outro Estado pratica outro critério de outorga muito menos rigoroso, roubando, aliás, nossos empreendedores, aqueles que poderiam estar investindo no Estado de Minas, mas saltam a fronteira e investem em outro Estado. Estamos atentos a tudo isso.

Com o modelo de gerenciamento de recursos hídricos que adotamos, abrimos possibilidade para os CODEMAs e todas as forças vivas da sociedade existentes no município, que têm oportunidade de participar da organização dos comitês de bacias hidrográficas e discutir a política de gerenciamento dos seus recursos hídricos. É isso que nos interessa. Não adianta quereremos discutir isso longe, só em Belo Horizonte.

Aproveito a oportunidade para tratar do motivo da organização do fórum em Belo Horizonte. Esta cidade está inserida na bacia do rio das Velhas e na bacia federal do São Francisco. Sendo a Capital do Estado, é mais fácil atrairmos os comitês para a discussão dessas questões. Estamos preocupados com isso, essas discussões estão sendo multiplicadas no âmbito dos comitês, nas respectivas bacias. Numa reunião regional, nos dias 29, 30 e 31 deste mês, na próxima semana, discutiremos o rio Doce, em Governador Valadares. Teremos uma promoção, juntamente com os componentes dos seis comitês do rio Doce, faremos um evento de envergadura como este.

Os planos diretores também são uma preocupação nossa. Temos apenas um comitê de domínio federal, que é o São Francisco, e há um plano, e um de domínio estadual. Esse plano foi feito graças à atuação intensa do órgão gestor de Minas Gerais, com a contratação de técnicos para a sua elaboração. O comitê estadual e o Velhas fazem parte desse plano, que será rediscutido em audiências públicas. Realizamos duas audiências públicas para o fechamento do plano diretor do Velhas, que foi elaborado em 2004 e será rediscutido em 2006 e 2008 para a garantia da consecução da meta em 2010. É possível, sim. A sua preocupação é legítima. Se não quantificarmos a necessidade de recursos para investimentos na revitalização, o plano será em vão. Não conseguiremos chegar ao final nem conseguiremos discutir a busca de recursos para a revitalização dessas bacias.

Quanto ao carvão, estamos preocupados com a integração das agendas verde, azul e marrom no sistema ambiental, com a participação da Polícia Militar ambiental. Uma diretoria dessa corporação terá sede em um prédio localizado na Rua Espírito Santo, local onde funcionarão todos os órgãos, de forma integrada. Essa diretoria será coordenada pelo Cel. Herbert, que foi nomeado. Contaremos com participação mais efetiva dos 1.300 homens da Polícia Militar ambiental nessa questão do carvão, que é crítica para o sistema ambiental mineiro.

A respeito da avaliação das dificuldades do comitê, ficamos satisfeitos com suas palavras, já que o senhor é ex-técnico da ONU, acostumado a discutir questões mais amplas. Estamos percebendo que o fórum está atingindo seus objetivos, atraindo não apenas pessoas que apoiam o gerenciamento da política de recursos hídricos, mas também as que nos fazem críticas construtivas. Não concordamos com a idéia de se acabar com os comitês. Sei que não é uma proposta de V. Exa., talvez faça parte de uma indignação. Por que estruturas importantes como essas não recebem apoios político e financeiro? Comungamos com essa indignação. Estamos agindo corretamente. Diante de um caminho desconhecido, que deve ser percorrido, temos duas alternativas: arregaçar as mangas e aceitar o desafio ou voltar atrás. Optamos pela primeira alternativa. São quase 2 mil pessoas engajadas com o órgão gestor de recursos hídricos do Estado, batalhando, discutindo dificuldades, fazendo festas, guerreando e brigando.

É com a mesma indignação que enfrentamos a questão das águas, Dr. Rui. Acompanhamos o processo de desmineralização da água, em São Lourenço. Apresentamos propostas à Nestlé, que retrocedeu, graças à indignação da sociedade e à participação do Governo de Minas, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e do órgão gestor das águas. Infelizmente, existem algumas questões que devem ser resolvidas. Uma delas é o fato de a água mineral ser considerada recurso mineral e ser tratada no âmbito do DNPM. Ainda estamos discutindo essa situação. A nossa expectativa é a de que seja revertida, a fim de que possamos discutir outorga de recursos minerais dentro dos comitês de bacias hidrográficas e do órgão gestor do Estado. Até lá, concordamos com a sua indignação. Procuraremos indignar a sociedade, a fim de que a situação seja revertida. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Precisamos separar gestão de uso de água e gestão de água, que é muito mais ampla. Trarei, novamente, para reflexão, a seguinte afirmativa: é injustificável a permanência da mazela de lixo e esgoto não devidamente cuidados, que são de responsabilidade do setor público - o lixo, dos cidadãos também. O problema número um de Minas Gerais não é de qualidade, mas de quantidade de água. Essa questão remete-nos a uma visão territorial. Para isso, não há como não abordar os agentes que estão no espaço rural, não apenas na atividade produtiva. Tem todo um sistema que se reveste de complicações, como estradas de sinais, etc. Corroborando o Procópio, o produtor rural paga imposto direta e indiretamente, é um gerador de atividades e de resultados econômicos, sociais, etc., mas, quando estiver trabalhando, manejando bem o solo, tem de ser visto como prestador de serviços ambientais. É nesse momento que a agenda do ambientalista vai se confundir com a agenda de quem está produzindo. Então, seremos proativos para resolver o problema de água em Minas Gerais.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece, registrando o reconhecimento do Poder Legislativo mineiro a esse brilhante homem público, Dr. Paulo Romano, moderador dos debates desta manhã, que, ao longo da sua vida, se dedicou a esse trabalho em defesa do meio ambiente e das águas. Sempre que temos de falar sobre o meio ambiente, sobre água, procuramos o Dr. Paulo Romano, que realmente é uma pessoa capaz, dedicada, e traz no seu coração essa causa.

Agradecemos ao Diretor da CEMIG, Antônio Procópio Sampaio Resende, que também é agrônomo e produtor. Realmente, a CEMIG é uma grande empresa, que orgulha todos os mineiros por ser a melhor empresa geradora de energia do País, além de cuidar com muito carinho do meio ambiente. Sei disso porque participei do projeto de Irapé, que ficará pronto no ano que vem.

Elogiamos o Diretor de Desenvolvimento da USIMINAS, Dr. Gabriel Márcio, que nos mostrou que essa empresa está anos luz à frente das outras empresas brasileiras, sendo um parâmetro mundial. Temos de pegar exemplos de empresas como a USIMINAS e a CEMIG para que possamos trabalhar nesse sentido.

Agradecemos ao representante do Comitê da Bacia do Rio Verde, Valentin Calenzani, e pedimos-lhe que leve o nosso abraço ao Dr. Sérgio Regina, referência nessa área para o nosso País.

Agradecemos ao Dr. Paulo Teodoro de Carvalho.

Alguém comentou que o Governador Aécio Neves precisa ser mais atuante. Acho que ele é muito atuante nessa área, só de indicar o Ministro José Carlos Carvalho, um ambientalista reconhecido nacional e internacionalmente, que lida com a matéria com muita dedicação e fervor, para a Secretaria de Meio Ambiente.

O Governador escolheu a pessoa certa, uma pessoa que luta não apenas no âmbito do Estado, mas em todo o País. Isso nos mostra que o Governador está preocupado com essa área. Da mesma forma ocorreu com a indicação do Dr. Paulo Teodoro para a Diretoria-Geral do IGAM. Trata-se de uma pessoa que luta juntamente com o nosso Secretário para que tenhamos melhor qualidade de água em nosso Estado.

Quero também dizer em nome desta Assembléia, sempre participante e ativa, que não é à toa que estamos realizando este quarto seminário. Realmente a Assembléia, por meio das suas comissões, principalmente da Comissão de Meio Ambiente, vem desenvolvendo belo trabalho, sendo parceira de diversos órgãos e entidades, para que tenhamos esse bem, a água, preservado. Nós, que detemos a maior bacia de nosso País, somos o pulmão das águas brasileiras, temos o compromisso de conservá-las.

Quero agradecer a todos os participantes deste fórum e dizer a cada um que a Assembléia orgulha de tê-los aqui como contribuintes. Todas as sugestões apresentadas serão sintetizadas para que possam se transformar em lei, a fim de melhorar a qualidade das águas e de preservar os nossos mananciais.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e demais convidados seus agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/3/2005

#### Presidência do Deputado Márcio Passos

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Palavras do Sr. Presidente - Entrega de Prêmios - Palavras do Sr. Luiz Alberto Alves - Palavras do Sr. Ênio Resende de Souza - Palavras do Sr. Tales Heliodoro Viana - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Maurício Andrés Ribeiro, Assessor da Secretaria-Geral da Agência Nacional das Águas - ANA - e coordenador dos debates; Luiz Alberto Alves, Gerente Executivo da Rio Paracatu Mineração - RPM -; Ênio Resende de Souza, Coordenador Técnico da Área de Meio Ambiente da EMATER-MG; Tales Heliodoro Viana, Gerente da Divisão de Proteção e Controle de Mananciais da COPASA-MG; Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -; e Ilmar Bastos Santos, Presidente da FEAM.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à realização do Seminário Cultura da Paz - 4º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com a entrega dos prêmios do concurso de reportagens promovido pela FEAM e a apresentação do painel Integração entre Água e Terra sob a Ótica das Atividades Humanas nos Espaços Urbano e Rural.

#### Palavras do Sr. Presidente

O Seminário Fórum das Águas vem cumprir a importante função de repensar o meio ambiente de forma sustentável. O grande desafio é conciliar o desenvolvimento econômico sem degradar a natureza. É uma política bem definida, e cumpro essas condições como coordenador da comissão responsável pelo desenvolvimento sustentável da bacia do rio Doce.

Ouvimos toda a sociedade dentro da complexidade do tema água e meio ambiente e estamos buscando subsídios, contribuições e fundamentações técnicas para chegarmos a um plano viável e consistente.

#### Entrega de Prêmios

O Sr. Presidente - No segundo semestre de 2004, os alunos das faculdades de jornalismo de todo o Estado foram convidados a participar do concurso de reportagens Meio Ambiente na Pauta dos Jornalistas de Amanhã, com o objetivo de estimular o interesse dos futuros jornalistas pelas questões ambientais e promover a familiarização com os conceitos básicos dessa área de conhecimento. O tema escolhido para o desenvolvimento das reportagens foi "Políticas Públicas e Mobilização Social para a Destinação Adequada do Lixo".

Hoje entregamos o prêmio simbólico ao autor da reportagem vencedora e certificados àqueles que se classificaram até o 5º lugar.

Convidamos o Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, o Sr. Ilmar Bastos, para a entrega do prêmio e certificados.

Em primeiro lugar, a matéria: "O insuportável peso do lixo", jornal "Impressão" - UNI-BH, repórteres: os alunos Kérison Lopes, Denílson Cajazeiro e Rafael Minoru.



- Procede-se à entrega do prêmio.

O Sr. Presidente - A segunda matéria classificada é a seguinte: "Fábrica aumenta renda de catadores", PUC Minas, jornal "Hoje em Dia", dia 6/12/2004, repórteres: as alunas Daniela Duarte e Verônica Lima.

- Procede-se à entrega do prêmio.

O Sr. Presidente - Terceira matéria classificada: "Perda pós-colheita chega a R\$4.500.000.000,00", jornal "Impressão", UNI-BH, repórteres: as alunas Bárbara Duarte e Daniela Lopes.

- Procede-se à entrega do prêmio.

O Sr. Presidente - Quarta matéria classificada: "Seleção de lixo traz benefícios para a cidade", jornal "Portal", PUC Minas Arcos, repórter: a aluna Cláudia Silva.

- Procede-se à entrega do prêmio.

O Sr. Presidente - Houve empate na 5ª classificação, entre as matérias: "Lixo no lugar certo ajuda catadores", do jornal "Marco", PUC Minas BH, repórter: a aluna Rogéria Rocha; e "Rumores da Limpeza", do jornal "Oficina", Centro Universitário do Leste de Minas Gerais -UNILESTE-MG -, cidade de Coronel Fabriciano, repórteres: os alunos Helenice Viana e Fernando Mendanha.

- Procede-se à entrega do prêmio.

O Sr. Presidente - Agradecemos à comissão julgadora, formada pelos professores Marialice Emboava, coordenadora do curso de Jornalismo do Unicentro Newton Paiva; Fernando Antônio Lacerda Silva, professor do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Enderson d'Assumpção Cunha, jornalista do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais; Carlos Alberto de Carvalho, coordenador de curso de Comunicação Social - Jornalismo do Centro Universitário de Belo Horizonte; Fabrício Marques de Oliveira, professor do curso de Jornalismo da Universidade FUMEC; Vera Lúcia Godoy, Diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Maura Eustáquia de Oliveira, assessora de comunicação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Denise Marília Bruschi, Gerente da Divisão de Saneamento da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Agradecemos pela contribuição na avaliação dos trabalhos.

Para proceder a algumas considerações sobre o concurso de reportagens Meio Ambiente na Pauta do Jornalista de Amanhã, convidamos o Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM.

O Sr. Ilmar Bastos Santos - Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Márcio Passos, Presidente desta reunião e todas as autoridades e integrantes presentes. Foi com muita satisfação e alegria que nós, da FEAM, no segundo semestre do ano passado, lançamos esse desafio aos jovens jornalistas, aos estudantes das nossas faculdades de jornalismo do Estado. O desafio lançado foi, efetivamente, produzir matérias, reportagens sobre Meio Ambiente na Pauta do Jornalista de Amanhã, com um tema muito específico: a mobilização social no tocante à destinação do lixo.

Esses termos ficaram no passado. Atualmente, falamos em recursos, em insumos e em oportunidades. Vocês, especialmente os agraciados por esse concurso, são os futuros formadores de opinião. É importante que a inserção da temática ambiental no cotidiano das pessoas ocorra de forma investigativa, de reportagem, de denúncias e de matérias, como as que verificamos.

Particularmente, tive oportunidade de conversar com alguns integrantes da comissão julgadora, que não deixaram de tecer elogios pela alta qualidade dos trabalhos produzidos. Muitos não eram acadêmicos, mas esse material produzido foi de qualidade profissional. Como uma mensagem de incentivo, digo que continuem firmes na disposição dessa carreira extremamente importante de formador de opinião e atentem principalmente para a questão da temática ambiental que, ao longo dos anos, tem tomado uma dimensão extremamente grande na vida de todas as pessoas. Isso teve início há décadas, na reunião de Estocolmo, realizada em 1972. Conseguimos um avanço muito grande na ECO 92 realizada no Rio nesse ano. Atualmente, termos como ecodesenvolvimento, transgênicos, efeito estufa, saneamento e biodiversidade pertencem ao nosso cotidiano; portanto, é importante que o jovem jornalista se interesse por eles e, cada vez mais, atualize-se e envolva-se com essa temática, pois, como disse, ela faz parte do nosso dia-a-dia.

Agradeço à comissão julgadora pelo trabalho. Parabênizo os agraciados. A nossa missão foi muito difícil, pois tínhamos de escolher cinco trabalhos. Houve até um empate no 5º lugar, portanto foram escolhidos seis trabalhos. Todos os que submeteram as suas matérias ao concurso estão de parabéns, assim como seus pais, suas mães, seus professores e seus colegas. Espero que essa iniciativa que a FEAM tornou possível sirva de desafio e de estímulo para dias melhores. Muito obrigado. Parabéns a todos!

Palavras do Sr. Luiz Alberto Alves

Boa tarde a todos. Com satisfação, recebemos o convite do IGAM para falar da empresa que gerenciamos em Paracatu - região Noroeste de Minas -, pois muito nos orgulha atuar em uma comunidade tão tradicional, com mais de 200 anos de história.

- Procede-se à apresentação das transparências.

Falarei sobre quatro temas: a empresa, sua responsabilidade social, a gestão ambiental e o uso da água. Paracatu, com 75 mil habitantes, tem 2 hospitais, 4 faculdades, 52 escolas de 1º grau e 2 escolas técnicas. A agricultura é a base da economia local, sendo beneficiada pela irrigação, pois o município tem boa oferta de rios, entre eles o São Marcos e o Paracatu.

Temos nossa mineração, que é de ouro; duas pequenas de calcário; e uma, da Votorantin, de chumbo e zinco. Os principais produtos agrícolas são soja, milho e feijão. Além disso, há produção de frutas e algodão. A pecuária, que é mais recente, tem a produção de leite e carne bem desenvolvida.

O grupo canadense Kinross é o acionista da RPM. O escritório, que ficava no Rio de Janeiro, será instalado em Brasília. O grupo é o sétimo maior produtor de ouro do mundo, com minas nos Estados Unidos, Canadá, Rússia, Chile e Brasil, operando em oito países de quatro continentes, com 3.600 funcionários. Antes da Kinross, que adquiriu a RPM em janeiro deste ano, a empresa pertencia ao grupo Rio Tinto.

Desde a exploração - entre 1980 e 1985 - até hoje, foram investidos US\$207.000.000,00, incluindo as fases de construção, projetos de

otimização e expansão, infra-estrutura, segurança, meio ambiente e outras. Nossa mina é a de menor teor de ouro do mundo - 0,43g de ouro por tonelada lavrada, o que foi constatado em uma pesquisa que realizamos. Há teores menores, mas como subproduto, especialmente em minerações de cobre.

Temos uma mina a céu aberto, cuja extração total este ano chegará a 17.000.000t com teor de 0,412g/t.

Todo o processo é chamado de beneficiamento. Desde a extração do minério, até sua chegada à usina de beneficiamento, o processo é mecanizado, com pequeno uso de explosivos, e o transporte é feito por caminhões. Primeiramente, o minério passa pela britagem, para reduzir sua granometria; em seguida, é feita uma mistura dos tipos de minério nos silos de blendagem; passa-se para os moinhos, onde o processo é úmido e inicia-se o consumo de água; depois, é feita uma classificação entre minérios grossos e finos, sendo que o grosso retorna para o moinho, e o fino passa pela flotação, onde inicia-se a concentração do ouro. Nesses tanques é produzida uma espuma que tem uma certa concentração de ouro. O concentrado (...) uma outra planta de hidrometalurgia e o rejeito vai para a barragem de rejeitos.

O concentrado, já em torno de 20 g/t, passa por nova moagem. A lixiviação é a etapa mais sensível em termos ambientais, pois é usado cianeto para retornar o ouro à forma líquida; além disso, trabalha-se com carvão aditivado e com minério sulfetado. Após a lixiviação, passa-se para a etapa de dessorção, onde é feita a lavagem do carvão que estava agregado ao ouro. A solução retirada do carvão passa pela eletrólise e o ouro é retirado nos cátodos. Em Paracatu, produzimos uma barra composta por 80% de ouro, que é encaminhada para a refinaria de São Paulo, pois não fazemos refino em nossa mina.

O rejeito da lixiviação não pode ser lançado diretamente na barragem, devido ao uso de cianeto e de enxofre. Fazemos a estocagem em tanques, onde o líquido é sedimentado. Em seguida, o líquido é bombeado para a fábrica, onde há uma planta chamada Acidulação, Volatilização e Recuperação - AVR - de cianeto. Em torno de 65% do cianeto é recuperado, o qual retorna para a lixiviação, sendo a água restante encaminhada para a barragem. A mesma barragem recebe os dois rejeitos.

Nossa produção prevista para 2005 é de 5,5t de ouro e 2t de prata, que é nosso subproduto.

Em termos de reserva, o projeto foi aprovado com apenas 97.600.000t, que era apenas o minério de superfície. Com o tempo, desenvolvemos tecnologia para trabalhar com o minério mais profundo. Chamamos de minério oxidado grafitoso e minério sulfetado, base da nossa reserva hoje. No início, tínhamos 97.000.000t. Já lavramos 200.000.000t até o momento, e ainda temos mais 600.000.000t para trabalhar. Nosso objetivo é chegar até o ano de 2027.

Esse gráfico mostra nosso avanço. Em termos de alimentação de minério na nossa planta de beneficiamento, houve um crescimento acima de 160%; a produção de ouro cresceu 80%; a recuperação de ouro manteve-se no mesmo patamar, em torno de 70%; e o teor do ouro caiu a cada ano. É importante salientar que, a todo momento, temos atenção especial para um projeto extremamente sensível em termos econômicos, devido ao baixo teor do minério. Devemos procurar sempre oportunidade para nos manter ativos no mercado.

Estamos partindo para implantar um terceiro projeto de expansão, que está dividido em duas partes. Na parte de beneficiamento, já estamos licenciados.

Hoje queremos sair dos 18.000.000t que alimentamos para 30.000.000t. A expansão da mina está em processo de financiamento. No final de novembro, protocolamos o EIA-RIMA na FEAM. Com esse projeto, a nossa idéia é aumentar a vida útil da mina em torno de 11 anos. Sem o projeto, a mina teria vida útil até 2016; com ele, terá até 2027; alimentando mais, exatamente porque tornamos os nossos custos mais competitivos, podendo lavar minérios de teores mais baixos.

O projeto prevê investimento total em torno de R\$330.000.000,00 e geração de 600 empregos durante o período das obras. A nossa expectativa é iniciar o projeto no meio deste ano até meados de 2007.

Quanto à nossa responsabilidade social, procuramos trabalhar próximo da comunidade de Paracatu, em parceria. Procuramos sempre focar projetos de parceria e de geração de emprego e renda, deixando de lado os projetos assistencialistas e focando nos projetos que geram desenvolvimento. Um exemplo do nosso trabalho é a participação na Agência de Desenvolvimento Econômico-Social de Paracatu - ADESP. Participamos da sua fundação e hoje temos um representante na diretoria. Acreditamos que esse é o caminho para o desenvolvimento. Ajudamos na implantação do SENAI no município. Participamos do projeto Meu Primeiro Emprego, destinado a menores na faixa etária de 16 anos. Esse projeto é muito interessante, pois coloca o menor na empresa - meio período na empresa e meio período na escola - para aprender uma atividade. No Seminário de Parcerias, toda verba destinada a desenvolvimento social, de aplicação na sociedade, é decidida pela comunidade, desde 1996. Não interferimos nos projetos a serem implantados.

O trabalho voluntário é feito pela equipe de funcionários da empresa. Todo ano, implantamos cerca de seis projetos voluntários totalmente realizados pelos funcionários. Há também o desenvolvimento de um parque ecológico em parceria com Prefeitura.

A Reserva do Acangaú, embora seja uma medida compensatória acertada com a FEAM, é um caso inovador no município. Possibilita-nos estudar a natureza na região. Esse é um investimento que nos dá grande retorno de conhecimento ambiental.

O programa Portas Abertas é muito importante. A comunidade conhece a empresa. Ele é desenvolvido aos sábados. As pessoas visitam a empresa e tomam conhecimento de tudo o que ocorre lá.

Os investimentos na comunidade em 2004 chegaram a mais de R\$500.000,00: Projeto Geração, Seminário de Parceria, Parque Ecológico e Reserva do Acangaú.

Alguns prêmios e distinções recebidas pela empresa, principalmente nos pontos mais voltados às áreas social e ambiental. A empresa foi a primeira a vencer o Prêmio Minas Ecologia, em 1995; primeira empresa brasileira de mineração de ouro a obter a ISO 14001, em 2000; empresa sociojurídica da AMDA em 1992; Empresa Amiga da Criança, selo ABRINQ 2002; "ranking" das melhores empresas para trabalhar - "Guia Exame 2003 e 2004"; primeira empresa de mineração de ouro do Brasil a obter atestado de conformidade à Norma SA8000, 2004; "ranking" das melhores empresas da gestão de pessoas da revista "Valor Carreira", 2004.

A importância da empresa na comunidade de Paracatu. No final do ano passado, éramos 1.041 funcionários entre próprios e terceirizados. Se considerarmos quatro pessoas por família, são 4.164 pessoas, na comunidade de 75 mil habitantes, vinculadas à RPM. Esse dado é significativo.

Impostos municipais. A RPM participa com 64% da compensação Financeira - CFEM - recolhido pelo município, e possui grande representação no recolhimento do Valor Adicional Fiscal - VAF - gerado no município. A empresa representa 31% desse recolhimento, que está ligado ao

ICMS.

Nossa política é muito forte; aliás, desde o início do projeto é assim. Essa é a cultura de um acionista majoritário, constituído por um grupo inglês. Em virtude dessa política pesada, sentimo-nos felizes e confortáveis para gerenciar a empresa. É de domínio público. Está aberta para todos nós, funcionários, e para a comunidade de Paracatu.

Procuramos conduzir a empresa, promover a gestão do meio ambiente, tendo como base três instrumentos. O primeiro se refere à avaliação do impacto ambiental. Ao tentarmos fazer alguma mudança na empresa, procedemos à avaliação do impacto. A partir daí, recorremos a um plano de controle ambiental. Para toda avaliação de impacto, estabelece-se um plano de controle ambiental. O terceiro instrumento é o monitoramento de tudo, solo, ar e água. O quarto instrumento é a auditoria. Ou seja, é certo que, ao mesmo tempo, tudo tem de ser monitorado, auditado e conferido. Por último, temos o plano de fechamento. Nós, gerentes, precisamos saber como vai ficar no final. Esse plano de fechamento, que fez parte do EIA-RIMA original, existe desde o início e é atualizado a cada quatro anos. Ademais, é muito importante do ponto de vista econômico, pois temos de saber quanto gastaremos no final para provisionarmos a verba desde o início. Fazemos o provisionamento todos os meses. O plano de fechamento inclui as questões ambiental, social e financeira, enfim, tudo o que o fechamento contempla.

Entre as metas de meio ambiente para 2005, citamos um consumo de água menor ou igual a 2,08m<sup>3</sup>/t de minério tratado. À frente, os senhores verão um gráfico que demonstra a evolução dessa meta. A cada ano, procuramos reduzi-la. Outra meta consiste no consumo de energia menor ou igual a 11,65kWh/t de minério tratado. Procuramos também reduzi-la a cada ano. A próxima meta consiste na geração de resíduos não minerais menor ou igual a 0,094k/t de minério tratado. Por último, objetivamos manter certificação na ISO 14001 nas duas auditorias de manutenção. Essas são as macrometas gerenciais da empresa, que são desdobradas em várias submetas para os níveis inferiores dentro da empresa.

É importante salientar que, para os empregados, apresentamos um plano de participação nos resultados. Nas metas que gerarão a participação nos resultados, nos lucros da empresa, estão previstas a redução do consumo de água e a redução do consumo de energia.

Temos aqui uma visão da mina. Com toda a honestidade, afirmo-lhes que a questão ambiental mais crítica é o impacto visual. Tomamos cuidado com a poeira, porque se trata de um material fino. A região é muito seca. Desenvolvemos um processo de irrigação, que é feito por meio de caminhões, durante 24 horas por dia, além do monitoramento contínuo. Dispomos ainda da drenagem superficial. Em uma parte da mina, trabalhamos com minério sulfetado, o que gera drenagem ácida; por isso, temos de ter cuidado. Acertamos essa questão no licenciamento ambiental, ou seja, usáramos tanque de contenção, no qual seria recolhida toda a água da chuva, isto é, 100%. Em seguida, essa água seria transferida para um tanque de nível mais baixo e depois bombeada para as usinas, para ser utilizada no processo industrial. Não há como a água transbordar, sair para o ambiente. No processo de bombeamento, fazemos a neutralização da água com cal.

Existe ainda o problema dos ruídos. Como há máquinas trabalhando, fazemos o monitoramento, o acompanhamento. Já trabalhamos na manutenção das máquinas, procuramos criar barreiras entre a mina e a cidade, a fim de baixar o nível de ruído. Realizamos um monitoramento contínuo. Salientamos a proximidade com a cidade e o cuidado especial que temos para garantir um bom relacionamento com a vizinhança, que é fundamental. Quanto ao impacto visual, temos o plano de fechamento de todo o recobrimento da mina.

Aqui a parte industrial estaria localizada em outra bacia de água. A mina estaria na bacia do córrego (...). A usina já estaria voltada para a bacia do rio São Pedro. Aqui nossa barragem de rejeitos, também na mesma bacia da usina, estaria já na bacia do rio São Pedro. É importante salientar que recuperamos e recirculamos de 80% a 85% da água. Mostrarei posteriormente os números corretos.

Na barragem de rejeitos, o método construtivo é a linha de centro modificado de aterro, com argila e silte. O rejeito da flotação e o efluente da AVR são os dois rejeitos que estariam indo para a barragem. A altura da barragem hoje é de 78m, e a área ocupada é de 700ha. A extensão é de 3,8km.

Esse é o tanque específico do qual falei. Todo rejeito da AVR, da hidrometalurgia, antes de ir para a barragem, passa por um tratamento em tanques. São esses tipos de tanques revestidos por geomembrana.

Aqui alguns resultados de monitoramento; o cianeto na barragem, por exemplo, bem abaixo do limite legal. Nosso nível de emissão de ar também, um exemplo, na fundição, bem abaixo do padrão. Sem nenhum problema. Evidentemente temos sistema de escorramento na fundição.

Aqui nível de poeira na cidade. Observem que, antes mesmo de operarmos, em 1987, Paracatu tinha um nível de poeira alto. Depois de 1991, com asfaltamento mais acentuado nos bairros, o nível de poeira da cidade caiu.

Aqui exemplos de nossos programas de educação ambiental, também muito bem aplicados, porque envolvemos em torno de 3 mil crianças nesse projeto anualmente, tanto na empresa quanto nas escolas.

Aqui os dados do plano de fechamento. Procuramos trabalhar o uso futuro das áreas, os impactos ambientais e sociais, o programa de recuperação de áreas, os programas sociais, o provisionamento de custos, a revisão anual dos custos e a revisão do plano previsto para 2005.

A ISO 14001. O mapa da nossa localização. Paracatu está na cor marrom. A nossa mina está do lado. Temos de ter cuidado muito especial e já comentei isso aqui. Nossa barragem está em azul, só para que tenham uma idéia melhor da localização. Aquele risco vermelho que corta o mapa é a BR-040, que liga Belo Horizonte a Brasília.

Aqui, o balanço hídrico simplificado. Para fechar a apresentação, vamos falar sobre o nosso uso de água. A entrada média de água no processo, no ano passado, foi de 4.447m<sup>3</sup>/h. É o nosso consumo total de água, bastante significativo. A taxa de evaporação na barragem é de 668m<sup>3</sup>/h, 24 horas por dia. Taxa de infiltração de 100m<sup>3</sup>/h. Temos um dreno de filtro na barragem, e a vazão é mantida mais ou menos constante em torno disso.

A água reciclada na barragem é de 3.252m<sup>3</sup>/h, 73,13% do consumo total da RPM. A água recirculada dos espessadores é de 169m<sup>3</sup>/h, 3,8%. Água reciclada dos tanques da mina, 340m<sup>3</sup>/h, 7,64%. Água nova bombeada dos ribeirões a jusante da barragem de rejeitos, 686m<sup>3</sup>, 15% apenas.

Em 2004, já conseguimos chegar a 15% só de uso de água nova, e a nossa meta é zero. Temos plena convicção de que chegaremos a zero na captação de água nova. Para isso, basta que consigamos armazenar mais água na barragem. Nossa barragem está sendo alteada com folga para se ter mais água presa na barragem.

Deposição de rejeitos, 0,52t de água por tonelada de sólidos. Isso é mantido no rejeito, quando é lançado na barragem. A precipitação anual de Paracatu é de 903mm por ano. A média anual dos últimos 40 anos é de 1.418mm. A mínima é de 903mm.

O nosso projeto de desenvolvimento sustentável considera o uso racional de água na RPM. Trabalhamos no ambiente externo e no interno. No externo, o objetivo é assegurar a disponibilidade futura de água para os nossos empreendimentos. Dependemos dos rios. No ambiente interno, reduzir o consumo específico, sempre. O ambiente externo é assegurado por disponibilidade futura de água para o empreendimento. Ações: atuar efetivamente no Comitê de Bacia do Rio Paracatu. Temos um membro que faz parte do comitê. Um dos nossos gerentes é Diretor; apoiar a revisão e atualização do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paracatu; instalar e operar estações fluviométricas de medição de descarga líquida nos rios São Pedro e Santa Rita.

Aqui as estações instaladas. No ambiente interno, a cada ano, temos reduzido o consumo. Não entrarei em detalhes.

Aqui vemos os medidores internos nas nossas tubulações, que são bombeadas da barragem. Com isso, temos a certeza dos dados e volumes que temos consumido.

Aqui temos o gráfico que mede o nosso consumo de água. A nossa meta de 2005, de 2,08, seria inovadora, ou mínima, de todo esse período. Em 2004, tivemos alguns problemas e não conseguimos chegar à nossa meta, que era 2,10. Mudamos para 2,08. Isso porque retiramos as paradas de manutenção de nossos moinhos. Relativamente ao consumo unitário, tivemos essa dificuldade de diminuir. No entanto, conseguimos diminuir o nosso volume total de água.

Aqui temos o consumo de água, a nova consumida, a recirculada e a água total, em verde claro. Pode-se observar que o vermelho claro, que é a água nova, está atendendo a Atai.

Aí vemos a nossa barra de ouro, um exemplo de nosso minério com a presença do quartzo associado ao filito, de onde tiramos o ouro. Desculpe-me pela correria porque o tempo foi curto para o tanto que gostaria de falar e de mostrar. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Ênio Resende de Souza

Boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar os organizadores desta Semana da Água na pessoa do Dr. Paulo Teodoro, Diretor-Geral do IGAM, e de também parabenizá-lo pelo excelente tema que foi escolhido para a Semana da Água de 2005. Gostaria ainda de agradecer o convite que foi feito à EMATER e à Secretaria de Agricultura. Sinto-me muito honrado de representar essa instituição.

Inicialmente, devemos fazer uma reflexão sobre a gestão de recursos hídricos, das águas, tentando ampliar esse conceito e mostrando a importância da bacia hidrográfica e de todos os atores envolvidos. Esperamos contribuir para o debate.

A primeira reflexão que fazemos sobre a gestão dos recursos hídricos, das águas - que ontem aliás foi muito bem comentado aqui pelo nosso Secretário de Meio Ambiente, Dr. José Carlos Carvalho, e também pelo Prof. Apolo Heringer -, é que está intimamente associada à gestão dos demais recursos naturais renováveis. Existe uma forte interação entre os recursos naturais: a flora, o solo, o tema deste evento, a água, a fauna, o clima que age sobre todos esses recursos naturais, e também a pressão sobre o homem. Para a gestão da água, precisa-se sempre considerar a gestão de todos os recursos naturais renováveis.

Uma figura que talvez exemplifique isso de uma forma mais clara é quando se consegue vislumbrar uma bacia hidrográfica não apenas como uma área geográfica, mas como o ambiente no qual estão inseridos o ser humano e as atividades de troca, as atividades econômicas. Em uma bacia hidrográfica, podemos perceber com mais clareza como todos esses recursos naturais se interagem, especialmente a água, o solo, a vegetação, a fauna, com as atividades humanas que lá estão inseridas.

Nesta ilustração, temos oportunidade de ver um ambiente rural adequadamente manipulado e explorado, e também ao fundo um meio urbano, uma cidade que também se beneficia com essa água que muitas vezes é oriunda desse espaço da bacia hidrográfica.

Esta é a foto do famoso encontro das águas do rio Solimões, cuja água é mais turva, com o rio Negro, formando o rio Amazonas. Esse é um exemplo claro da dependência da água, é o reflexo dos recursos naturais e, principalmente, das atividades exercidas numa determinada bacia hidrográfica.

Tanto a quantidade quanto a qualidade da água de um determinado manancial estão relacionadas ao arcabouço geológico, ao relevo, que determinará maior ou menor escoamento superficial, maior ou menor infiltração; ao tipo de solo, que influenciará na infiltração, no escoamento superficial e na qualidade da água; ao tipo e à quantidade da cobertura vegetal, ou seja, floresta ou pastagem; e, principalmente, ao tipo e ao grau de atividade econômica ou antrópica na bacia hidrográfica, fator preponderante. Esse conjunto de fatores determinarão a quantidade e a qualidade da água da bacia.

A água turva do rio Solimões é o reflexo da erosão do degelo dos Andes e da quantidade de sedimentos. A maior quantidade de ácidos orgânicos existente no rio Negro ocorre em razão do ambiente florestal que ele percorre.

O que entendemos por gestão das águas ou gestão de recursos hídricos? Estamos analisando o texto que nos foi apresentado: "Água e terra sob os aspectos das atividades humanas nos espaços urbano e rural". Muitas vezes, o termo gestão de recursos hídricos é erroneamente entendido como um conjunto de medidas e ações que visam à redução do desperdício de água. O enfoque está mais voltado para o uso racional da água, para a diminuição do desperdício. O enfoque dessas medidas fundamentais normalmente é dirigido a partir dos corpos d'água, considerando a água lá existente, ou seja, é dirigido às calhas dos rios e da água captada dessas calhas.

Não há uma visão ampla sobre o significado de bacia hidrográfica. Essa abordagem refere-se à eficiência do uso racional da água, após ser captada em manancial superficial ou subterrâneo. Essa eficiência é traduzida pela redução de perdas, de desperdício, pela reciclagem da água, buscando a implementação de programas que incentivem ações nesse sentido. O uso racional da água enquadra-se como um dos componentes da gestão, referindo, nesse caso, ao que denominamos gestão do uso, da demanda.

A maior parte dos conceitos e das formas de trabalhar com gestão da água enfocam a gestão do uso, da demanda, ou seja, da água retirada dos rios e utilizada por indústrias, irrigantes e consumo doméstico. Mas, com essa reflexão, também estamos querendo chamar a atenção para o termo "gestão" da água, que deve ser considerado parte integrante e fundamental do conjunto de medidas e ações, em dois pontos essenciais: o primeiro é a colheita da água das chuvas; não desperdiçar a água que cai no espaço da bacia hidrográfica, na sua área de contribuição ou de drenagem, seja por meio da interceptação, seja por meio da captação, seja por meio da redução do escoamento superficial ou do aumento da infiltração da água no solo.

O segundo ponto está relacionado com o ordenamento do uso e da ocupação do solo, que ontem também foi mencionado aqui. É fundamental haver um disciplinamento adequado, o ordenamento do uso e da ocupação do solo, das atividades econômicas que lá existem, considerando-se toda a área de contribuição ou de drenagem da bacia hidrográfica. É claro que, nesse conceito, também devem estar inseridas as questões relativas à qualidade e à quantidade de água.

Esta foto, feita no Município de Monte Azul em setembro de 2002, mostra um tributário, um córrego do rio Verde Grande, no Norte de Minas. Quero chamar a atenção para a importância dos instrumentos que trabalham com a gestão da oferta. Inicialmente, falamos que a gestão da água está especialmente direcionada para a gestão do uso e da demanda, da diminuição dos desperdícios, mas existe o outro lado dessa equação, que é a gestão da oferta ou da produção de águas.

A pergunta que fazemos é: "qual é a eficácia do instrumento de cobrança de uso da água nessa situação? Qual é a eficácia do instrumento outorga numa situação de total escassez?". Esses instrumentos de gestão são extremamente importantes, são fundamentais - repito -, mas também temos que trabalhar esse lado da equação, que se preocupa com a gestão da oferta, com a forma de aumentar a vazão, com o equilíbrio da vazão dos corpos d'água, que hoje estão desequilibrados. Vemos escassez pronunciada no período de estiagem e enchentes frequentes no período de chuvas. Portanto, o conceito de gestão da água implica estes dois lados da equação: a gestão da oferta e a gestão do uso ou demanda de água na bacia hidrográfica, onde ela é disponibilizada e captada.

É essa a reflexão que inicialmente nos propusemos fazer, mas vamos tentar exemplificá-la melhor.

Aqui também podemos representar a bacia hidrográfica como um triângulo, ou melhor, como um funil, em que diversas áreas de entrada constituem toda a sua área de contribuição. Ao contrário, toda bacia tem uma única saída, que é a foz do curso d'água, do rio, do córrego, etc.

Nessa área geográfica da bacia incide a influência do clima, da precipitação, do calor. Os recursos naturais, como já falamos, interagem, são interdependentes, mas ainda existem as atividades antrópicas ou econômicas - agropecuária, barragem, industrialização, mineração, urbanização -, que produzem efeitos nos recursos naturais. O homem modifica o meio ambiente, e o resultado disso é revelado tanto na qualidade quanto na quantidade da água. Por exemplo, há um aumento de sedimentos, de resíduos tóxicos principalmente na vazão do rio. Então, percebemos a bacia hidrográfica como todo esse conjunto e devemos trabalhar especialmente as atividades antrópicas que lá se realizam.

Mostraremos rapidamente os principais problemas e as principais causas antrópicas que afetam a quantidade e a qualidade da água. Citarei alguns exemplos. Um deles é o crescimento urbano e o uso e ocupação do solo desordenados. De 1994 a 2000, a "Folha de S. Paulo" relatou a dizimação de uma pequena floresta em São Paulo devido à expansão urbana desordenada. Os resíduos sólidos, a deficiência no saneamento ambiental e o lançamento de esgotos são problemas que afetam diretamente a qualidade da água dos nossos mananciais. Outro problema são as estradas. Talvez Minas Gerais seja um dos Estados da Federação com maior número de estradas, que são canais abertos, onde o escoamento superficial é muito intenso. Além disso, há um grande arrasto de sedimentos. Como mostra esta foto, o destino dessa enxurrada, dessa água com sedimentos, é sempre um córrego e um ribeirão. Então, esse problema ocorre de maneira muito grave nas estradas. O desmatamento e as queimadas, que expõem o solo à ação dos processos erosivos devido ao escoamento superficial, são um problema gravíssimo e infelizmente comum em diversas regiões brasileiras. Outro problema é a erosão do solo como consequência desse escoamento superficial e de uma atividade às vezes malconduzida; a supressão da vegetação ciliar e a utilização indevida dessas áreas de preservação permanente. Então, constatamos não somente o problema do desmatamento, mas também a utilização indevida de locais que deveriam estar protegidos. Abordamos aqui as consequências, como o assoreamento de corpos d'água e a degradação de margens, como reflexo dessas principais causas.

Outro efeito é a contaminação de corpos d'água com substâncias tóxicas e resíduos orgânicos; portanto, o que ocorre no ambiente da bacia reflete no corpo d'água, na quantidade e na qualidade da água.

Outro fator frequente infelizmente é o aumento de enchentes. Com a mesma chuva, de 50mm, 70mm ou 100mm, a cada ano que passa as enchentes estão mais frequentes e a vazão cada vez maior. Um exemplo é o ribeirão da Mata, próximo a Belo Horizonte. Dados mostram que, nas três últimas enchentes, a vazão de água que passa por esse ribeirão tem aumentado numa chuva de mesma intensidade. Isso significa que a área de contribuição da bacia está cada vez mais impermeabilizada. Quer dizer, a água tem cada vez mais dificuldade de infiltrar-se, aumentando o escoamento superficial.

Outra consequência muito grave, que dificulta extremamente a eficácia dos outros instrumentos de gestão de recursos hídricos, citados anteriormente, é a transformação de cursos d'água perenes em efêmeros ou intermitentes. Por exemplo, a foto da direita mostra um curso d'água com uma exuberante mata ciliar.

Nesta Casa, tive oportunidade de ouvir uma autoridade brasileira dizer que o problema do rio São Francisco é o assoreamento e a falta de mata ciliar. Isso não é verdade. Há um conjunto de medidas que precisam ser implementadas no âmbito da bacia para resolvermos o problema da quantidade e da qualidade da água.

Aquilo lá é um exemplo claro, pois temos um curso d'água com mata ciliar, mas sem água.

Já passando para a etapa de proposições, procuramos dar, nesta transparência, enfoque à importância dos comitês de bacias hidrográficas, das políticas públicas participativas e, principalmente, complementares. Temos as leis ambientais, a lei de licenciamento ambiental, que precisa estar em sintonia com a lei de recursos hídricos. O comitê de bacia hidrográfica precisa estar próximo dos COPAMs regionais.

A transparência mostra os diversos contextos e as diversas dimensões, em todos os âmbitos da Federação, com os diversos atores. No caso em foco, os comitês, os usuários, a sociedade, as instituições públicas, precisam se articular cada vez mais e trabalhar em políticas públicas que atendam a esses aspectos.

É preciso estimular, cada vez mais, a participação social. Na transparência, vemos um exemplo de uma comunidade mobilizada na beira de um rio, reforçando a idéia de que a questão precisa ser debatida pela população.

Na seqüência, mostramos várias medidas e ações que precisam ser integradas, enfocam tanto a questão do uso, principalmente os desperdícios, como também medidas e ações integradas que enfoquem a educação ambiental, o ordenamento do uso do solo, o controle do escoamento superficial, o aumento da cobertura vegetal do solo, o controle dos focos de poluições orgânica e inorgânica, o uso do sistema de produção, em consonância com as condições edáficas e as leis e normas ambientais, como o saneamento básico, por exemplo.

Abrindo um parêntese, vale a pena enfocarmos a importância do espaço rural para a gestão das águas. Na transparência, vemos o censo agropecuário de 1996. Verificamos, no gráfico, que, em Minas Gerais, e isso se repete praticamente em todo o Brasil, mais de 70% do espaço geográfico é constituído pelo espaço rural, o que significa que mais de 70% das chuvas caem no meio rural. É, então, nesse espaço, em termos

quantitativos, que se faz com mais eficácia o trabalho de colheita de chuva e da infiltração da água no solo.

No que se refere ao aspecto qualitativo, é também no espaço rural que se encontram os ecossistemas e os agrossistemas naturais. São mais aptos a evitar o escoamento superficial e a facilitar a infiltração da água no solo. É também no espaço rural que existem as nascentes, as veredas, os cursos d'água e as minas.

Diria, então, que o espaço rural tem uma importância fundamental para uma boa gestão dos recursos hídricos.

Vemos, na próxima transparência, exemplos de proteção de nascentes, o que não significa apenas a proteção do olho d'água, mas do seu entorno. São duas fotos que exemplificam isso, reforçando que a área de contribuição deve ser preservada e manejada.

Em seguida, vemos o terraceamento, que é a prática de conservação de solo e da água, evitando o escoamento superficial. À frente, há uma bacia de captação de enxurradas e uma outra coletando as águas de chuva. Mais à frente, temos os terraços e as bacias, demonstrando que retêm essa água e facilitam a sua infiltração. Logo em seguida, há o exemplo de uma atividade humana, no caso, rural, com prática de conservação de solo e água, convivendo com um ambiente devidamente protegido e preservado.

Finalizo, mostrando uma bacia hidrográfica, esquematicamente demonstrada, revitalizada por esse conjunto de ações integradas, que procuram trabalhar tanto com a gestão da demanda, quanto com a oferta. Nela, temos o controle de escoamento superficial, o saneamento básico, o crescimento urbano ordenado, cultivos orgânicos, a ampliação da cobertura vegetal, a conservação do solo e da água, a recuperação de pastagens, atividades de lazer, de turismo, de pesca e corpos d'águas saudáveis e em quantidade satisfatória.

São essas as reflexões que gostaria de trazer. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Tales Heliodoro Viana

Senhoras e senhores, Srs. Deputados, antes de mais nada, é um prazer estar aqui. Vou dar-me o direito de ler um breve relato de quarenta e poucas páginas, o qual tive o prazer de fazer, uma vez que estou substituindo uma pessoa difícil de ser substituída, o Dr. Valter Vilela. Pensamos que a nossa experiência na COPASA poderá levar-nos a trazer algumas considerações de ordem geral ao pleno exercício do direito de cidadania, na resolução dos nossos problemas ambientais.

Não pretendo ser demasiado técnico ou demasiadamente preso a dados científicos, pois, nos dias anteriores, suficiente informação técnica foi repassada, tanto nas palestras, nas discussões, quanto nos diversos "stands" montados - o Ênio acabou de nos "dar um banho" em uma série de técnicas -, mas quero crer ser necessário relembrar a quantidade de água potável disponível no planeta. Se tomarmos como representação de toda a água existente no mundo, uma garrafa de água de 1,5 litros, o volume de água disponível potável em termos de rios e lagos, de possível utilização, não representa mais que uma simples gota, em torno de 0,0007% do volume total. A questão da água é muito séria. Ela não é só uma questão política, mas uma questão financeira, de sobrevivência da nossa espécie. Isso é o mais importante.

A água não acabará, - ela continuará. O grande problema é que, ao continuar, estará nas piores condições possíveis. Essa condição em que vai se encontrar é justamente o que impedirá a nossa espécie de sobreviver. Não é catastrófico, está na cara. Na natureza, dois e dois também são quatro, e isso vai acontecer de forma inexorável.

Desde os primórdios da nossa civilização, em torno de 200 mil anos atrás, quando apareceu a nossa espécie - vamos dizer - de forma gregária, o homem tem corrido atrás da disponibilidade de recursos. Ele não saiu da África para passear, saiu procurando outros recursos. Nessas idas e vindas, foi criando muitos laços, tanto parentais quanto ambientais. A espécie humana tomou seu curso evolutivo perseguindo sempre as melhores condições de sobrevivência, em função da disponibilidade dos recursos ambientais disponíveis. Com isso, surge a visão antropocêntrica do universo. Nasce, quase ao mesmo tempo, com o uso do raciocínio pela espécie humana. Começamos a pensar, e nos achamos o centro do universo. As religiões ocidentais endossam e estimulam essa visão antropocêntrica, e dessa forma produziram, através dos tempos, uma forma distorcida de encarar as inter-relações da espécie humana com o meio ambiente.

O homem tudo pode e tudo deve. O ambiente deve adequar-se a ele, e não o contrário. O homem deixa de ser o agente partícipe para ser apenas o pseudomandatário que irá determinar o que é importante e o que não é, em se tratando de meio ambiente. Esquece-se de que, em última instância, o homem é o agente modificador do ambiente e o único que pode, de alguma forma, resolver e criar seus próprios problemas.

Em contrapartida, as religiões antigas nos davam uma visão muito diferente da nossa relação com o ambiente.

Então surge no primeiro momento a teoria de Gaia, que só foi descrita como teoria no século passado, mas que já estava embutida e infiltrada no senso comum das grandes religiões: o universo é um ser total que pulsa em uníssono. Essa visão dava conta de que - e em termos atuais sabemos disso - a tendência no universo é sempre gastar a menor energia possível para se atingir o equilíbrio.

Dessa forma, surge junto com todos aqueles pensamentos anteriores a teoria da inocência da natureza, ou seja, a natureza como uma coisa bonitinha, mas não é assim que funciona. Esse romantismo nos leva a encarar a natureza de uma forma, além de piegas, pouco responsável.

Quando as populações humanas eram reguladas de forma mais contundente pelas disponibilidades naturais e pelas relações ambientais, sua ação sobre o meio ambiente, apesar de na maior parte das vezes ter sido nefasta, era pontual e restrita, bem como limitada pela nossa capacidade tecnológica. Os efeitos eram minimizados, o que permitia aos sistemas, seguindo o seu próprio curso, reagir, e, dessa forma, havia sempre a possibilidade de que o estado de equilíbrio fosse novamente atingido.

As nossas necessidades energéticas fizeram encarar as matas como fontes inesgotáveis de matéria-prima e energia. O que fez com que as florestas e matas fossem vistas como fontes de subsistência e produção energética. Dessa forma, as suas outras funções, quais sejam, as ambientais, foram relegadas e esquecidas. E pagaremos, como espécie "Homo sapiens", um alto preço por essa atitude.

Necessitamos urgentemente mudar o paradigma da visão antropocêntrica, usar os conhecimentos e relatos históricos como forma de nos adequarmos ao ambiente e assim permitir a nossa sobrevivência e a da diversidade biológica do meio que nos circunda.

Voltamos um pouco na história, 2.000 a.c. - Idade do Bronze -, a retirada e o mau uso das florestas já era considerado um crime.

- Grécia, Aristóteles.

- Fim da idade do bronze.

- As florestas são importantes demais para serem deixadas à complacência voluntária, uso de magistrados para cuidar das florestas. E, hoje, os Promotores estão tentando fazer o que foi pregado há 2.500 anos.

- Adoção de leis para proteger e regular os usos das matas. Àquela época essas leis já haviam sido adotadas, e nós não aprendemos isso até hoje.

Relatos da região de Veneza, 1.600 d.C.:

- Giuseppe Paulini - fala sobre a retirada das matas, a exposição abrupta das neves ao sol e a baixa contenção das chuvas, carreando detritos, destruindo as terras de pastagem, cidades e propriedades, carreando tudo para o mar, e tudo sendo depositado no fundo da lagoa.

- Enchentes e assoreamentos causados pelo desmatamento.

Inglaterra, 1.600 d.C.:

- Promulgação de leis que visam regular a exploração de seus suprimentos de madeira.

- Recuperação e plantio de bosques e mudas.

Se eles não tivessem o carvão mineral, com certeza teriam acabado com absolutamente tudo, se é que não acabaram.

Estados Unidos, século XIX, 1.900 d.C.:

- Increase Lapham - "Os efeitos do desmatamento das regiões florestais sobre as nascentes, rios e a precipitação pluviométrica, bem como a ação sobre os ventos e a modificação do clima". Ele já dizia que isso acontecia em 1800, e já faz 200 anos.

- Em 1850, 25% da área total dos EUA eram densamente arborizadas, em 1870 caiu para 15%.

A situação do Brasil era a seguinte: Pero Vaz de Caminha, "em se plantando tudo dá". Mas para plantar, primeiro tem de arrancar, e foi isso que fizeram.

- Inicia-se a retirada do pau-brasil.

- Inicia-se o plantio da cana-de-açúcar no Nordeste.

- Migração da cultura para o Sudeste.

- Início do plantio do café.

- Desmatamento da mata atlântica do Sul.

- Migração das culturas para o Sul.

- Início da pecuária extensiva.

- Avanço sobre o cerrado.

- Avanço sobre a Amazônia.

Tirou-se da Mata Atlântica 92,5%; do cerrado, 80%; e da Amazônia, 13%. Hoje, temos 7,5% da Mata Atlântica; 20% do cerrado e 87% da Amazônia.

Não conhecemos absolutamente nada de nossa constituição em termos de espécies, ou seja, somos completamente leigos a esse respeito.

Não temos que nos preocupar apenas. Temos, na verdade, que nos ocupar da manutenção e da ampliação desses recursos, que são, sem sombra de dúvida, únicos, e cuja preservação será também a da nossa civilização, como a conhecemos.

A COPASA, nesses quase 30 anos de existência - se contarmos os órgãos que a antecederam -, herdou a mentalidade dos construtores da nossa cidade. Belo Horizonte é paupérrima em recursos hídricos, apesar de alguns dizerem o contrário. Toda nossa água vem dos municípios à nossa volta. Nossas captações, Cercadinho e Barreiro, são insignificantes perto do consumo da população, não representando nem 0,5%.

Com isso, herdamos as seguintes áreas de proteção: do Barreiro, com 880ha; de Fechos, com 1.074ha; da Mutuca, com 1.250ha; do Cercadinho, com 151ha; do Catarina, com 387ha; de Taboões, com 247ha; do Rola Moça, com 112ha; do Bálamo, com 391ha; do Rio Manso, com 9.000ha e de Serra Azul, com 3.200ha. São cerca de 17.000ha preservados na região metropolitana.

Além dessas, há outras reservas em Diamantina, Montes Claros, Pedra Azul e Medina, que também são importantes em termos ambientais, para Minas Gerais, e constituem 23.297ha preservados. Fizemos um processo de recuperação na região de Serra Azul e Rio Manso e estamos fazendo o mesmo na região de Pedra Azul e Medina.

Não adianta ficar aqui procurando culpas e levantando erros do passado. Temos consciência da fragilidade de nossos ecossistemas e não mediremos esforços para, a cada dia, melhorá-los e ampliá-los, tendo em vista não apenas a visão cartesiana da mata como fonte de água,

mas também a visão ambientalmente ampla de que temos como grande aliada uma riqueza de biodiversidade ainda desconhecida da espécie humana e que pode ser fator de sobrevivência da nossa espécie no futuro.

Não podemos apenas apontar fatos históricos, precisamos agir a cada momento, pois não temos tempo a perder. O futuro já bateu às nossas portas e clama por ações isoladas e em conjunto, que nos permitam banir de vez a visão tosca que nos levou à condição atual de precariedade das condições das nossas florestas e reservas de água.

A visão da bacia hidrográfica tem norteado nossas ações, e o trabalho não tem sido inglório; mas muito há que se fazer dentro de cada casa, quarteirão, vila, cidade e propriedade.

Sabemos que as matas propiciam as recargas dos aquíferos, pelo seu efeito esponja, que acontece quando a água vai se infiltrando e recarregando os nossos lençóis subterrâneos, permitindo, dessa forma, a perenidade dos nossos mananciais.

Qual de nós desconhece a importância das matas na preservação dos aquíferos? Temos essa noção já da tenra infância, mas não aplicamos esse conhecimento em nossas casas, em nossos jardins.

A situação energética com que nos deparamos há alguns anos - e corremos riscos de viver isso novamente por causa da situação caótica em que se encontram os mananciais no Sul do País - não é, na verdade, um grande retrato de todas as asneiras que fizemos? Quem conhece Blumenau lembra-se da grande enchente ocorrida na cidade. Ora, todo o rio Itajaíçu foi desmatado à montante para fazerem-se tacos.

Então, de um pranchão de madeira fazia-se taco. Isso era muito comum nessa região. Eles pagaram e continuarão pagando um alto preço pela ignorância do agir. A Pampulha não é fruto do aporte de nutrientes, de forma descontrolada, sobre o manancial? Há um parque onde existia um espelho d'água. Lembro-me muito bem da Ilha dos Amores na Pampulha, que hoje é a Passagem dos Amores.

Hoje o efeito estufa é cantado em prosa e verso. Dizem que isso é muito bom para comprar crédito de carbono, mas a água absorve seis vezes mais carbono que as florestas. Então, se fertilizará a água, para transformá-la em algo poluído, a fim de que absorva carvão para fazer dinheiro.

Temos de parar para pensar se vale a pena arrancar uma mata original para introduzir uma de eucalipto, que recupera mais carbono da atmosfera, mas arrasa com a biodiversidade.

Essa mentalidade curta tem sido aliada da devastação que fazemos ao permitir o asfaltamento das ladeiras das ruas em nossas cidades. A mentalidade do asfalto é nefasta para a qualidade da água dos rios, como se não bastasse o calor que esse tipo de pavimentação absorve e irradia.

As nossas cidades são a demonstração cabal de como não deveriam ser, dispensando quaisquer comentários sobre monstros nos quais as transformamos.

As estradas secundárias por esse interior afora são anualmente patroladas, e as enxurradas são jogadas para as valetas, ao invés de serem armazenadas em pequenas represas ao lado dos caminhos.

Algo tão simples e que nos permite guardar a água e possibilitar sua infiltração no solo não é feito, pois queremos ficar livres das águas o mais rápido possível.

Plantios e recuperação de áreas de preservação e incentivo às práticas ecológicas e de conservação e recuperação da vegetação e solos devem ser nossos aliados nessa luta pela sobrevivência. Para tanto, um grande apoio deve ser dado aos órgãos da administração direta e indireta, tais como o IMA, o IEF, o IGAM e a EMATER, que conosco têm trabalhado incansavelmente na recuperação dos nossos mananciais por toda esta Minas Gerais, por meio do programa Sistema Integrado de Proteção aos Mananciais - SIPAM.

A COPASA está implantando esse sistema. Atualmente, temos uma capacidade de até 20 mil litros por segundo, o que atenderia às nossas demandas na Capital até o ano 2020, caso os nossos mananciais sejam mantidos íntegros, o que nos custa um absurdo. São Paulo está passando por apertos enormes, porque deixaram que a cidade avançasse sobre os mananciais. Fotos aéreas nos mostram que serra Azul e rio Manso são verdadeiras ilhas de preservação naquela região. Onde há uma poça de água, todos desejam comprar o terreno para colocar um barquinho. Isso é terrível para o meio ambiente.

Precisamos manter programas institucionais para a preservação das matas, com educação ambiental nas escolas e voltada também para as populações do entorno das áreas. Não basta cercarmos as áreas e colocarmos polícia. Temos de informar à população sobre o que é importante e como poderá colaborar com esse trabalho. Têm de ser firmados convênios para a produção de mudas com o IEF e com outras instituições e convênios de estudo com a PUC, com a UNIMONTES, com o CETEC e com outras instituições de pesquisa. Essa tem de ser a nossa visão de futuro. Temos de pesquisar. Dispomos do conhecimento e sabemos como resolver os problemas, pois os nossos cientistas estão estudando e trabalhando. Precisamos trabalhar juntos, senão não resolveremos a questão ambiental.

Essa é a reserva do Barreiro. Já ouvimos falar do bairro, mas não sabemos que há essa mata tão próxima. Essas são as reservas do Bálsamo e do Cercadinho, que sofre uma estúpida pressão antrópica, com toda a água de drenagem vinda do BH Shopping. De vez em quando, um caminhão limpa-fossa resolve descarregar no manancial, sem ter a menor idéia de que a água que passa embaixo será captada. Essa é a reserva do Catarina, que poucos conhecem. Essa é a dos Fechos. A próxima é da Mutuca, por onde sempre passamos de carro quando estamos indo em direção ao Rio de Janeiro. Essas são as reservas do rio Manso, do serra Azul e dos Taboões.

Vargem das Flores é uma das nossas represas que tem o menor custo de produção, com enorme avanço do espelho de água. Por isso, fazemos enormes sacrifícios para preservar, porque o manancial pode permitir a retirada de até 1.200l de água por segundo. É muita água, e não pode haver desperdício.

O crescimento de Nova Contagem e de povoados vizinhos nos deixa preocupados. Em Juramento, região de Montes Claros, vejam como fica o entorno do reservatório, pois se trata de uma área extremamente seca. Lá, levamos os professores para dentro de nossas unidades a fim de conscientizá-los. Além disso, fazemos pesquisa de campo e produção de mudas para recuperar nossas reservas. Aí está Pau da Fruta, em Diamantina.

Pesquisa, investimento, bom-senso, devem ser a tônica dos trabalhos de recuperação e manutenção de nossas reservas biológicas, principalmente dos nossos rios. Conclamamos todos os presentes à realização de um trabalho sem par neste País.



Que Minas possa ser o exemplo de trabalho e desenvolvimento na proteção, recuperação e manutenção dos nossos mananciais. Vamos, juntos, trabalhar na recuperação de nossas matas e de nossos rios. Um não existirá sem o outro, e nós não poderemos existir sem eles. Somos a única espécie que pode modificar, de forma inteligente, a situação que hoje se apresenta.

Não fuja das necessidades imediatas de mudar esta triste situação a que a "caixa de água" do Brasil foi submetida pelas gerações que nos antecederam. Essa convocação não constitui um ato de desagravo aos que nos antecederam nesta terra, mas um chamado de alerta aos que hoje detêm o poder de decidir e àqueles que detêm a capacidade de reagir e, dessa forma, transformar o que precisa ser transformado. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador (Sr. Maurício Andrés Ribeiro) - Deputado Márcio Passos, Presidente da Mesa; expositores, parabeno os organizadores deste fórum pela escolha do tema. A gestão das águas é a mediação dos conflitos de interesses entre seus vários usuários, buscando soluções sem violência. No Brasil, ainda estamos engatinhando nesse processo. A própria lei da política nacional de recursos hídricos é muito recente - 1997. Pela iniciativa, estão de parabéns a Assembléia Legislativa, o IGAM e o Fórum de Comitês de Bacias de Minas Gerais. A ata deste seminário legislativo, contendo a transcrição completa das exposições e debates, será publicada no jornal "Minas Gerais", "Diário do Legislativo", na edição do dia 9 de abril. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do seminário, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão pela qual haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A reprise do seminário será exibida pela TV Assembléia nos seguintes dias e horários: as exposições do dia 22 de março da parte da manhã, no dia 24 de março, quinta-feira, às 14 horas; da parte da tarde, no dia 25 de março, sexta-feira, às 14 horas; as exposições do dia 23 de março da parte da manhã, no dia 26 de março, sábado, às 12 horas; da parte da tarde, no dia 27 de março, domingo, às 12 horas. Os participantes poderão formular perguntas, que podem ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos, sucintos e dispensem a formalidade de saudações. Cada um terá até 3 minutos para fazer sua intervenção, e o tempo para resposta será o mesmo.

#### Debates

O Sr. Coordenador - Passarei aos palestrantes as duas questões que chegaram por escrito. A primeira pergunta é de Alcione Ribeiro Matos, para o Dr. Luiz Alberto Alves. "Qual é o minério em exploração de ouro e subproduto prata em Paracatu? Poderia fazer uma comparação entre o passivo ambiental de mineração de ouro a partir da arsenopirita em Nova Lima e Santa Bárbara, minerações mais antigas, e o passivo de Paracatu?"

O Sr. Luiz Alberto Alves - Nosso minério é composto basicamente da rocha matriz, o filito grafitoso. O ouro está associado a quartzo e sulfetos, principalmente pirita e, em menor escala, arsenopirita. O ouro é extremamente fino, nunca visto a olho nu, e não encontramos nem sequer amostras de pepita.

Não saberia responder à segunda pergunta de forma comparativa, pois não possui as informações das outras empresas. Em nossa empresa, o foco do trabalho é no futuro. O plano de fechamento já contempla todo um trabalho a ser feito de acordo com o parecer de especialistas, consultores e órgãos oficiais, que nos garantem que estamos traçando um futuro tranquilo com relação ao passivo atual. Isso envolve recuperação de área degradada, deposição de rejeitos, seleção e destinação correta de resíduos, etc. Temos uma avaliação bastante realista do que está sendo feito e do que devemos fazer até o final de nossa vida útil. Hoje, nosso plano de fechamento contempla gastos finais de US\$32.000.000,00, valor que provisionamos a cada mês.

O Sr. Coordenador - A segunda pergunta é dirigida ao Sr. Ênio Resende de Souza. "Como o senhor analisa os papéis do produtor rural no processo de captação, conservação e aumento da oferta da água em qualidade e quantidade?"

O Sr. Ênio Resende de Souza - A participação dos produtores rurais na gestão das águas é de fundamental importância, principalmente na gestão da oferta. Alguns colegas consideram o produtor rural como o ator principal no palco das águas, pois nas propriedades rurais estão as áreas de preservação permanente, as áreas de reserva legal e as áreas produtivas, como os agrossistemas de pastagens e de lavouras, que são áreas privilegiadas no sentido de proporcionar boa infiltração da água no solo, abastecendo o lençol freático, aumentando e mantendo as minas e nascentes e regularizando a vazão dos cursos de água. O produtor rural deve ser, cada vez mais, beneficiado e inserido na questão da gestão das águas.

Acredito que essa inserção deve se dar não apenas com políticas públicas adequadas, mas também por incentivos financeiros que estimulem o produtor rural a ser o guardião dessas áreas nobres, tanto na qualidade e quantidade da água quanto na manutenção de um ar atmosférico de qualidade. Falo do benefício atmosférico das florestas, citadas pelo Dr. Tales, e da manutenção da biodiversidade. Boa parte de tudo isso está nas mãos dos produtores rurais.

Então, nós, que somos da sociedade urbana, devemos garantir que os produtores rurais realizem um trabalho eficaz, oferecendo-lhes o apoio necessário para tal. Obrigado.

O Sr. Coordenador - A terceira pergunta é endereçada ao representante da mineração. "Essa barragem é monitorada constantemente? Usam mercúrio na apuração do minério?"

O Sr. Luiz Alberto Alves - Não trabalhamos com mercúrio. O nosso produto de apuração, como disse na palestra, é o cianeto. O tratamento é realizado pelo processo de lixiviação em tanques. Há todo o cuidado com o cianeto após a lixiviação.

A nossa barragem é única, a mesma desde o início. Possui capacidade de armazenar todo o rejeito previsto até o final da vida.

O Sr. Coordenador - A outra pergunta é destinada ao representante da COPASA: "Considerando que a COPASA pagará pela água captada, e que nós pagaremos a conta da COPASA, que perde 27% da água na rede de distribuição, qual a solução para isso?"

O Sr. Tales Heliodoro Viana - Na verdade, perda ocorre em qualquer processo. Impossível imaginar que conseguiremos alguns milhões de água passando por baixo de Belo Horizonte sem que haja perdas e que as pessoas são absolutamente honestas para não arrancar o hidrômetro; mas os índices de perda do processo são baixos, dentro do esperado. Ressalto que hoje a COPASA é uma das detentoras das melhores técnicas de tratamento de água.

A questão da distribuição aflige todo o mundo. Todos têm perda no processo de distribuição de água. Por mais que os medidores sejam calibrados, há erros estatísticos, conhecidos por todos. A COPASA trabalha proativamente contra a retirada do hidrômetro das casas e contra os "bypass" que são feitos. Isso gera prejuízo. A empresa perde: produz e não fatura. Na verdade, ela vende o processo de tratamento. Hoje grande parte do custo da COPASA se refere à energia elétrica, pois o custo com produtos químicos usados para tratar a água é de 5% apenas.

As perdas são inerentes ao processo, não há como evitá-las.

Bom, se não pagarmos a conta da COPASA, quem a pagará? Sempre digo aos meus alunos da pós-graduação que "de graça, Deus fez o mundo para levar em defunto". Temos de pagar pela água, pois se trata de um bem nobre. Esse pagamento deve ser justo. Até hoje a COPASA tem uma das águas mais baratas do Brasil; está no "site" da ABES. E ainda brincamos de lavar as ruas e os carros com água clorada e fluoretada. Isso é impensável. Antes de a preocupação ser em pagar R\$2,00 ou R\$3,00 a mais, devemos preocupar-nos em usar melhor esse dinheiro; é mais inteligente. Pensando inteligentemente como usar a água, diminuiremos esse possível gasto.

O Sr. Coordenador - A Sra. Alcione Ribeiro Matos fez um comentário endereçado ao Dr. Ênio: "O senhor citou a mobilização popular para a revitalização e a preservação de uma bacia hidrográfica. Cito a educação ambiental, com todas as suas faces: formal, informal, eventos, oficinas, jogos, prêmios, publicações, etc.".

O senhor deseja comentá-lo?

O Sr. Ênio Resende de Souza - É com grande alegria que comento as lúcidas observações da colega Alcione. Destacamos que é importante as políticas públicas, as práticas de conservação do solo e da água contarem sempre com a participação, com a mobilização da população. Todos, especialmente nós, da EMATER, assumimos certa militância, certo envolvimento com esse tipo de ação. Como lembra a Dra. Alcione, nem sempre isso é feito formalmente, por meio de instituições de ensino. Às vezes se dá por intermédio de uma educação não formal, de realização de oficinas, de premiação, como ocorreu hoje aqui, quando a FEAM premiou jornalistas. Todas as maneiras de levar a cabo a mobilização e a educação ambiental são legítimas, nobres, e devem ser cada vez mais potencializadas, a fim de garantirmos a participação efetiva da população.

Temos experiências com obras governamentais, nas quais muitas vezes são feitos grandes gastos; logo, sabemos que, se a população não se achar dona da obra ou do serviço, se não se vir como participante, se não se envolver, a obra ficará abandonada. De acordo com nossa experiência, essas ações devem ser construídas com a população, a fim de que ela se sinta dona ou participante da obra. Isso vale para a preservação de nascentes, a recuperação de matas ciliares, enfim, para todas as obras e serviços implementados em uma bacia hidrográfica. Em meu entender, todas elas devem contar com um grande envolvimento da população. Você está muito correta em suas observações.

O Sr. Paulo Romano - Apreciei muito as apresentações. Quem esteve aqui pela manhã assistiu à minha manifestação; reitero que o título se refere à água e à terra, isto é, à água e ao solo. É muito importante tudo o que foi falado. Todavia, aproveitando a presença do representante da ANA, novamente farei uma ressalva. Persistentemente, apesar de algum avanço conceitual, continuamos discutindo a questão da água tendo em vista a demanda, e não a perspectiva da oferta. Seria fantástico um seminário que tratasse realmente da cultura da paz, pelo menos não estaríamos aqui com o sentimento de culpa, tratando apenas da cultura do desperdício. Aliás, sentimento de culpa não combina com paz. Temos de falar da perspectiva de oferta, de abundância, e não de escassez. Estamos presos à perspectiva de escassez. No entanto, temos de sair dessa marra e, de acordo com a inteligência do homem, trabalhar com o pensamento de que é possível ter a recomposição mínima do ciclo hidrológico. Repito: penso que o maior dano ambiental que existe sobre a terra - e vamos falar de Minas Gerais, pois nos interessa - é a ruptura do ciclo hidrológico. Isso vai desde a fase meteórica à fase seguinte, quando a água é abrigada no solo. No aconchego do solo ela se infiltra e se filtra. Na verdade, é dramático saber que se refere a 7% da mata atlântica e a 20% do cerrado. Todavia, trata-se de uma realidade, não vamos replantar o cerrado. Não há aqui ninguém do setor produtivo. O Ênio faz parte do Governo, é um excelente representante da EMATER, mas não é um agente, como o Luiz Alberto, da mineração. Pela manhã havia também um representante da USIMINAS. O representante da COPASA está aqui.

Em síntese, precisamos fazer essa agenda. Como trazer os agentes do meio rural? O produtor rural e os municípios não tratam o esgoto. Desconheço o déficit da COPASA. Não temos mais o que discutir sobre a agenda global, mas as agendas locais devem ser feitas e executadas.

Cultura de paz, que combina com gente, não é feita entre instituições. Cultura de paz tem o lado da emoção. No lado racional, leis e instrumentos estão prontos. Precisamos de pessoas cuidando da água, e já temos, em Minas, vários projetos desse tipo, que são muito bons. É o contraponto ao esforço institucional. Fazer mobilização é mais que promover educação ambiental. São pessoas, cada uma no seu momento e lugar, cuidando melhor da água. Muito obrigado.

O Sr. Tonhão - Meu nome é Tonhão. Sou do Movimento Verde de Paracatu. Hoje cedo fizemos aqui algumas considerações e volto a falar sobre a questão das estradas rurais, como abordado pelo Sr. Ênio, que complementa a fala do Sr. Paulo Romano sobre os produtores de água. Na bacia de Paracatu, temos aproximadamente 100.000km de estradas rurais que, se transformados em hectares, dariam uma quantidade razoável.

A EMATER e a COPASA mostraram isso. Como estamos no Legislativo, talvez consigamos algum encaminhamento a fim de colocar alguns Prefeitos contra a parede. Além das estradas rurais, temos não sei quantas centenas de áreas devastadas por extração de cascalho para arrumar estradas rurais. Alguns Prefeitos pegam uma pá carregadeira, um trator de esteira, vários caminhões e entram no rio para tirar cascalho e areia, que são levados para a Prefeitura. E fica por isso mesmo.

Gostaria de aproveitar a presença do pessoal da COPASA para falar sobre uma área de preservação de 22.000ha, em Paracatu. Existe um decreto. A COPASA tinha que aproveitar a oportunidade e, juntamente com o Sr. José Carlos e com o pessoal do IEF, tentar mudar esse decreto para uma área de preservação ambiental, para que pudéssemos fazer seu zoneamento e resolver, de uma vez por todas, essa situação. Do contrário, dentro de aproximadamente 5 anos, a COPASA terá de buscar água a 50km de distância, no São Marcos, em Goiás, ou em Paracatu. É a região de Santa Isabel.

A questão do desperdício de água também deve ser lembrada. Estamos no Legislativo e temos de tomar providências. Constantemente vemos pessoas lavarem as calçadas, e esses prejuízos acabam sendo de toda a comunidade, como as Prefeituras fazem com as estradas rurais.

Aproveito para parabenizar a RPM. Sr. Luiz Alberto, estamos na luta há muitos anos. Sempre fazemos cobranças à RPM, e estamos satisfeitos com os resultados. Quem dera se todas as ações implementadas em Paracatu fossem seguidas dos cuidados que a empresa tem tido ao longo dos anos.

O Sr. Coordenador - Antes de passar a palavra ao Ênio, quero fazer um comentário, porque o Dr. Paulo mencionou a Agência Nacional de Águas. Desde o ano passado, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem definido quais são as prioridades de aplicação de receitas para implementação da política e do gerenciamento do sistema nacional de recursos hídricos. Essa é uma tarefa, uma responsabilidade da ANA. A partir desse balisamento dado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, essas prioridades têm sido implementadas.

Neste ano, houve uma consulta prévia aos comitês de bacias, como São Francisco, Paraíba do Sul, e Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ. Eles encaminharam suas prioridades, que foram incorporadas e aprovadas pelo Conselho, no último dia 21, segunda-feira. Está previsto para 2006. É muito oportuna a sua lembrança, uma vez que a visão integrada do estudo hidrológico, ao ser internalizada pelos comitês, é encaminhada como prioridade de atuação. Isso será inserido no plano da ANA.

Outra informação é com referência ao caso do produtor de águas da gestão de recursos na bacia do Jaguaribe, no Ceará. Um exemplo muito conhecido de uma bacia que tinha grande quantidade de produtores de arroz, os quais faziam sua cultura com inundação. Havia escassez de água, como existe no Ceará. Por meio de um trabalho feito junto ao comitê da bacia, optou-se por mudar a cultura de arroz pela de frutas, etc., reduzindo o consumo de água e, ao mesmo tempo, aumentando a geração de renda e de emprego naquela região. Houve uma iniciativa integrada, com a gestão das demandas e das ofertas.

Com a palavra, o Dr. Ênio Resende, que responderá à pergunta do Dr. Benjamin Duarte: "A Constituição Federal de 1988 tornou a água um bem público outorgável. Esse bem público, em grande parte, está nos domínios dos produtores rurais. O que eles têm recebido de efetivo apoio para transformar tecnologias ambientais em práticas ambientais efetivas?"

O Sr. Ênio Resende de Souza - Inicialmente, aproveitou a intervenção do Dr. Paulo Romano. Ele abordou, de forma clara e competente, não só a questão da mobilização da população, enfatizando o programa do projeto Gente Cuidando das Águas, um exemplo maravilhoso de tratar essa questão, mas também uma questão que considero fundamental. Trata-se do ciclo hidrológico e da possibilidade de o ser humano intervir positivamente nesse ciclo. Sabe-se que, em algumas fases do ciclo hidrológico, o ser humano ainda não tem uma tecnologia de como dominá-lo, como fazer chuvas ou aumentar o seu volume, etc.

Há questões fundamentais nas fases do ciclo hidrológico, como a interceptação da água da chuva, a coleta dessa água, o armazenamento da água no solo e a sua retenção. Tudo isso é possível de ser feito por meio da intervenção humana. Há inúmeras técnicas para se conseguir isso, como a cobertura morta, o plantio direto, a bacia de captação de enxurrada, terraceamento, plantio em nível e intercalação de culturas. Enfim, talvez existam centenas de práticas que podem interferir positivamente no controle do ciclo hidrológico.

Gostaria de chamar a atenção para o exemplo do Dr. Paulo Romano, porque aqui há muitos Presidentes e integrantes de comitês de bacias. A situação mais clara de uma bacia hidrográfica degradada é a diminuição do volume de água no período de estiagem, a redução da vazão no período de estiagem e o aumento freqüente da vazão no período de cheias.

Esse é um sinal claro de uma bacia hidrográfica degradável, o que, infelizmente, temos visto bastante. Neste Plenário, foram feitas inúmeras discussões sobre a transposição do rio São Francisco, desconsiderando-se que esse rio é um, antes da represa de Sobradinho, e outro, depois dela. Antes da represa, é um rio natural, com pouquíssima água no período de estiagem e excesso de água no período de chuvas. Isso é um problema para os comitês de bacia hidrográfica, devendo ser resolvido mediante gestão da oferta da água, e não mediante cobrança do uso da água, outorga ou enquadramento. O Dr. Paulo abordou essa questão de forma clara.

O Tonhão mencionou o problema das estradas rurais. Muitas vezes, a agricultura é apontada como a grande culpada pelo assoreamento dos cursos d'água, da turbidez e da qualidade da água. Conforme você citou, há 100.000km de estrada de terra em sua região. Os principais causadores de assoreamento e de turbidez de água nos rios, talvez, sejam as estradas. Máquinas caríssimas, como a patrol, são colocadas nas mãos de operadores que, às vezes, mal tem o curso primário. O Prefeito manda então patrolar a estrada, agravando o problema, pois a terra permanecerá mais solta e, com a primeira chuva, será carregada pelos cursos d'água.

Será lançado o programa Caminhos de Minas, que tentará focar o problema de forma adequada. Conforme mencionou o Sr. Benjamim, do IGAM, a partir de 1988, a Constituição Federal passou a água para o domínio público. A maior parte dessas águas está nas mãos dos produtores rurais. Sua pergunta é: "O produtor tem recebido apoio para transformar tecnologias ambientais em práticas ambientais efetivas?". Infelizmente, Dr. Benjamim, muito pouco ou quase nada. Temos conhecimento de leis e decretos interessantes, mas pouco tem sido feito para que o produtor rural de fato adote as práticas rurais.

Tive a oportunidade de contribuir com a regulamentação do Decreto Florestal de Minas Gerais, cujo objetivo é fazer com que os produtores rurais adotem práticas de recuperação ambiental ou preservem as áreas de preservação permanente, reserva legal, etc. Teriam incentivos quanto às taxas, aos custos, os chamados emolumentos. O produtor rural que adotar uma boa prática de preservação de áreas, que recuperar a nascente, deve ser estimulado, pagando uma taxa reduzida da outorga, pagando a menor taxa, por exemplo, de seu licenciamento ambiental. Essa é uma forma concreta e eficaz de ampliarmos as matas ciliares, as nascentes, etc. Como simplesmente a lei determina que é obrigado a fazer, até hoje não funcionou de forma correta. Concordo que é preciso que o produtor seja contemplado, para que ele preserve e recupere o meio ambiente. Muito obrigado.

O Sr. Wagner - Sou engenheiro-agrônomo da EMATER e membro do CBH de Araçuaí.

Primeiramente, gostaria de dizer ao "Tonhão", que parabenizou a RPM pelo seu trabalho, que espero que, num futuro bem próximo, não precisemos mais parabenizar essas empresas, porque acho que preservar o meio ambiente não é mais que obrigação delas. Espero que, no futuro, todas façam isso de maneira rotineira.

Ao Sr. Tales, gostaria de dizer o seguinte: o senhor mostrou muito bem o que a COPASA vem fazendo nos 27.000ha de reserva; porém, na bacia do rio Araçuaí, temos observado que ela não tem feito muitos trabalhos ambientais. Pelo contrário, às vezes fornece água tratada, mas lança os dejetos no rio.

Gostaria de saber se não teria como a COPASA repassar uma porcentagem do que arrecada em cada município para ser aplicada em obras ambientais, como construção de bacias de retenção de chuvas e enxurradas. Obrigado.

O Sr. Tales Heliodoro Viana - O que ocorre é o seguinte: em alguns casos, como você disse, os dejetos da água que distribuimos vão para os rios, porque normalmente a COPASA não tem a concessão de esgoto da cidade. Isso é muito comum. Temos concessão de esgoto apenas em cerca de 60 cidades no Estado de Minas Gerais.

Talvez você também não saiba que 90% dos 753 municípios que são atendidos pela COPASA são deficitários. Não chega a 60 o número de municípios superavitários. Então, só a prática do subsídio cruzado tem permitido à COPASA manter o abastecimento de água em várias localidades.

Para você ter uma idéia, em Medina e em Pedra Azul, foram construídas barragens de US\$6.000.000,00, as quais dão prejuízo mensal, fora o custo de empreendimento, de R\$30.000,00; portanto os habitantes que moram em Medina e Pedra Azul são subsidiados pela água paga em Belo Horizonte.

Na região de Araçuaí, a COPASA tem feito algumas ações, no entanto a questão de aplicação de recursos é complicada. O Estado de Minas é muito grande, e a COPASA está espalhada por ele, mas priorizamos 183 municípios ou mananciais que apresentavam problemas, e já estamos trabalhando diretamente em 35. Não pude citar os dados durante a minha exposição.

Apesar de lembrar que o nosso negócio é tratar água e distribuí-la, posso dizer que hoje, para a questão ambiental, temos uma equipe de 60

peças trabalhando, mas não consigo ter 1 em cada lugar. Por isso conto com o chamado "zé da água", que nos dá apoio. Cada um dessa equipe se responsabiliza por sete ou oito cidades, o que é extremamente desgastante, porque tem de ir de um lado a outro do Estado para trabalhar.

Portanto discordo de você quando diz que a COPASA não se preocupa com a questão ambiental. Acho que você está enganado, pois os três biólogos que lá trabalham são os únicos doutorandos da COPASA hoje, e justamente nessa área.

O Sr. Antônio Cândido - Sou coordenador nacional de assuntos políticos.

Na periferia, gostaria que o sistema COPASA ou seus dirigentes fossem mais acessíveis, porque o desperdício de água é muito grande. Há pessoas acumulando água clandestina. É preciso que o custo da água seja menor; é necessário reeducar essas pessoas que vêm causando tantos danos a essa grande empresa.

Com o meu currículo de andanças, já mendiguei várias vezes à porta da COPASA para conversar e até solicitar uma audiência com o Megale, que conheço desde criança. A resposta não foi cabível, talvez por discriminação. Não estou ali com pires na mão para pedir emprego ou por solicitação pessoal, mas para apresentar um conjunto de igualdade, a fim de reeducar os moradores dos bairros, das vilas e das cidades do interior. Sou aposentado e hoje tenho tempo para tratar dessa questão. Como sou também pescador e vivo à beira dos rios, sempre observo os danos causados pela bridade da humanidade. Se houvesse um custo baixo para o pessoal que utiliza a água... Nos bairros e nas vilas, há um elemento clandestino. Por exemplo, há um sujeito da COPASA que liga clandestinamente a água para que determinado bar, restaurante ou supermercado a utilize. Esse custo se acumula, e alguém deve pagá-lo, pois a COPASA não cederá água gratuitamente a ninguém. Quer dizer, esse custo é distribuído para outros usuários.

Desejo que os senhores revejam isso. Participo desta reunião pela quarta vez. Se possível, participarei mais vezes. Se o diretor puder me receber, agradeço. Tenho bastante tempo para conversar com ele sobre isso. Serei um voluntário da COPASA, empresa pela qual tenho a maior admiração, pois é ela que faz cessar a nossa sede.

O Sr. Coordenador - Antes da resposta, apresentarei uma outra pergunta elaborada por escrito pelo Sr. Antônio Altivo, da bacia do Mucuri, Ladainha. "As nossas universidades e os institutos de pesquisa propõem soluções baratas em tratamento de esgoto e na recuperação das nascentes. Cito os projetos Barraginha, em Minas Novas, o tratamento de esgoto do sertão de Carangola, região de Petrópolis, e 12 sistemas de tratamento alternativo pela Universidade do Rio de Janeiro. Essas alternativas são baratas. Por que não divulgam essas soluções ou as incrementam no País?"

O Sr. Tales Heliodoro Viana - Primeiramente, agradeço ao colega. Não sou diretor, mas sim técnico. Por um acaso exerço um cargo de gerência. Moro a um quarteirão da favela do Taquaril. Os moradores da favela tinham água, mas eu não. Nunca telefonei para a COPASA solicitando um caminhão de água para mim. Trabalho há 23 anos nessa empresa e conheço todo mundo. Seria muito fácil agir assim. Não considero que baratear a água seja uma maneira de democratizá-la. Como o senhor disse, o bom uso e a boa educação são a fórmula. Se um caminhão da COPASA ou da CEMIG chega à periferia para mexer na rede de água ou de energia, sai debaixo de balas. Essa é a nossa realidade. Como moro lá perto e realizo um trabalho social na favela, sei bem o que digo.

Quanto à outra pergunta, respondo dizendo que as tecnologias hoje estão nos livros. Não se pode trabalhar no varejo, casa por casa. O Fantástico mostrou numa reportagem um sujeito que utiliza a água da chuva para a lavagem da sua casa. Aliás, faço isso na minha casa. Isso seria o ideal, mas infelizmente é extremamente caro. Quando chamamos a universidade para trabalhar, devemos dar-lhe condições. Na nossa ETE Arrudas, há um laboratório completo para que o Departamento de Engenharia Sanitária Ambiental realize os experimentos que desejar. Ele é subsidiado e aberto para os estudantes. Até hoje continua funcionando na Escola de Engenharia o laboratório-piloto de instalações. Por incrível que pareça, a COPASA mantém 24 horas por dia o fornecimento de esgoto para que o laboratório funcione. Logo, as tecnologias baratas são aplicadas nos lugares em que são adequadas; fora isso, é impossível.

A Sra. Alice - Sou da Comissão Pró-Comitê da Bacia do Mucuri, do Movimento Pró-Rio de Todos os Santos, do CODEMA de Teófilo Otôni.

Nesses eventos, a tônica normalmente é de reclamação e de queixa. Tenho um perfil até bem acentuado de cobrança e, às vezes, até com uma certa contundência. Hoje, num contraponto, farei dois agradecimentos, por uma questão de justiça.

Fui uma das pessoas que, ao longo dos tempos, martelaram bastante a COPASA em nossas reuniões. Muitas vezes, as nossas acusações eram tão contundentes que ficava difícil até mesmo o representante da COPASA abrir a boca. No entanto, temos de reconhecer que ela mudou, e muito. Somos testemunhas. Não temos a inocência de achar que ela, de repente, ficou boazinha, idealista ou qualquer coisa mais poética. Mudou porque, tanto quanto nós, precisa de água, e de água de boa qualidade. Com isso, tem-nos ajudado a trabalhar na busca desse objetivo.

Quanto ao Movimento Pró-Rio de Todos os Santos, a COPASA tem sido uma parceira inestimável, não só com patrocínio, mas também permitindo que os seus técnicos nos ajudem na busca das melhores soluções.

Estamos fazendo lá uma expedição, com a participação efetiva da COPASA, que foi muito importante, e que tenho a certeza de que trará resultados produtivos para a nossa região.

Deixo também esse agradecimento ao IGAM, que tem sido o nosso parceiro. Sem ele e a COPASA, não teríamos chegado até onde chegamos.

Finalizando, gostaria de saber por que vocês, da COPASA, não falam aqui do Sistema Integrado de Proteção de Mananciais - SIPAM -, do qual participamos e pretendemos continuar trabalhando em parceria. Obrigado à COPASA e ao IGAM.

O Sr. Tales Heliodoro Viana - Responderei rapidamente. Quanto ao SIPAM, citei, de maneira rápida, em minha palestra, que estamos trabalhando em 50 cidades e parte da nossa equipe que nos dá apoio em Belo Horizonte, e também da educação ambiental, está sentada aqui. Somos poucos, mas estamos trabalhando muito.

Temos 183 cidades relacionadas. Até o ano que vem, trabalharemos efetivamente em 50 delas.

Em dos primeiros movimentos que aconteceram em Teófilo Otôni - vou àquela cidade há muitos anos -, num vôo daqui para lá, um senhor me disse, textualmente, que havia comprado uma parte da montanha de Todos os Santos e que havia desmatado tudo para a criação de gado de corte. Essa é uma tradição nessa região. Se a sobrevoarem, assim como o vale do Jequitinhonha, perceberão que todas as cercas são feitas de madeira retirada da própria região. Elas não são de arame.

Hoje, simplesmente estamos pagando pela asneira que fizemos. Trata-se da quebra do ciclo hidrológico a que o Dr. Paulo se referiu. Não há infiltração. Quando chove, tudo arrebenta. Vocês acabaram de passar por uma situação extremamente complicada com as enchentes do Todos os Santos. Ele era um rio, há alguns anos, extremamente bonito, viscoso, e, inclusive, podia-se viver dele. Hoje trata-se de um grande "esgotão" que passa dentro da cidade.

A COPASA está fazendo um trabalho grande no SIPAM, investindo pesado, mas ainda temos as nossas mãos limitadas, pois somos ainda uma equipe pequena.

O Sr. Coordenador - Temos mais duas inscrições do plenário e mais duas sobre a mesa. Estamos encerrando neste momento as inscrições, devido ao tempo, mas o Dr. Paulo Teodoro, do IGAM, pede para fazer um comentário.

O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho - O elogio da D. Alice é muito bem aceito pelo IGAM. Ela fala que é uma pessoa crítica, mas suas críticas são muito bem fundamentadas e procedem de uma pessoa que trabalha para valer.

D. Alice, trabalhar com a senhora é uma das coisas mais gratificantes que temos na vida, porque sabemos que esse trabalho é reconhecido pela população e muito importante dentro do sistema, sobretudo do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, que é descentralizado e participativo. Se essa participação e descentralização fossem feitas no nível em que a senhora faz, com o grau de envolvimento que a senhora tem nas bacias do Mucuri e do rio Todos os Santos, estaríamos muito bem em relação a recursos hídricos. É por isso que o IGAM fica satisfeito e gratificado com o elogio feito pela senhora. Pode continuar usando o IGAM, buscando esse apoio, porque nosso objetivo é abrir as portas e trabalhar com pessoas como a senhora. Muito obrigado.

O Sr. Tales Heliodoro Viana - Maurício, apenas um minuto. Sr. Antônio, nossa colega Andréa pediu para lembrá-lo de que temos um trabalho sendo realizado no Aglomerado Santa Lúcia, há bastante tempo. Por quê? Porque são vizinhos da COPASA, no Santo Antônio. Além desse trabalho, é feito todo um trabalho de agentes ambientais nessas regiões periféricas da cidade pelo pessoal da COPASA. Essa questão não está sendo deixada de lado. O problema é tão grande que, às vezes, não percebemos o que está sendo feito. É como a pergunta da Alcione sobre qual seria a área verde ideal por habitante na cidade. Falar em área verde em uma cidade como a nossa é brincado. Temos montinhos de árvore e asfalto para todos os lados. Isso, na verdade, não é cidade, é um bolo.

O trabalho está sendo feito. O senhor pode procurar a COPASA; o Dr. Megale irá recebê-lo.

A Sra. Maria do Carmo - Boa tarde a todos. Ontem foi o Dia Mundial da Água, mas hoje ainda está valendo. Parabéns a todos aqueles que se preocupam com a questão da água. Sou Maria do Carmo Ruth Nunes, coordenadora interina do grupo de trabalho temático especial da Agenda 21 em Minas Gerais e cidadã de referência da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Estou aqui para entregar um documento à Presidência da Assembléia Legislativa. A sociedade civil da bacia do rio São Francisco não deseja a obra de transposição. Trouxemos dois ofícios. Em um deles, pedimos que a Presidência envie esforços para que o órgão ambiental, o IBAMA, devolva o EIA-RIMA ao empreendedor, o Ministério da Integração Nacional, por ser um documento falho e incompleto, que não fez o levantamento dos impactos a serem gerados por obra de tal envergadura em Minas Gerais, não tendo computado os futuros usos reservados da população de Belo Horizonte e o crescimento do PIB em Minas Gerais. Nesse encaminhamento, pedimos que seja indeferido o pedido de licença prévia para o projeto de transposição do rio São Francisco.

No outro ofício, pedimos à Presidência da Assembléia Legislativa que envie ofício ao Presidente da República informando-o sobre algumas coisas, porque parece que ele não sabe que Minas Gerais talvez esteja sendo mal assessorada, não sabe que Minas Gerais também faz parte do semi-árido, tal qual o Nordeste setentrional. Fazemos outros pedidos, porque Minas Gerais não pode ser prejudicada por esse projeto que está sendo levado de uma maneira com que a sociedade não concorda. Durante as consultas públicas realizadas pelo comitê de bacias no ano passado, a sociedade civil manifestou-se contra qualquer forma de transposição, porque o problema do Nordeste não é a falta de água, mas a falta de democratização do acesso à água. Muito obrigada.

O Sr. Odair Santos Júnior - Sou engenheiro civil e assessor de águas e meio ambiente da Presidência do CREA-MG. Saúdo cada um dos presentes, sobretudo a Mesa Diretora. Farei algumas rápidas considerações, haja vista o pouco tempo que nos foi concedido.

Em primeiro lugar, cumprimento esta Casa Legislativa por abrigar este evento no âmbito do Fórum das Águas do Estado de Minas Gerais, e os seus organizadores, em especial o Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Tanto esta Casa quanto o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG - são parceiros na realização deste 4º Fórum das Águas, sendo que o CREA está abrigando, nesses três dias de fórum, 17 cursos sobre os mais diversos tipos de atividades relacionadas às águas de Minas Gerais. Aliás, tivemos dois cursos, e um deles relacionado ao saneamento ambiental com enfoque para resíduos sólidos e para as alternativas no tratamento de esgotos, conforme aqui veiculado pelo representante de Ladainha. O próprio Dr. Maurício Andrés Ribeiro, da ANA, foi professor num dos cursos, conforme previsto na programação deste evento.

Mais uma vez, saúdo toda a Mesa pela oportunidade de conjugar os esforços da concessionária estadual de água e esgoto, da indústria da mineração e da agricultura.

No tocante à agricultura, o Ênio é o nosso companheiro no grupo de trabalho temático do Fórum Estadual pela Construção da Agenda 21 em Minas Gerais, que tem o CREA como secretaria executiva. Ele faz parte do Grupo I - com a sua experiência e dedicação -, que trata do tema Agricultura Sustentável.

Além disso, toda essa exposição feita sobre a preservação e a revitalização de bacias hidrográficas cabe, simbólica e sintomaticamente, no evento que ontem começou e que foi definido pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2003. O dia 22/3/2005 é o início do decênio internacional para a ação Água Fonte de Vida. Espera-se que em 22/3/2015 ainda possamos estar aqui, neste planeta, adotando soluções parecidas com essas aqui aventadas e levantadas, particularmente o trabalho de agricultura sustentável, porque cabe ao agricultor a produção da água.

Como estamos nesta Casa Legislativa, lembramos ainda que, em dois momentos singulares da ação legislativa da Assembléia de Minas Gerais - no seminário Águas de Minas II e no seminário Saneamento Ambiental -, foram votadas e aprovadas, na plenária final de cada um desses eventos, a proposta de ação legislativa para concretizar leis relacionadas ao incentivo aos produtores de água e aos agricultores, com o objetivo de efetivar a manutenção, a preservação e a conservação do mais precioso dos bens, não só para o ser humano, espécie hoje dominante no planeta, mas também para os demais seres vivos, sejam eles vegetais ou animais.

Agradeço a paciência de todos e saúdo-os na expectativa de que possamos nos reencontrar, aqui, ao final do decênio internacional pela ação Água Fonte de Vida. Um grande abraço, muito obrigado.

O Sr. Pedro Carlos Garcia Costa - Obrigado, Sr. Coordenador. Serei breve. Infelizmente o colega da EMATER já saiu, mas remeter-me-ei a uma questão que diz respeito à RPM e, em seguida, ao que disse o Dr. Ênio sobre bacia hidrográfica, com um apelo ao Dr. Paulo Teodoro.

Sobre o trabalho da RPM, temos a acrescentar que a RPM, como mineração, não é apenas cumpridora da legislação, já que ela avança muito mais que isso, porque, trabalhando com elementos altamente tóxicos, consegue conter as suas poluições dentro de um perímetro organizado e com um trabalho eficiente de controle de suas águas.

Infelizmente, não concordo com a afirmação de que lá prevaleça apenas uma mentalidade proveniente da Inglaterra, porque, na realidade, o que prevalece dentro da RPM hoje é o cumprimento estrito de uma legislação imposta no Brasil a partir de 1980 e que está sendo implementada pelas organizações não governamentais junto da sociedade civil em fóruns como este.

Está sendo criada uma mentalidade brasileira, que pode ter recebido a contribuição justa e poderosa de outros países, e não única e exclusivamente da Inglaterra.

Nesse aspecto, o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM - foi o que melhor respondeu à legislação ambiental, e a grande mineração organizada deu uma resposta coerente a essa legislação.

Gostaria de acrescentar algo às considerações do Dr. Ênio: muitas vezes, a variação extrema de cursos d'água não é sinal de degradação da bacia. Temos alguns cursos de extrema variabilidade, e isso faz parte de um regime chamado torrencial.

Quanto à questão de que a água, bem de domínio público, permanece dentro de um espaço privado, isso nos remete a um grave equívoco. Na realidade, sendo um bem de domínio público, deve ser concedido por ato do poder público, o que tem trazido uma dificuldade extrema nas concessões de outorga da água. Daí meu apelo ao Dr. Paulo para que reexamine essa questão no âmbito do IGAM, uma vez que é muito importante.

Não podemos ter, nos formulários de orientação básica de licenciamento - FOBs -, a exigência da autorização dos proprietários do solo para a concessão de um bem de domínio público sob a forma de outorga. Esse é um retrocesso, e estaremos voltando a um Brasil feudal, porque estaremos dando a primazia de um bem público a quem sobre ele não tem titularidade. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Leremos a última pergunta endereçada ao Dr. Ênio, que foi feita pelo Sr. Eduardo, do CBH de Araçuaí: "Já se conhece a eficácia das pequenas barragens para segurar as águas das chuvas e fortalecer o lençol freático. Por que a construção dessas barragens ainda não se tornou um programa de política pública?".

O Sr. Ênio Resende de Souza - Tentarei desenvolver as questões levantadas pelo Dr. Pedro, nosso querido amigo. Ele tem toda a razão, pois, de fato, alguns cursos d'água possuem regime variável entre o período de estiagem e o de chuvas; entretanto tentamos enfatizar que, com a crescente degradação ambiental - asfaltamento, concretamento e desmatamento -, essas variações de vazão têm sido exacerbadas, o que é um retrato de um problema na bacia hidrográfica. Logicamente, em algumas situações, essa variação existe naturalmente, mas estamos enfatizando o exacerbação dela, como ocorre no rio São Francisco, por todo o seu curso, em Minas Gerais, Bahia, etc. Quanto maiores forem o asfaltamento, o desmatamento e a impermeabilização do solo, maior será o escoamento da água que cai na bacia, transformando-se em enxurrada. Isso causará maiores enchentes e menor vazão em período de estiagem.

Esse problema precisa ser resolvido pelos legisladores, pelos comitês de bacia e pelos órgãos que trabalham com gestão de recursos públicos, que, felizmente, são muitos. Inserimo-nos nesse contexto, pois a EMATER, relacionando-se com o produtor rural, também trabalha nessa linha.

O representante de Araçuaí mencionou as bacias de captação de enxurradas e questionou por que essa ainda não se tornou uma política pública em nível nacional.

Sabemos que, em Minas Gerais, já existem centenas de milhares de bacias de captação de enxurrada. Podemos citar a região do Sul de Minas, ou seja, os Municípios de Poços de Caldas e Guaxupé. Em Sete Lagoas, há um pólo com centenas de milhares dessas bacias. A EMATER, junto a outros órgãos públicos, como o IGAM e o IEF, trabalhará em 17 municípios do Norte de Minas, localizados na bacia do rio Verde, e implantará 1.925 bacias de captação de enxurradas com essa finalidade de reter água, favorecendo a sua infiltração para o abastecimento do lençol freático. Infelizmente, isso ainda tem sido realizado com recursos públicos a fundo perdido, que são ainda escassos para o tamanho - como disse o "Tonhão" - do problema. Somente em Minas Gerais, existem 500 mil propriedades rurais e milhares de quilômetros de estradas de terra necessitando de programas subsidiados. Chamamos a atenção para os recursos do FIDRO, disponíveis no Estado, mas, até hoje, nem um real sequer foi aplicado. Há o recurso proveniente da cobrança da água, instrumento muito importante. O Dr. Paulo anunciou a minuta do decreto, já aprovada pelo Conselho Estadual. Esperamos que, brevemente, os comitês contem com esse grande instrumento para as ações, como essa da construção de bacias para a captação de enxurradas. Temos a certeza absoluta da sua eficácia. O próprio colega que apresentou a pergunta sabe que em Minas Novas já existem centenas de bacias construídas, apresentando um resultado fantástico. De fato, você tem toda a razão. É preciso estimular esse programa cada vez mais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Especial da CPI da Mina Capão Xavier, em 29/3/2005

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Kangussu, Biel Rocha, Antônio Júlio, Domingos Sávio, Leonardo Moreira, Dimas Fabiano e a Deputada Lúcia Pacífico, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Alberto Pinto Coelho, Dilzon Melo, Gilberto Abramo, Leonardo Quintão e Rêmoló Aloise. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Lúcia Pacífico, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, a designar o relator e a fixar dia e horário das reuniões ordinárias. A Presidente suspende a reunião por alguns minutos a pedido do Deputado Antônio Júlio. Reabertos os trabalhos, a Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Antônio Júlio para atuar como escrutinador. Procedida a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Márcio Kangussu e para Vice-Presidente o Deputado Biel Rocha, ambos com seis votos. O Deputado Biel Rocha recebe um voto para Presidente e o Deputado Antônio Júlio um voto para Vice-Presidente. A Deputada Lúcia Pacífico declara empossado como Presidente o Deputado Márcio Kangussu e passa a ele a direção dos trabalhos. O Presidente agradece aos colegas a confiança e declara empossado o Deputado Biel Rocha na Vice-Presidência. O Presidente informa que oportunamente fará a designação do relator da Comissão e, na oportunidade, indica, de ofício, o Deputado Antônio Júlio para representar a CPI em visita a ser realizada na empresa FRASA ENGINIEROS S/C, com sede em Madri, na Espanha, com a finalidade de colher informações e materiais pertinentes ao objeto desta Comissão. Após ouvir as sugestões dos membros, fica definido que a Comissão se reunirá ordinariamente às quintas-feiras, às 10 horas. O Presidente informa que o teor desta reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Biel Rocha - Leonardo Moreira - Lúcia Pacífico - Gilberto Abramo.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão de Participação Popular NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 30/3/2005

Às 15h43min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e José Milton, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Laudelino Augusto. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a fixar dia e horário das reuniões ordinárias. A Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado André Quintão para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos e empossados a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado José Milton nos cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Em seguida, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, informa que, atendendo a prévia negociação realizada entre os membros da Comissão, ficam programadas as reuniões ordinárias da Comissão para as quintas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão - Miguel Martini.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 12/4/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.906/2004, do Deputado Dilzon Melo.

Requerimentos nºs 3.811/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.819/2004, do Deputado Paulo Cesar; 3.820/2004, do Deputado Paulo Piau; 3.866/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 3.910/2004, da Comissão de Participação Popular; 3.930/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 3.956/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 3.961/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 3.992/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.169/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 4.177/2005, do Deputado Gil Pereira; 4.211 e 4.258/2005, do Deputado Paulo Piau; 4.277/2005, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 12/4/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.629/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 1.782/2004, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.882/2004, da Comissão de Participação Popular; 4.250/2005, do Deputado Marlos Fernandes; 4.355/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.357/2005, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 12/4/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia para as 9 e as 14 horas do dia 11/4/2005, destinadas, respectivamente, à abertura e ao prosseguimento do Encontro Regional Desafios da Agenda Municipal 2005.

Palácio da Inconfidência, 8 de abril de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Luiz Humberto Carneiro, Marlos Fernandes e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/4/2005, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2005.

Gil Pereira, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Irani Barbosa e as Deputadas Elisa Costa e Jô Moraes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/4/2005, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a proposta de investimentos da PETROBRAS no Estado que prevê a expansão da Refinaria Gabriel Passos em Betim e a construção de um pólo petroquímico em Ibirité; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.372, 1.701 e 1.919/2004, do Deputado Célio Moreira; 1.418/2004, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.545/2004, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.627, 1.694 e 1.704/2004, do Deputado João Bittar; 1.636, 1.673 e 1.913/2004, do Deputado Miguel Martini; 1.696/2004, do Deputado Leonardo Quintão; 1.705/2004, da Deputada Vanessa Lucas; 1.706/2004, do Deputado Zé Maia; 1.907/2004, do Deputado Mauri Torres; 1.909/2004, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.910/2004, da Deputada Maria Olívia; 1.922/2004, da Deputada Ana Maria Resende; e o Requerimento nº 4.402/2005, do Deputado Márcio Kangussu; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2005.

Alencar da Silveira Jr., Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/4/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

nomeando Reinaldo César do Carmo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando, a partir de 11/4/2005, Fernando José Carneiro Moreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

exonerando, a partir de 11/4/2005, Janaina de Cassia Alves Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 11/4/2005, Lucia Helena Apolinária da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 11/4/2005, Marcelo de Padua Moura do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 11/4/2005, Valentina Garcia Cardoso Lima de Almeida do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;



nomeando Janaina de Cassia Alves Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando João Anacleto dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

nomeando Lucia Helena Apolinária da Silva para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Marcelo de Padua Moura para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sebastião Costa

exonerando, a partir de 11/4/2005, Raquel Costa de Castro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Raquel Costa de Castro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando, a partir de 8/4/2005, Acacio de Castro Junior do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e Decisão da Mesa de 17/3/2005, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando José Gomes do Couto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Edésio Campos de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 20, de 15/12/98, recepcionado pelo art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 41, de 19/12/2003, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 19/3/2005, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Rosângela Prata Rocha Soares, ocupante do cargo de Analista Legislativo - Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2004

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2004

Objeto: contratação de empresa especializada para proceder à confecção e instalação de corrimãos e guarda-corpos nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Licitante vencedor: Serralheria Montanhaza Ltda.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

#### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Marília Caldas Moreira Ávila Teixeira. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

#### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: João Márcio Alves de Almeida. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

#### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Mauro de Paula Gonçalves. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

#### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Maria José Pereira. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

#### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: José Arinos Gandra. Objeto: prestação de serviços de assistência

odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

#### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Maria Cristina Almeida Monteiro de Paula. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

#### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Gonçalo Augusto Soares de Souza. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

#### TERMO DE CONVÊNIO

Primeiro Convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo Convenente: Município de Candeias. Objeto: instalação dos equipamentos de transmissão da TVA. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900.

#### ERRATA

##### ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 5/4/2005

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 7/4/2005, na pág. 34, col. 2, sob o título "Questões de Ordem", inclua-se, após o primeiro parágrafo, na questão de ordem formulada pelo Deputado Márcio Kangussu, o seguinte trecho:

"O Sr. José Carlos Matos é um dos melhores executivos de Minas Gerais. Com um currículo invejável, foi Gerente e Diretor Financeiro da Caixa Econômica Federal, Vice-Presidente do BEMGE e, recentemente, ocupava a diretoria financeira da CODEMIG. É uma pessoa ética, competente e do mais alto nível. Nessa hora em que a incerteza e a insegurança pairam sobre muitos funcionários devido à troca do plano de saúde, é muito bom saber que à frente da PREVIMINAS estará uma pessoa com o gabarito, a competência administrativa e as qualidades éticas e morais do Sr. José Carlos Matos. Isso dará tranquilidade aos beneficiários da PREVIMINAS.

Temos absoluta certeza de que, se havia algum equívoco ou questões administrativas, serão superados graças à capacidade e à devoção que o Sr. José Carlos Matos sempre teve ao assumir todos os cargos na vida pública.

Sr. Presidente, conto com o apoio de V. Exa., da Mesa e de todos os pares desta Casa para nos congratularmos com o Governador Aécio Neves e com o Secretário da Casa Civil, Deputado Danilo de Castro, pela feliz indicação do Sr. José Carlos Matos para a Presidência da PREVIMINAS, não esquecendo de cumprimentar seu ex-Presidente, o ex-Deputado Leopoldo Bessone pelo trabalho realizado. Obrigado."